

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

**CRISTIANE KUBIAK**

**A PEDAGOGIA FEMINISTA E A AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTAS DE  
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA VIDA DE MULHERES CAMPONESAS DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA DA  
CANTUQUIRIGUAÇU/PR**

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2023**

**CRISTIANE KUBIAK**

**A PEDAGOGIA FEMINISTA E A AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTAS DE  
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA VIDA DE MULHERES CAMPONESAS DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA DA  
CANTUQUIRIGUAÇU/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Siomara Aparecida Marques

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2023**

### **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Kubiak, Cristiane

A PEDAGOGIA FEMINISTA E A AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA VIDA DE MULHERES CAMPONESAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA DA CANTUQUIRIGUAÇU/PR / Cristiane Kubiak. -- 2023.

137 f.:il.

Orientadora: DOUTORA Siomara Aparecida Marques

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Laranjeiras do Sul, PR, 2023.

I. Marques, Siomara Aparecida, orient. II.

Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**CRISTIANE KUBIAK**

**A PEDAGOGIA FEMINISTA E A AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTAS DE  
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA VIDA DE MULHERES CAMPONESAS DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA DA  
CANTUQUIRIGUAÇU/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 04/12/2023.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof.<sup>a</sup> Dra. Siomara Apurecida Marques – UFFS  
Presidente/Orientadora



Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Alice Canzi Ames – UFFS  
1º Membro



Prof.<sup>a</sup> Dra. Josimeire Aparecida Leandrihi – UFFS  
2º Membro



Prof.<sup>a</sup> Dra. Marciane Maria Mendes – UFFS  
Suplente

*“Em virtude da realização de banca on-line, este documento foi assinado pela Presidente como representante dos membros que participaram virtualmente”.*

Dedico este trabalho a todas as camponesas que lutam incansavelmente para a construção do protagonismo das mulheres.

## **AGRADECIMENTOS**

Cursar um mestrado sempre foi um sonho, mas em razão de inúmeras situações foi um sonho adiado que só pôde ser concretizado um tempo depois. Voltar à universidade foi uma oportunidade única na minha vida, porque conheci pessoas extraordinárias, as quais abriram meus horizontes e me deram esperanças de que é possível construir um mundo melhor. Tenho absoluta certeza de que saio enriquecida de conhecimento.

Agradeço primeiramente à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Laranjeiras do Sul, pela possibilidade de cursar o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, e a todos os professores do Programa que, ao longo dessa trajetória, compartilharam seus conhecimentos e experiências.

Agradeço à minha orientadora, Professora Siomara Aparecida Marques que, de forma muito especial, compartilhou seus conhecimentos e experiências e dedicou seu tempo às leituras de forma atenciosa e preocupada. Com certeza, sem seu apoio e presença durante todo o processo de construção e desenvolvimento desta pesquisa, nada seria possível.

Agradeço ao meu marido, Jardiel Cherpinski, por investir e acreditar no meu potencial, aos meus pais e à minha irmã por todo zelo e dedicação que sempre destinaram a mim. Aos meus amigos e colegas que, de alguma forma, estiveram presentes nessa caminhada, aos colegas do Programa, que se tornaram amigos e compartilharam objetivos, anseios, preocupações e sonhos.

Agradeço à Everly Jasinski Scatolin, minha amiga, que me acompanhou em algumas visitas da pesquisa de campo e que sempre me apoiou, me encorajou e me incentivou.

Agradeço a Deus por ter me dado discernimento para que eu pudesse acreditar em mim e percorrer esse caminho.

Agradeço imensamente às mulheres camponesas entrevistadas, pois, sem sua participação, jamais seria possível concretizar esta pesquisa. Elas são pessoas de uma grandeza imensa que, mesmo sem me conhecer, abriram as portas de seus lares, me acolheram e compartilharam comigo a história de suas vidas, trouxeram memórias tão emocionantes na volta ao passado. Gratidão a todas.

A cada um que, de alguma forma, fez parte desse processo, meu muito obrigada! Esta conquista só é possível em razão do envolvimento de muitas pessoas.

“Não cortaremos os pulsos, ao contrário, costuraremos  
com linha dupla todas as feridas abertas.”  
(Lygia Fagundes Telles)

“Eu não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens,  
mas sobre si mesmas.” (Mary Wollstonecraft)

## RESUMO

Historicamente, as mulheres foram vítimas do sistema patriarcal e das desigualdades de gênero. Este estudo objetiva analisar como a pedagogia feminista e a prática da agroecologia podem contribuir no processo de transformação social das mulheres camponesas da região da Cantuquiriguaçu/PR. Busca-se, por meio desta pesquisa, fazer uma contextualização histórica da organização do movimento feminista camponês na referida região; identificar, pelos relatos de experiência das participantes do movimento, qual pedagogia feminista leva à transformação da vida dessas mulheres; e, além disso, verificar qual é a influência da agroecologia na vida das mulheres camponesas. Este estudo foi realizado com nove mulheres camponesas feministas participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por meio de entrevistas com perguntas semiestruturadas e que foram, na sua maioria, realizadas nos lotes das entrevistadas. Essas mulheres vivem nos municípios paranaenses de Laranjeiras do Sul, de Rio Bonito do Iguazu e de Nova Laranjeiras. Por muito tempo, as mulheres camponesas viveram no anonimato, invisíveis perante a sociedade. Elas ficavam restritas aos ambientes domésticos e destinadas a cuidar da família e da casa, ou seja, viviam em um universo extremamente dominado pelo patriarcado. Os primeiros passos em busca da emancipação feminina foram dados por aquelas que, talvez, nem se consideravam feministas, mas que possuíam tais características. Nesse sentido, busca-se entender de que forma o feminismo e a agroecologia podem contribuir para a transformação social das mulheres camponesas da região da Cantuquiriguaçu. Com esta pesquisa é possível reiterar que há uma pedagogia feminista que possibilita a formação de sujeitos críticos, com a capacidade de fazer transformações nas suas vidas e na sociedade em que estão inseridos. Essa pedagogia feminista aparece tanto na trajetória das entrevistadas junto ao MST quanto nos coletivos das comunidades onde residem, como na Escola Regional de Mulheres. A estratégia da pedagogia feminista demonstra a possibilidade de contribuir com a equidade de gênero que, em conjunto com a agroecologia, torna-se uma ferramenta que permite a construção de novas formas de relações sociais de gênero e com o meio ambiente.

**Palavras-chave:** Mulheres camponesas. Agroecologia. Pedagogia feminista. Escola Regional de Mulheres do MST.

## ABSTRACT

Historically, women have been victims of the patriarchal system and gender inequalities. This study aims to analyze how feminist pedagogy and Agroecological practice can contribute to the process of social transformation of peasant women in Cantuquiriguaçu. The aim of this research is to provide a historical contextualization of how the feminist peasant movement is organized in the Cantuquiriguaçu region, as well as to identify, through an experience report in the feminist peasant women's movement, which feminist pedagogy leads to the transformation of these women's lives. Another aspect is to check the influence that agroecology has on the lives of peasant women. This research was carried out with 9 (nine) feminist peasant women, participants of the MST, following a script with semi-structured questions. The interviews were mostly carried out in the interviewees' lots. These women belong to the municipalities of Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguaçu and Nova Laranjeiras, in the state of Paraná. For a long time, peasant women lived in anonymity and were invisible to society, restricted to domestic environments, destined to take care of the family and the home. They lived in a universe extremely dominated by patriarchy. The first steps towards women's emancipation were taken by those who perhaps did not even consider themselves feminists, but who possessed such characteristics. These women did not feel comfortable with the way they lived and were treated, both in the domestic environment and in society, with inferiority, oppressed, which led them to submission. In this sense, we seek to understand how feminism and agroecology can contribute to the social transformation of peasant women in Cantuquiriguaçu. With this research we can reiterate that there is a feminist pedagogy that enables the formation of critical subjects, with the ability to make changes in their lives and in the society in which they are inserted. This feminist pedagogy appears both in the trajectory of the interviewees with the Landless Workers Movement, and in the collectives in the communities where they live, such as the Regional Women's School. This feminist pedagogy strategy demonstrates that it can contribute to gender equity which, together with agroecology, becomes a tool that allows the construction of new forms of social relations between gender and the environment.

**Keywords:** Peasant Women. Agroecology. Feminist Pedagogy. MST Regional Women's School.v

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações,
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ceagro	Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
FASE	Fundação de Atendimento Sócio-Educativo
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMA	Organização de Mulheres Agricultoras
ONG	Organização não governamental
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
PPGADR	Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável
SOF	Sempreviva Organização Feminista

TCLE Termo de consentimento livre e esclarecido

UFFS Universidade Federal da Fronteira Sul

UNICENTRO Universidade Estadual do Centro- Oeste

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Fruta do pomar, (a) caqui ( <i>Diospyros kaki</i> ) e (b) banana ( <i>Musa acuminata</i> ) para consumo e venda, Nova Laranjeiras, 2023. ....	111
<b>Figura 2:</b> (a) Mandioca orgânica produzida no lote; (b) mutirão realizado para a colheita da mandioca, Nova Laranjeiras, 2023. ....	111
<b>Figura 3:</b> Plantas medicinais cultivadas no quintal para uso e comercialização em Laranjeiras do Sul, 2023. ....	112
<b>Figura 4:</b> Mais de cem espécies de chás cultivados e armazenados em potes para o tratamento de saúde. Laranjeiras do Sul, 2023. ....	113
<b>Figura 5:</b> Secagem e armazenamento das ervas medicinais, Laranjeiras do Sul, 2023. ....	113
<b>Figura 6:</b> Foto do lote da Linda/jardim da casa. Laranjeiras do Sul, 2023. ....	114
<b>Figura 7:</b> Fogão à lenha símbolo da cultura e tradição do campo .....	114
<b>Figura 8:</b> Acampamento Recanto da Natureza, Laranjeiras do Sul, 2023. ....	115
<b>Figura 9:</b> Lote da Bertha. Com gramado e várias árvores, mostra o cuidado com o entorno da casa e sua ligação com elementos de embelezamento a partir da vegetação. ....	116
<b>Figura 10:</b> A vegetação arbórea no entorno e a produção de verduras na unidade de produção e vida familiar, Laranjeiras do Sul, 2023. ....	116
<b>Figura 11:</b> Preservação e conservação da mata no lote da Bertha no Acampamento Recanto da Natureza, Laranjeiras do Sul, 2023. ....	117
<b>Figura 12:</b> (a) Pães produzidos por Dionísia a partir de ingredientes orgânicos. Verduras orgânicas, geleias, sucos, conservas; (b) agroindústria na qual produzem salame e linguiças; (c) produção de queijo colonial. ....	118

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA .....	22
<b>2 MOVIMENTO FEMINISTA: TRAJETÓRIAS DE LUTAS E VERTENTES TEÓRICAS</b> .....	26
2.1 MOVIMENTOS FEMINISTAS: HISTÓRIAS DE LUTAS E CONQUISTAS .....	26
2.2 A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS DAS MULHERES CAMPONESAS .....	32
2.3 FEMINISMO SOCIALISTA E FEMINISMO LIBERAL .....	40
2.4 A EDUCAÇÃO COMO UM CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO .....	46
2.5 A AGROECOLOGIA É FEMINISTA? .....	52
<b>3 A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NO MST E A PEDAGOGIA FEMINISTA</b> .....	56
3.1 PERFIL DAS ENTREVISTADAS .....	56
3.2 AS LUTAS DAS FEMINISTAS E DAS MULHERES CAMPONESAS CONTRA DIVERSAS FORMAS DE OPRESSÃO E VIOLÊNCIAS .....	72
3.3 A PEDAGOGIA FEMINISTA E A ESCOLA REGIONAL DE MULHERES: NECESSIDADE DE CONSTITUIR UM COLETIVO AUTÔNOMO DE MULHERES .....	80
3.4 A ESCOLA REGIONAL DE MULHERES .....	83
3.5 NECESSIDADE DE ENVOLVIMENTO DOS HOMENS NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO .....	88
3.6 DISCUSSÃO ACERCA DAS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS MULHERES CAMPONESAS: UM TEMA DA ESCOLA REGIONAL DE MULHERES DO MST .....	93
<b>4 MULHERES CAMPONESAS E FEMINISTAS E A AGROECOLOGIA</b> .....	96
4.1 A AGROECOLOGIA COMO UMA OPÇÃO DE VIDA PARA MULHERES CAMPONESAS .....	96
4.2 RETRATO DO COTIDIANO DAS MULHERES CAMPONESAS .....	109
4.2.1 Lote da Nísia .....	110
4.2.2 Lote da Rose .....	112
4.2.3 Lote da Linda .....	113
4.2.4 Lote da Bertha .....	115
4.2.5 Lote da Dionísia .....	117
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	120
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	124
<b>APÊNDICE A — ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	127
<b>APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	128

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu de uma inquietação pessoal ao conhecer o movimento de mulheres e feminista o que, ao mesmo tempo, levou ao interesse em analisar uma realidade particular: a das mulheres camponesas ligadas aos movimentos sociais que atuam na região da Cantuquiriguaçu.

O estudo dessa realidade foi motivado por uma experiência pessoal com as agricultoras, quando a autora trabalhava em uma cooperativa de crédito rural e pelos conteúdos das disciplinas do mestrado que envolveram debates sobre gênero, mulher e agroecologia.

A autora enfatiza que não faz parte de nenhum movimento social. Ela nasceu no meio rural, porém, muito cedo foi morar na cidade, em um pequeno município de interior com predomínio da agricultura familiar. Seus avós e pais sempre trabalharam no campo como pequenos agricultores, e em sua unidade de produção, a figura masculina comandava os negócios. Sua mãe até acompanhava seu pai na roça para desenvolver as atividades que, naquela época, eram praticamente todas manuais. No entanto, com o passar do tempo e com a modernidade da agricultura, ela acabou não indo mais e seu pai passou a comandar tudo sozinho.

Assim, esta pesquisa é uma leitura de quem está aprendendo a pensar o que seria uma pedagogia feminista a partir da realidade de mulheres camponesas. Conhecer essa realidade dentro dos assentamentos e acampamentos e poder ouvi-las compartilhando suas experiências e vivências marcadas por tanta luta e persistência é enriquecedor. Quem está “do lado de fora” não tem a mínima ideia da força que essas mulheres tiveram e têm.

Historicamente, a mulher tem sido marginalizada e vítima de um sistema patriarcal que a colocou em uma condição de inferioridade, independentemente de ela ser do meio rural ou urbano. Com a organização das mulheres, a partir do século XVIII, aos poucos a luta feminina por visibilidade foi sendo reconhecida. Porém, para as mulheres rurais, essa visibilidade é mais recente, de meados dos anos 1980 pois, durante muito tempo, as mulheres camponesas foram esquecidas, invisibilizadas, afastadas dos seus direitos, privadas de tudo.

Por muitos anos as mulheres viveram no anonimato, eram invisíveis perante a sociedade, restritas aos ambientes domésticos, destinadas a cuidar da família e da casa. Viviam em um universo extremamente dominado pelo patriarcado.

Os primeiros passos em busca da emancipação feminina foram dados por mulheres que, talvez, nem se consideravam feministas, mas que possuíam tais características. Mulheres estas que não se sentiam confortáveis diante da forma como viviam e eram tratadas, tanto no ambiente doméstico quanto na sociedade, como sujeitas submissas e passíveis de opressão.

Conforme salienta Hooks (2022, p. 12), “na maioria das vezes, pensam que o feminismo se trata de um bando de mulheres bravas que querem ser iguais aos homens. Essas pessoas nem pensam que feminismo tem a ver com direitos — é sobre mulheres adquirirem seus direitos”. As feministas foram e continuam sendo aquelas mulheres que não se calam diante das situações de inferioridade, que questionam isso na sociedade, que lutam pela igualdade de gênero e combatem a cultura patriarcal.

O que tem sido visto com frequência é que, a todo momento e nos mais variados espaços, as mulheres continuam sendo vítimas de preconceitos, de violências, de abusos, de racismo e de tantas outras injustiças praticadas de forma constante. Alguns atos são mais explícitos, outros, mais velados, porém permanecem presentes. Segundo Auad (2003):

O feminismo se constrói a partir da resistência, da indignação, dos erros e acertos, das derrotas e das conquistas que fazem parte da história das mulheres brasileiras. É um movimento vivo. E é vivo porque é composto de mulheres de várias classes sociais, raças, etnias e idades. As lutas e estratégias dessas mulheres estão em permanente processo de recriação. Afinal é preciso inventar todo dia um jeito novo e mais eficaz de superar desigualdades entre homens e mulheres, pois a cada dia nascem diferentes formas de discriminação contra as mulheres, formas mais disfarçadas e sedutoras de submeter mulheres e homens à opressão (Auad, 2003, p. 88).

Segundo a autora, o feminismo é um movimento que precisa estar sempre presente, ativo, uma vez que muitos direitos foram conquistados pelas mulheres, porém, eles nem sempre têm sido respeitados por todos, dessa forma, precisam estar constantemente em discussão.

Embora exista a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 - Brasil, 2006), que foi uma conquista da luta das mulheres com o intuito de coibir a violência doméstica, mesmo assim, todos os dias, os indicadores mostram que, em nosso país, as mulheres ainda continuam sendo vítimas dos mais diversos tipos de violência, tanto dentro de suas casas quanto fora.

Na atualidade, as feministas têm um grande desafio pela frente. Embora muitas conquistas foram sendo adquiridas ao longo da história, uma mudança de cultura ainda se faz necessária, conforme afirma Bell Hooks (2022):

Em nenhum momento acreditei que o movimento feminista devesse ser, e que fosse, um movimento só de mulheres. No mais íntimo do meu ser, sabia que nunca teríamos um movimento feminista bem-sucedido se não conseguíssemos incentivar todo mundo, pessoas femininas e masculinas, mulheres e homens, meninas e meninos, a se aproximar do feminismo (Hooks, 2022, p. 10).

Nesse sentido, para que as lutas dos movimentos feministas sejam de fato efetivas, se faz necessário que muitas mãos se unam, uma vez que homens e mulheres participam desse movimento de exploração, de opressão e de violência. E, para romper com essas amarras, provavelmente será necessário que todas as pessoas, independentemente de gênero, estejam engajadas nesse processo.

Hooks (2022) continua:

Uma multidão pensa que o feminismo é sempre e apenas uma questão de mulheres em busca de serem iguais aos homens. E a grande maioria desse pessoal pensa que feminismo é anti-homem. A incompreensão dessas pessoas sobre políticas feministas reflete a realidade de que a maioria aprende sobre feminismo na mídia de massa patriarcal (Hooks, 2022, p. 18).

A falta de compreensão por parte das pessoas acerca do que é ser feminista apresenta-se como um desafio. É preciso promover a conscientização nas pessoas de que as mulheres ainda se encontram aprisionadas ao patriarcado, é necessário falar sobre a ideia de que a dominação masculina deva prevalecer nos lares, sem se tomar consciência de que muitos deles são administrados e sustentados apenas por mulheres.

Assim, é necessária uma pedagogia feminista que trabalhe na educação dessa geração e das novas gerações para que elas adquiram uma consciência crítica sobre o movimento. Hooks (2022) ressalta que:

A literatura infantil é um dos locais cruciais para a educação feminista, para a conscientização crítica, exatamente porque crenças e identidades ainda estão sendo formadas. E, com muita frequência, os pensamentos retrógrados sobre gênero continuam sendo a norma nos parquinhos. A educação pública para crianças precisa ser um local onde ativistas feministas continuem fazendo o trabalho de criar currículos sem preconceitos (Hooks, 2022, p. 46).

A autora enfatiza a importância da literatura infantil para a conscientização das novas gerações sobre assuntos importantes como feminismo e igualdade de gênero, e para a formação da sua identidade.

Aponta-se, ainda, como desafios para o feminismo, propiciar às mulheres igualdade de direitos no mercado de trabalho, por exemplo, conforme exemplifica hooks (2022, p. 81): “trabalhar por salários baixos não liberta mulheres pobres da classe trabalhadora da dominação masculina”. Pelo contrário, além de não libertar, as torna escravas, uma vez que existem milhares de mulheres que trabalham em serviços menos remunerados do que os homens executando tarefas semelhantes e que, além de trabalhar “fora”, têm os filhos e a casa para cuidar, ou seja, acabam acumulando uma jornada intensa de trabalho.

Conforme citam Alves e Pitanguy (1985, p. 53), “o sistema patriarcal é um sistema universal de dominação prevaiente em todas as culturas, e que penetra as religiões, leis, costumes de todas as civilizações”. De forma cultural, prega-se a inferioridade da mulher perante o homem, faz-se distinção de papéis, atribuindo-se a ela a esfera inferior. Essas relações de poder entre os sexos se perpetuaram por muitos anos e, até hoje, existem muitas mulheres que se encontram em posições de inferioridade diante dos homens. As autoras observam que a reversão desse quadro parte do princípio em recriar uma identidade própria que supere as hierarquias. Do forte e do fraco, do ativo e do passivo (Alves e Pitanguy, 1985).

Para que isso seja possível de fato é necessária uma mudança de comportamento, de valores e de atitudes por parte das mulheres e de toda a sociedade. Ou seja, as mulheres precisam construir uma nova identidade alicerçada em outros valores.

A divisão sexual do trabalho, que escraviza a mulher, é um dos grandes impasses a serem resolvidos. O grande desejo é que a população feminina tenha com quem compartilhar as atividades domésticas e o cuidado com os filhos para se livrarem de jornadas exaustivas; no entanto, em muitos lares, a mulher ainda é a única responsável pelas atividades domésticas.

Tiburi (2020) afirma que,

(...) enquanto isso, as mulheres são convencidas, por meio de uma combinação perversa entre violência e sedução, que a família e o amor valem mais do que tudo, quando, na verdade, o amor de devoção à família serve para amenizar a escravidão, que desmontada, faria bem a todos, menos àqueles que realmente preferem uma sociedade injusta porque se valem covardemente de seus privilégios (Tiburi, 2020, p. 19).

Toda essa ideologia em torno da família e do cuidado, que coloca a responsabilidade maior sobre as mulheres, é uma forma de poder exercido pelo

patriarcado, como se a mulher fosse a única com capacidade de cuidar da casa e dos filhos, impedindo, assim, que elas tenham tempo de se dedicar a outras atividades.

As mulheres passaram muitos anos sendo vítimas de um sistema que não deu a elas o direito de serem ouvidas. Foram convencidas pela família, pelo Estado, pela Igreja e por outras instituições, que o seu lugar era de subalternidade, seus corpos foram tidos como objetos de desejo ou usados para reprodução, se tornaram vítimas de uma escravidão naturalizada e vista pela sociedade como algo natural.

Desse modo, surge a necessidade da tomada de consciência da situação de opressão para que essas mulheres passem a refletir sobre sua condição e possam se empoderar e reivindicar seus direitos. Esse empoderamento leva as mulheres à aquisição de consciência e de coragem para denunciar atos de violência e de opressão e proporciona condições para que enfrentem e se libertem de tais situações. No entanto, se estiverem na condição de oprimidas, isso é mais difícil de acontecer.

A construção desse empoderamento se dá por meio de lutas coletivas, de envolvimento com movimentos sociais e com espaços coletivos que permitem desconstruir estereótipos e encontrar meios de promover transformações sociais em suas vidas.

O feminismo teve sua origem nas áreas urbanas, mas, com o tempo, sua luta alcançou o meio rural e camponês e as mulheres agricultoras começaram a questionar sua posição na família, na comunidade e na propriedade.

Pensando nas questões aqui problematizadas acerca da condição da opressão da mulher e da luta coletiva e política para libertação de amarras históricas e culturais, é que se passará a descrever como o estudo da relação da pedagogia feminista com a agroecologia foi delimitado.

A delimitação proposta neste estudo é de mulheres camponesas feministas pertencentes a assentamentos e acampamentos de reforma agrária organizados pelo MST na região da Cantuquiriguaçu, mais especificamente mulheres que residem no Assentamento Oito de Junho e no Acampamento Recanto da Natureza, ambos localizados no município de Laranjeiras do Sul; no Assentamento Ireno Alves, em Rio Bonito do Iguazu; e no Acampamento Herdeiros da Terra 1º de Maio, localizado entre Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguazu.

A escolha dessa área de abrangência se dá pelo fato de que, nessa região do Estado do Paraná há municípios como Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguazu e Nova Laranjeiras em que existem movimentos de mulheres camponesas e de

onde foram selecionadas as entrevistadas desta pesquisa. Parte-se do pressuposto que mulheres feministas poderiam ser encontradas dentro do movimento de mulheres camponesas do MST.

Assim, o objeto de estudo desta pesquisa são mulheres com experiências feministas ligadas ao movimento de mulheres camponesas da região da Cantuquiriguaçu que possuem uma trajetória marcada por lutas e resistências e que buscam romper com as mais variadas formas de opressão e de injustiças e com as desigualdades de gênero.

Os dados foram coletados por meio de relatos de experiências obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com nove mulheres camponesas, sendo cinco do município de Laranjeiras do Sul, três de Rio Bonito do Iguazu e uma de Nova Laranjeiras. A amostra partiu de conversas informais com duas militantes dos movimentos sociais da região que listaram lideranças de mulheres camponesas e feministas que se encaixam no perfil definido para esta pesquisa.

Refletindo sobre esse alcance do feminismo na sociedade atual e sua influência entre as mulheres, surgiu a pergunta geradora deste estudo: de que forma o feminismo e a agroecologia podem contribuir para a transformação social das mulheres camponesas da região da Cantuquiriguaçu?

Como hipótese, entende-se que há uma pedagogia feminista que possibilita a formação de sujeitos críticos com a capacidade de fazer transformações nas suas vidas e na sociedade em que estão inseridos.

Essa estratégia de conscientização da condição da mulher na sociedade e em conjunto com a agroecologia torna-se uma ferramenta que permite a construção de novas formas de relações sociais de gênero e com o meio ambiente.

Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar a forma pela qual a pedagogia feminista e a prática da agroecologia podem contribuir no processo de transformação social das mulheres camponesas da região da Cantuquiriguaçu.

No sistema de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) constam poucas dissertações sobre pedagogia feminista camponesa. Em relação à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontradas quatro dissertações e três teses sobre Pedagogia Feminista e uma tese sobre Pedagogia Feminista Camponesa. No que se refere à pedagogia feminista agroecológica, não foram encontrados resultados. Quando se

trata apenas da temática feminismo, a BDTD apresenta várias dissertações e teses acerca da temática.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizadas obras de algumas teóricas feministas como Bell Hooks, Márcia Tiburi, Heleieth Saffioti, Emma Siliprandi, Daniela Auad, entre outras, em que procurou-se entender sobre feminismo, mulheres e sua relação com a agroecologia. Além de livros, foram utilizados artigos científicos e dissertações, os quais trouxeram embasamento teórico para desenvolver a referida pesquisa. Procurou-se, assim, autoras e autores clássicos para apresentar a questão histórica do feminismo, bem como artigos científicos e dissertações mais recentes para entender o que tem se tratado na atualidade em relação a essa temática.

A relevância deste estudo parte do pressuposto de que essas mulheres camponesas, até pouco tempo, eram restritas ao ambiente doméstico, privadas de seus direitos e que estavam invisibilizadas em seus lares.

Observa-se, assim, a necessidade e a importância de demonstrar como essas mulheres camponesas em luta, por meio dos seus relatos de experiências e pelo compartilhamento de suas vivências, apresentam seus saberes sobre ser feminista.

Nesse sentido, os objetivos específicos são:

- Contextualizar historicamente a organização do movimento feminista camponês na região da Cantuquiriguaçu;
- Identificar, pelos relatos de experiências no movimento de mulheres camponesas, a pedagogia feminista que levou à transformação da vida das entrevistadas;
- Verificar a influência da agroecologia na vida das mulheres camponesas e sua relação com o feminismo.

Pretende-se, com isso, no primeiro capítulo, trazer a parte introdutória da pesquisa e o referencial teórico; no segundo, apresentar uma contextualização histórica da organização do movimento feminista camponês na região da Cantuquiriguaçu; no terceiro capítulo, serão apresentados os relatos de experiências das entrevistadas do movimento de mulheres camponesas; no quarto, será verificada a influência da agroecologia na vida das mulheres camponesas da região da Cantuquiriguaçu.

## 1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa porque busca compreender ações de um determinado indivíduo ou de um grupo, nesse caso, de mulheres camponesas no seu contexto social. Nesse tipo de pesquisa, ocorre a interação entre o pesquisador e os entrevistados. Sampieri (2013) auxilia no entendimento de que, nesse tipo de abordagem, podem ser desenvolvidas perguntas e hipóteses durante e depois da coleta de dados.

Por meio da abordagem qualitativa, há a possibilidade de analisar com mais profundidade as informações obtidas por meio dos dados bibliográficos e da pesquisa de campo. Essa abordagem permite maior compreensão dos fatos, o que traz mais subsídios para conduzir as pesquisas.

Pelo recorte dado à análise da temática, esta pesquisa constitui-se em um estudo de caso que se utilizou das técnicas metodológicas de coleta de dados como a pesquisa bibliográfica e os relatos de experiências de mulheres camponesas que atuam no MST, por meio de entrevistas semiestruturadas.

Segundo Gil (2008), com frequência, os pesquisadores sociais se utilizam do estudo de caso pois ele permite a exploração de situações de vida reais, descreve o contexto em que os entrevistados estão inseridos e contribui, assim, com a qualidade da pesquisa.

Além disso, também foi utilizada a pesquisa bibliográfica, considerada de suma importância, pois é por meio dela que é possível selecionar teorias, conceitos e categorias que melhor se aplicam à sistematização e à análise do objeto de pesquisa.

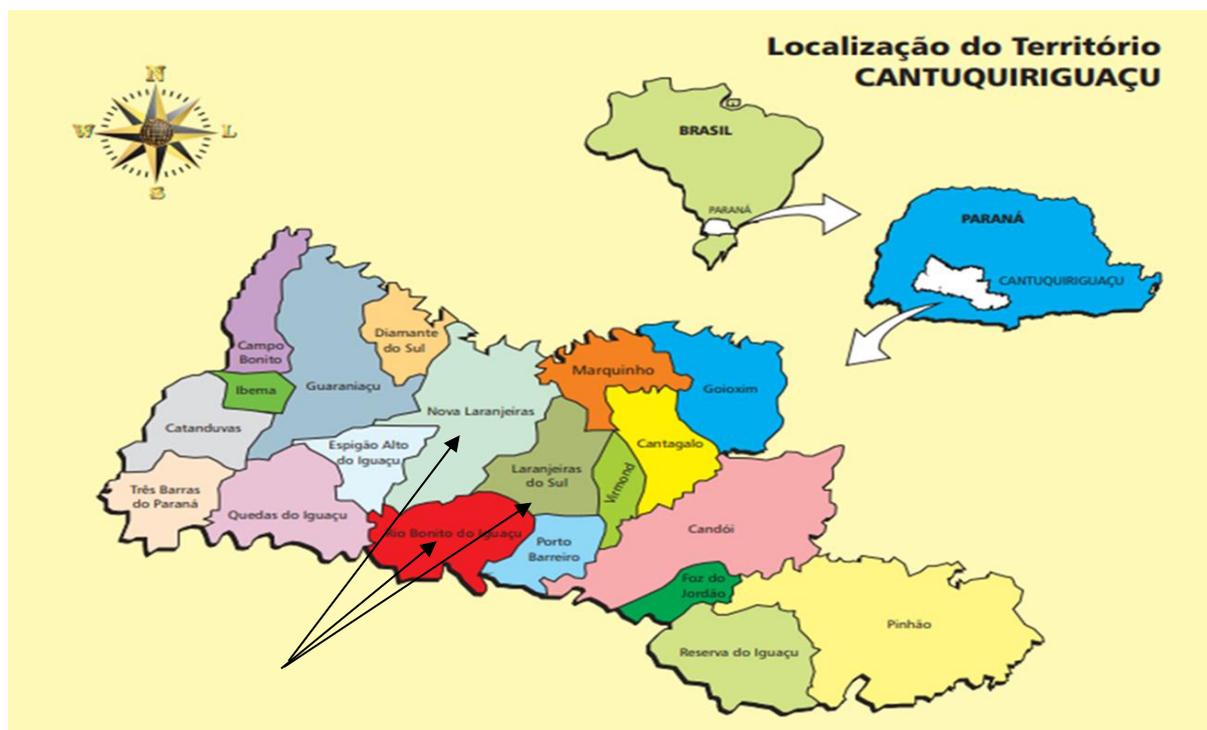
Segundo Severino (2017) por meio da pesquisa bibliográfica o pesquisador trabalha com a contribuição de outros autores, estudos e textos já pesquisados que servirão de subsídio para novas pesquisas.

As entrevistadas da pesquisa de campo são mulheres camponesas que estão inseridas em acampamentos e em assentamentos do MST e que residem nos municípios da região da Cantuquiriguaçu. Esta região é um território, elo da união de 20 municípios do Médio Centro-Oeste do Paraná. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes, 2023):

O território Cantuquiriguaçu localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 13.947,73 km<sup>2</sup>, correspondendo a cerca de 7% do território estadual e a 17,4% da área do Projeto. Essa região faz divisa, ao norte e noroeste, com o território Paraná Centro; a oeste, com o território

Cascavel; ao sul, com o Grande Sudoeste; a sudeste, com o território União da Vitória; e a leste, faz divisa com o território (IPARDES, 2023).

**Figura 1:** Mapa da localização do território Cantuquiriguaçu.



**Fonte:** CANTUQUIRIGUAÇU, 2023

A escolha dessa área de abrangência se dá em razão do fato de que nessa região há municípios<sup>1</sup> como Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras nos quais existem movimentos de mulheres camponesas e de onde foram selecionadas as entrevistadas deste estudo.

Convém ressaltar que alguns municípios da Cantuquiriguaçu particularizaram-se, nos anos 1990, por sediarem assentamentos populacionais — ligados, em geral, ao movimento dos sem-terra — formados por expressivos volumes de famílias assentadas. Dentre eles, destacam-se Rio Bonito do Iguaçu, Goioxim e Pinhão, sendo que, principalmente em função desse fator, Rio Bonito do Iguaçu registrou, na década de 1990, uma taxa de crescimento superior a 11% ao ano (IparDES, 2023).

Assim, as participantes desta pesquisa são mulheres que se consideram feministas e que estão ligadas a organizações de mulheres camponesas dos três municípios selecionados.

<sup>1</sup> Os municípios que compõem a Cantuquiriguaçu são: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. O território é o elo da união de 20 municípios do Médio Centro-Oeste do Paraná.

Dessa forma, a intenção da pesquisa foi identificar mulheres da referida região com as seguintes “características” feministas: participantes do MST e de sua organização interna de mulheres — a Escola Regional de Mulheres, e assentadas ou acampadas que possuam experiências com a agroecologia. O critério de escolha das sujeitas partiu da questão de que mulheres ligadas a movimentos camponeses, em geral, apresentam um perfil feminista, defendem as práticas agroecológicas e lutam por equidade de gênero.

Para a coleta dos dados, por meio de relatos de experiências, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com nove mulheres camponesas, sendo cinco do município de Laranjeiras do Sul, três de Rio Bonito do Iguçu e uma de Nova Laranjeiras, todas no Estado do Paraná. Essa amostra partiu de conversas informais com duas militantes dos movimentos sociais da região que listaram lideranças de mulheres camponesas e feministas com as quais buscou-se encontrar.

A coleta de dados foi realizada pela pesquisadora por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado, conforme o apêndice A, aplicado às participantes, na sua maioria, de forma presencial, em suas residências. Apenas duas mulheres, que são professoras, foram entrevistadas nas escolas em que trabalham e que estão localizadas dentro dos acampamentos. Por trabalharem nesses espaços, o contato com elas foi facilitado. Uma participante que trabalha durante o dia foi entrevistada de forma virtual, o que contribuiu para seu conforto.

O primeiro contato com as participantes foi por meio do *whatsapp* e serviu para que a pesquisadora se apresentasse e falasse sobre os objetivos da pesquisa. É importante destacar que todas as entrevistadas já conheciam a UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul), ou por terem estudado na instituição ou por terem participado da luta pela criação desta universidade, dessa forma, não houve nenhum problema quanto ao aceite das mulheres em participar da pesquisa.

Em um segundo momento, foi agendada uma visita às residências e às escolas onde elas se encontravam. O termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) foi apresentado e a anuência da participante da pesquisa foi obtida. Além disso, foi solicitada a autorização da gravação da entrevista e o uso da imagem, como fotos do ambiente onde a entrevista foi realizada.

A observação participante com as anotações de campo e as fotos também fizeram parte da coleta de dados, técnicas estas que auxiliaram a elucidar o objeto

desta pesquisa. A observação participante teve como objetivo compreender o modo de vida rural em que essas mulheres vivem e como praticam a agroecologia.

Com os dados obtidos na pesquisa de campo, foi realizada a análise qualitativa das informações a partir das fontes teóricas e dos estudos sobre pedagogia feminista, feminismo camponês, experiência de vida de mulheres camponesas e agroecologia. Os dados foram sistematizados de maneira a serem estabelecidas relações entre as principais categorias teóricas definidas pela pesquisa bibliográfica sobre o feminismo e a agroecologia e as informações obtidas nos relatos das entrevistadas, na observação participante e nas anotações de campo.

A organização desta dissertação está sistematizada da seguinte forma: o primeiro capítulo trata da parte introdutória da pesquisa e do referencial teórico; o segundo, traz a contextualização histórica do movimento feminista camponês na região da Cantuquiriguaçu; o terceiro capítulo apresenta o relato de experiência das mulheres do movimento de mulheres camponesas; e o quarto trata sobre a influência da agroecologia na vida das mulheres camponesas da região da Cantuquiriguaçu.

## **2 MOVIMENTO FEMINISTA: TRAJETÓRIAS DE LUTAS E VERTENTES TEÓRICAS**

Os movimentos feministas foram de grande importância para a reivindicação das mulheres pelos seus direitos na busca por igualdade. No entanto, foram necessários momentos de lutas e batalhas para que elas pudessem ter seus direitos civis reconhecidos, ter acesso à educação, ao trabalho e serem reconhecidas como sujeitas de direitos. Muitas mulheres pagaram com suas próprias vidas por quererem mudar essa realidade, se rebelando contra um sistema opressor e patriarcal.

Por meio dos movimentos feministas e dessas lutas coletivas, as mulheres obtiveram diversas conquistas que trouxeram mais visibilidade e liberdade para elas. Nesse contexto, trazer a história e o percurso dos movimentos feministas é fundamental para compreender o que este capítulo se propõe, que é a contextualização histórica sobre os movimentos feministas e sobre a organização do movimento feminista camponês na região da Cantuquiriguaçu.

### **2.1 MOVIMENTOS FEMINISTAS: HISTÓRIAS DE LUTAS E CONQUISTAS**

Os movimentos feministas fazem parte de um movimento social e político existente em vários países ao longo da história. A luta das mulheres por equidade e respeito na sociedade data de séculos, desde as bruxas perseguidas na Idade Média até as sufragistas que foram às ruas para conquistar o direito ao voto.

Esses movimentos têm sua origem no século XVIII, principalmente com a Revolução Francesa, período em que a ideia de liberdade começou a ganhar força e as mulheres, percebendo sua situação de opressão, começaram a lutar por liberdade. No entanto, foi a partir do século XIX, que o movimento começou a ganhar mais força e presença.

A Inglaterra começou a trabalhar fortemente com a industrialização e, com isso, deu início à Revolução Industrial, período em que as mulheres começaram a se inserir no mercado de trabalho, a ter mais consciência da sua realidade e a lutar por melhores condições laborais, exigindo cargas horárias e salários mais dignos e iguais aos dos homens.

No século XX, principalmente nos Estados Unidos, as mulheres começaram a lutar e a reivindicar o seu direito ao voto. As meninas não tinham direito de frequentar escolas, as mulheres não podiam votar, nem escolher as roupas que queriam usar e eram obrigadas ao confinamento nos lares e condenadas à reprodução. Não havia leis que defendessem e protegessem as mulheres, eram submissas aos pais e, quando mais velhas, aos maridos. Não podiam trabalhar fora de casa, tampouco ter autonomia financeira.

Em meio a tantas injustiças, vão surgindo aquelas mulheres que se indignam e não aceitam viver nessas condições, passando a reivindicar seus direitos e a questionar sua situação na sociedade por meio de movimentos sociais organizados.

Um movimento social é formado por um determinado grupo de pessoas com interesses comuns que lutam para combater a opressão. Nesse movimento, em geral, o que está em jogo é a questão da dominação.

Foi por meio da organização das mulheres em movimentos sociais que as lutas pela igualdade, pelo combate às diversas formas de opressão, por direitos iguais aos homens e tantas outras reivindicações começaram.

Nesse sentido, Lerner (2019) destaca:

Imagine viver em um mundo em que as mulheres são consideradas tão inferiores, tão confinadas ao espaço doméstico, tão irrelevantes, que não mereçam ser estudadas. Um mundo em que as mulheres não são dignas de ter sua história contada. Assustador, não é? Pois vivíamos exatamente nesse mundo até poucas décadas atrás. E se essa condição tem mudado, é graças à luta feminina (Lerner, 2019, p. 19).

Em razão das injustiças, da falta de oportunidades e de direitos é que as mulheres se unem para combater todas as formas de opressão. Essa luta não teria tamanha força se fosse travada de maneira individual, mas, no coletivo, elas ganham força e voz. Segundo Auad (2003, p. 14), “feminismo não é um grupo de mulheres ‘feias’, ‘mal-amadas’ e que não arruma marido. O feminismo é um movimento formado por mulheres críticas e questionadoras”.

O feminismo se formou como uma resistência aos atos de machismo e de opressão, era uma forma de as mulheres gritarem ao mundo que não estavam satisfeitas com sua situação. Holanda (2020, p. 195), continua: “feminismo é a luta e a proposta política de qualquer mulher em qualquer parte do mundo, em qualquer etapa da história, que tenha se rebelado diante do patriarcado que a oprime”.

Nesse contexto, a mesma autora dá um panorama de como o feminismo abre os olhos das mulheres com base em experiências vividas de opressão.

Feminismo é o instrumento teórico que permite dar conta da construção de gênero como fonte de poder e hierarquia que impactam negativamente sobre a mulher. É a lente pela qual as diferentes experiências das mulheres podem ser analisadas criticamente com vista à reinvenção de mulheres e de homens fora dos padrões que estabelecem a inferioridade de um em relação ao outro (Hollanda, 2020, p. 212).

Assim, o feminismo permite que as mulheres tenham mais forças para lutar contra uma sociedade capitalista, voltada totalmente para os homens, e esse movimento vai abrindo a mente daquelas que não conseguiam ver com tanta clareza o tanto que eram marginalizadas por essa sociedade machista e patriarcal.

Já para Hooks (2018) “feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão.” E, de fato, é um movimento, uma luta e um processo social e político para reverter o quadro de opressão, de submissão e de injustiças a que são submetidas as mulheres.

A primeira onda do movimento feminista foi marcada pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, ocorridas entre os séculos XVIII e XIX e se caracteriza pela luta das mulheres para entrar no mercado de trabalho do capitalismo industrial — atividade essa que, até aquele momento, era restrita aos homens — e pelo direito ao voto.

Nesse período, as mulheres não podiam eleger seus representantes, tampouco participar da vida política, portanto, o foco dos movimentos feministas estava no reconhecimento de seus direitos políticos. As feministas mais conhecidas desse período foram Olympe de Gouges, na França, e Mary Wollstonecraft, na Inglaterra.

A mulher, no centro da teoria feminista, a esposa, nunca sai do espaço domiciliar. Como um caracol, ela carrega a casa em torno de si mesma. Consequentemente, onde houver uma mulher, esse lugar se torna a esfera privada da subordinação das mulheres. Sua presença define-o como tal (Hollanda, 2020, p. 89).

Historicamente, a mulher foi colocada nessa esfera doméstica, em que era destinada a se casar, a ter filhos restrita às atividades do ambiente familiar. Sendo assim, subordinada às ordens masculinas.

Os movimentos feministas surgiram com o intuito de questionar as posições das mulheres na sociedade, buscavam resolver esses impasses e opressões que a elas foram impostos culturalmente. Nesse sentido, esclarece Perrot (2019, p. 63) que:

De Aristóteles a Freud, o sexo feminino é visto como uma carência, um defeito, uma fraqueza de natureza. Para Aristóteles, a mulher é um homem mal acabado, um ser incompleto, uma forma malcozida. Freud faz da “inveja do pênis” o núcleo obsedante da sexualidade feminina. A mulher é um ser em concavidade, esburacado, marcado para a possessão, para a passividade.

Enraizada em uma cultura patriarcal, as mulheres viveram por vários anos acreditando na sua inferioridade e se submetendo às decisões de seus maridos, pais e responsáveis, a elas não era dado o direito de agir como cidadãs. Embora a constituição assegurasse que tanto homens quanto mulheres possuíam os mesmos direitos; porém, na prática, a realidade era outra.

Com a Revolução Industrial, o ramo têxtil foi o setor que mais empregou mulheres, como afirma Perrot:

[...] é um trabalho pouco qualificado, monótono, reduzido a gestos simples e repetitivos, mas cujas carências se aceleram cada vez mais: passa-se da supervisão de um para dois, e depois por vários teares. As máquinas são mal protegidas, ao ar livre, e os acidentes com dedos e mãos cortadas são frequentes. As jornadas são muito longas, até 14 horas no começo da industrialização. Havia poucas pausas (Perrot, 2019, p. 120).

Assim, quando as mulheres começaram a ocupar espaços no mercado de trabalho foram desrespeitadas, submetidas a condições de muita exploração e obrigadas a cumprir jornadas exaustivas, pois além do trabalho nas fábricas tinham também o doméstico. A primeira onda do movimento feminista se estendeu até a segunda metade do século XX, quando as críticas feministas ao conceito de desenvolvimento foram provocando a segunda onda do movimento, conforme esclarece Hollanda (2020, p. 218):

A década de 1970 produziu, como uma consequência de revoltas de 1968<sup>2</sup>, a “segunda onda” do movimento feminista, não apenas nos países industrializados, mas também em grande parte da América Latina, incluindo tanto um feminismo contracultura de esquerda como um feminismo liberal.

A segunda onda feminista ocorreu no período da Guerra Fria e das ditaduras, cujo foco das reivindicações estava voltado para o fim da discriminação e para a igualdade entre homens e mulheres. Nessa época, as mulheres queriam ter a liberdade de decidir o que fazer com seu corpo, então, a partir disso, surgiu a discussão de uso de métodos contraceptivos, como a pílula, entre outros. As feministas mais conhecidas e marcantes desse período foram Simone de Beauvoir<sup>3</sup> e Angela Davis<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> No ano de 1968, que foi marcado pela Ditadura Militar, as mulheres sofreram ainda mais repressão, já que qualquer manifestação política era vista como ameaça à segurança nacional e muitas feministas lutavam contra a ditadura nessa época. (Hollanda, 2020).

<sup>3</sup> Filósofa e escritora, autora de uma das obras clássicas do feminismo *O segundo sexo*.

<sup>4</sup> Professora e filósofa socialista estadunidense que alcançou notoriedade mundial na década de 1970. Escreveu obras como *Mulheres, Raça e Classe*.

O ano de 1980 ficou conhecido como o marco da terceira onda do feminismo, período pós-Guerra Fria. Nesse tempo, as mulheres ainda não eram consideradas sujeitas ou cidadãs plenas, ativas na sociedade, foi quando surgiu, então, a discussão sobre o conceito de feminilidade. Duas mulheres que podem ser citadas como referências da terceira onda são bell Hooks<sup>5</sup> e Judith Butler<sup>6</sup>.

Nesse momento, as ativistas tinham um sentimento de muita indignação para com os homens, o que as instigou a criar movimentos que possibilitassem a elas condições de libertação. Essas ativistas feministas foram se dando conta da subordinação a que estavam sujeitas ouvindo os homens falarem sobre a importância da liberdade, porém, na prática, o que viam é que estavam sendo subordinadas por esses homens que pregavam discursos sobre a importância da liberdade.

Muito do que foi delimitado até agora remete à realidade que as mulheres brancas até então passavam, mas quando se pensa nas mulheres negras, a situação parece ser um pouco mais delicada. Estas eram muito usadas como objetos de desejo de seus patrões enquanto suas esposas eram vistas como mulheres da sociedade, que davam à luz e que ficavam em casa resguardadas cuidando dos filhos e da casa. As mulheres negras, além de fazerem suas tarefas domésticas, ainda precisavam trabalhar na casa da mulher branca, bem como cuidar dos seus filhos. Nesse sentido, Hooks (2022) esclarece:

O foco passou a ser um grande esforço para criar justiça de gênero. Mas as mulheres não poderiam se juntar para promover o feminismo sem confrontar nosso pensamento sexista. A sororidade não seria poderosa enquanto mulheres estivessem em guerra, competindo umas com as outras. Visões utópicas de sororidade baseadas apenas na consciência da realidade de que mulheres eram de alguma maneira vitimizadas pela dominação masculina foram quebradas por discussões de classe e raça (hooks, 2022, p. 14).

Dessa forma, por volta dos anos 1980, foram surgindo os movimentos que iniciaram as discussões sobre desigualdade de classe. Isso aconteceu no início do feminismo contemporâneo.

As lutas eram constantes à medida que o movimento progredia, o objetivo era superar a cultura patriarcal, se libertar daquela condição de submissão à qual elas eram impostas por meio do voto, do direito ao trabalho e à educação, chegando à

---

<sup>5</sup> Autora, professora, teórica feminista, artista e ativista antirracista estadunidense. Uma de suas obras mais famosas é *O feminismo é para todo mundo*.

<sup>6</sup> Pesquisa filosofia pós-estruturalista e tem origem estadunidense, tendo composto umas das principais teorias contemporâneas do feminismo e a teoria queer. Butler também escreve sobre filosofia política e ética. Sua obra mais conhecida é *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*.

reivindicação pelo direito ao corpo. Para algumas delas, as lutas deveriam ter como foco a luta por gênero e raça, neste caso, as forças estavam voltadas para o combate à discriminação.

Em relação às lutas dos movimentos feministas no Brasil, cita-se Andrioli (2022, p. 90):

Foi somente a partir do século XX que algumas lutas das mulheres começaram a ter visibilidade e reconhecimento na sociedade. Foi apenas durante o processo de Ditadura Militar que as mulheres participaram mais ativamente no combate às formas de opressão e exploração a que estavam submetidas.

Nesse sentido, é durante a ditadura militar no Brasil que as lutas das mulheres passaram a ser mais fortalecidas, pois passaram a reivindicar com mais ênfase os seus direitos e lutaram para combater a opressão. Assim, ao longo dos anos, essas lutas e a busca por reconhecimento persistem.

A partir dos anos 1980, os movimentos de mulheres se consolidaram no Brasil e, junto com eles, as mulheres do campo também passaram a integrar esses movimentos.

Para a realidade da mulher camponesa, as consequências históricas do modelo social patriarcal tem um peso ainda maior, isso porque, se pararmos para olhar, o homem camponês não trabalha na indústria, portanto ele não depende de um salário mínimo para sobreviver. É a mulher que, lado a lado, trabalha com ele na lavoura garantindo a subsistência familiar. Cabe perguntar, por que então, se destaca na organização da família camponesa um falso patriarcado do salário? Por que cabe às mulheres a função de “ajudantes” e não o mesmo título que eles de ‘trabalhadoras rurais’ (Negretto e Silva, 2018, p. 1).

Assim percebe-se o tamanho da violência que as camponesas sofreram, uma vez que sempre estiveram trabalhando no campo, porém, o trabalho reconhecido era apenas aquele que o homem fazia, quem levava o título de trabalhador rural era somente o homem e, parando para pensar, as mulheres sempre estiveram trabalhando ativamente dentro das unidades de produção.

Nesse sentido, tanto as mulheres urbanas quanto as camponesas acabaram tendo seus corpos apropriados por esse sistema patriarcal. Tiveram seu trabalho invisibilizado, foram forçadas a se dedicar à reprodução, aos cuidados dos lares e da família, abrindo mão de seus direitos enquanto mulheres que poderiam trabalhar, estudar e exercer outras funções.

Dessa forma, entende-se que as lutas das feministas existem para que as mulheres, de fato, tenham os mesmos direitos e privilégios do que os homens, para

que haja realmente a equidade de gênero. E é isso que a sociedade precisa, que esses direitos das mulheres sejam de fato respeitados.

O feminismo nasceu, então, em meio aos movimentos sociais e, dentro desses movimentos, ocorriam as lutas que tinham como objetivo principal combater as desigualdades de gênero e buscar a igualdade de direitos.

## 2.2 A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS DAS MULHERES CAMPONESAS

Resgatar a ocorrência do movimento organizado pelas mulheres camponesas tem grande importância para perceber que se trata de um movimento recente e que, até então, essas mulheres estavam totalmente invisibilizadas no campo. Isso fazia com que elas fossem vítimas do patriarcado, em que muitas viveram sem ter condições de reivindicar seus direitos e sem ter a quem recorrer, uma vez que não eram representadas.

Se para as mulheres brancas da cidade as lutas foram difíceis e ainda perduram até os dias atuais, para as mulheres do campo a situação pode ser considerada até mais complicada. É importante salientar que essas mulheres só adquiriram seus direitos por meio de lutas, de reivindicações e da organização da classe camponesa.

Segundo Marques (2013, p. 4), “entende-se pela noção de mulher do campo todas as diferentes experiências socioculturais e de gênero que definem as mulheres como agricultoras, indígenas, trabalhadoras rurais, quilombolas”.

Até o início dos anos 1980 no Brasil, os debates não se referiam às mulheres camponesas, suas inquietudes não eram levadas em conta. As discussões acerca dos problemas eram realizadas pelos homens, os quais não colocavam em pauta a questão das mulheres.

De acordo com Siliprandi (2015):

Durante muitos anos, foram as comemorações do dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, que serviram de ponte para que se estreitassem os laços entre organizações tão diferentes como associações de bairros, sindicatos, pastorais, grupos de reflexão, entidades da sociedade civil, ONGs de prestação de serviços e tantas outras que de alguma forma se identificavam com o feminismo. Encontros Feministas brasileiros e latino-americanos, que ocorreram a partir de 1981, também foram fóruns importantes na busca de uma unidade (Siliprandi, 2015, p. 114).

Em geral, nesse período, a grande maioria dos participantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais era homem, as mulheres não faziam parte dessas organizações.

A partir do momento em que elas entram para a luta sindical, a data de 8 de março passou a ter outro significado. O que antes, para algumas mulheres era dia de receber flores e homenagens, para as mulheres trabalhadoras essa data é muito importante e marcante.

O dia 8 de março é dedicado à comemoração do Dia Internacional da Mulher. Atualmente tornou-se uma data um tanto festiva, com flores e bombons para uns. Para outros é lembrada sua origem marcada por fortes movimentos de reivindicação política, trabalhista, greves, passeatas e muita perseguição policial. É uma data que simboliza a busca de igualdade social entre homens e mulheres, em que as diferenças biológicas sejam respeitadas mas não sirvam de pretexto para subordinar e inferiorizar a mulher (Blay, 2001, p. 601).

Para essas mulheres ativistas dos movimentos sociais, sejam eles mistos ou só de mulheres, o dia 8 de março relembra muita luta, reivindicações, greves, em busca de melhores condições e dignidade para a população feminina. Essa organização política fortalece e dá condições de lutar pela igualdade e é a essa compreensão do que é a luta das mulheres contra a opressão patriarcal que o movimento de mulheres camponesas vai se somar, seja ele autônomo ou misto, como no caso das mulheres camponesas do MST.

As mulheres camponesas passaram a se organizar em razão de suas próprias experiências de vida. Esse movimento surgiu da necessidade que o grupo sentia por causa da sua situação de invisibilidade. De acordo com Paulilo (2021):

Esse Movimento surgiu em 1983 e, antes de 2004, quando mudou seu nome para o atual, era conhecido, primeiro, por Organização de Mulheres Agricultoras (OMA) e, logo depois, por Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Embora tenha mantido a denominação MMA, estava articulado nacionalmente, desde 1995, com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), presente na grande maioria dos estados brasileiros. Ao longo dos anos, o MMC sempre manteve acesa a luta pelos direitos e bem-estar das mulheres agricultoras, porém suas bandeiras foram se modificando até que o projeto de uma agricultura ecológica tomou vulto (Paulilo, 2021, p. 253).

O início do movimento pode ser considerado como recente, ou seja, as reivindicações dessa classe passaram a ser discutidas há poucos anos, as demandas das mulheres camponesas começaram a fazer parte do debate por meio de seu movimento autônomo.

De acordo com Calaça, Conte e Cinelli (2018, p. 1156):

O Movimento de Mulheres Camponesas surgiu pontuando as questões das mulheres da roça, que não se viam incluídas em setores como sindicatos de trabalhadoras rurais, movimentos populares mistos (com homens e mulheres) e mesmo nas pastorais sociais, das quais elas faziam parte. Por esse motivo, sentiam que havia questões que as atingiam e não eram tratadas com a devida importância nesses coletivos mistos.

Dessa forma, a mulher camponesa esteve por muitos anos sem representação, suas necessidades não recebiam a devida importância, as organizações sindicais eram lideradas por homens e as reivindicações atendidas eram as sugeridas por eles.

Nesse sentido, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) surgiu com o intuito de as mulheres camponesas reivindicarem suas pautas, lutarem por seus direitos até então negados, buscando, assim, construir uma sociedade mais justa para as mulheres do campo também.

Os desafios que as mulheres rurais encontraram foram inúmeros, uma vez que elas sempre estiveram longe das cidades, carentes muitas vezes de recursos, com pouca autonomia, dependentes financeiramente de seus maridos e ficando, assim, restritas ao ambiente doméstico.

Foi assim, por meio da organização das mulheres em coletivos, que, com o passar dos anos, as lutas foram intensificadas com o objetivo de conquistar seus direitos. Conforme relata Calaça, Conte e Cinelli (2018, p. 1163):

A luta por direitos, que se estendeu da década de 1980 até o início dos anos de 1990, na qual foram conquistados direitos fundamentais, como o reconhecimento da profissão de trabalhador(a) rural na CF/1988, foi de suma importância para o reconhecimento e visibilidade política das mulheres como “uma nova categoria”, mas que sempre existiu.

Nesse sentido, se não fosse a organização do movimento dessas mulheres, é bem provável que elas ainda estariam no anonimato, sem ter o direito de serem reconhecidas como agricultoras e continuariam invisíveis aos olhos da sociedade.

As autoras continuam:

Nos anos subsequentes, pautando a regulamentação de cada direito conquistado, como: a aposentadoria na condição de segurados(as) especiais, que ocorreria apenas em 1991; o auxílio acidente de trabalho para camponeses e camponesas, que foi conquistado em 1992; e o salário maternidade, no ano de 1994. Isso nos mostra que a organização das camponesas possibilitou, em pleno processo de implementação do neoliberalismo no país, a ampliação de direitos (Calaça, Conte e Cinelli, 2018, p.1164).

Os direitos das mulheres rurais acabaram chegando mais tarde, e apenas chegaram porque elas foram à luta para reivindicar o que de fato as pertence. Ou seja, até então, estavam invisíveis, esquecidas e pouco valorizadas. As camponesas trabalham diariamente na produção e no preparo de uma variedade de alimentos para o consumo da família, fazem trocas de mudas com vizinhas e, muitas vezes, vendem o excedente. No entanto, ocorre que essa produção não é considerada trabalho. De

acordo com Pulga (2018, p 41) “o trabalho doméstico não é contabilizado, tampouco o cuidado com os filhos ou idosos, porém são trabalhos que requerem tempo e dedicação por parte de quem os faz. Além disso, o trabalho doméstico grande parte dele ainda permanece concentrado nas mãos das mulheres”.

A presença das mulheres rurais na produção agrícola é uma realidade. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão plantando e colhendo e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres lutaram pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras.

A emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeita político, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora. Nesse aprendizado e experimentação, essas mulheres criaram seu próprio movimento, consolidado na década de 1980.

Segundo Siliprandi (2015);

Dentro do MST, outro importante movimento rural criado no final do século XX, havia o entendimento de que era importante que as mulheres participassem de todas as etapas da luta pela terra: das ocupações das terras e dos prédios públicos, dos enfrentamentos com a polícia, da organização dos acampamentos e assentamentos; no entanto, a discussão dos temas de gênero não eram bem vistas dentro do movimento, que privilegiava uma abordagem “de classe” (Siliprandi, 2015, p. 120).

Nesse contexto, os homens queriam que as mulheres participassem da luta pela conquista da terra, porém debates mais ligados à questão de gênero e igualdade não eram assuntos tratados com tanta naturalidade dentro do movimento. Segundo Siliprandi (2015):

Até 1993, os esforços das suas lideranças femininas se dirigiram a promover a participação das mulheres nos grupos produtivos dos assentamentos. Gênero continuava sendo visto como algo que dividia o movimento. Em 1995, editou-se um documento importante (Programa Agrário) em que se reconhecia a dureza da vida das mulheres rurais por conta da dupla jornada, do preconceito, do machismo e das discriminações. No período seguinte, a postura da direção do movimento começa a mudar: em 1996, realiza-se o I Encontro de Mulheres Militantes do MST, em que se cria o Coletivo Nacional das Mulheres, que passa a ter a função de provocar a discussão nas instâncias internas do movimento (Siliprandi, 2015, p. 121).

A partir desse momento, é que essas mulheres passaram a ter mais espaços e condições de se posicionar, porque, até então, estavam mais voltadas a lutar pela conquista da terra, mas ainda em uma condição de subordinação e sem ter o espaço do debate.

A partir da década de 1980, foi iniciado, no Brasil, um processo de articulação das organizações/movimentos sociais e de setores ligados à agricultura

alternativa e à agricultura familiar, a partir da mobilização da Rede do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA). O PTA começou a ser executado pela FASE, em 1983, em ação que realizava o mapeamento das organizações que vinham trabalhando as tecnologias alternativas no Brasil. Como consequência desse processo, a Rede PTA tornou-se um espaço de encontro, diálogos e construção, vindo a contribuir para a constituição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), nos anos 2000 (Moreira e Theodoro, 2020, p. 306).

Assim, com o passar dos anos, as mulheres vinculadas aos movimentos sociais mistos (sindicatos, MST, etc.) foram se organizando internamente, mobilizando-se com o intuito de ter voz perante a sociedade. Isso se deu pelo fato de estarem cansadas de viverem no anonimato.

Embora muitas mulheres rurais ainda possam estar invisíveis para a sociedade, as marcas da sua força de trabalho estão por todos os cantos das propriedades. Seja nas hortas, nos trabalhos agroecológicos, no cuidado com a natureza, com os animais, na alimentação da família e na manutenção da propriedade (Marques, 2013, p. 4).

Essas mulheres acabam tendo uma jornada de trabalho exaustiva, em que acumulam funções, pois, no mesmo momento em que cuidam da casa, dos filhos, do marido, produzem alimentos. Há casos em que as mulheres vão para as feiras nas cidades comercializar seus produtos, retornam para seus lares e ainda encontram muitos afazeres pela frente.

De acordo com Pulga (2018):

Embora se perceba avanços significativos na compreensão das mulheres em relação à divisão sexual do trabalho, à leitura que fazem da realidade em que vivem, percebe-se também a sobrecarga de trabalho e as dificuldades enfrentadas na agricultura camponesa, pois alguns membros da família precisam trabalhar fora da unidade de produção camponesa para complementar a renda das famílias, e isso sobrecarrega ainda mais as mulheres (Pulga, 2018, p. 41).

Não é raro de acontecer que o marido ou um filho dessas mulheres precise realizar algum trabalho fora da unidade de produção, por exemplo, para complementar a renda; esse fato acaba acarretando mais trabalho para as mulheres que ficam nas propriedades, pois elas cuidam da casa, dos filhos, dos animais, das hortas, da alimentação e de tantas outras tarefas que fazem parte do seu dia a dia.

Embora com o passar do tempo as camponesas passaram a ter mais visibilidade e a serem reconhecidas como agricultoras, ainda existem algumas barreiras que precisam ser superadas e alguns direitos que precisam ser conquistados.

As mulheres ainda encontram dificuldades de acessar a terra e de ter suas atividades compartilhadas com seu companheiro. Os cuidados com a casa, com os filhos e com os animais domésticos ainda são atividades exclusivas das mulheres, pois por mais que trabalhem na roça com os maridos, eles não dividem as tarefas mais restritas ao ambiente doméstico e classificam essas atividades “como serviço de mulher”.

Assim, os homens chegam em casa, tomam banho, degustam um chimarrão ou se deitam para descansar e a mulher tem que ir buscar o filho que está retornando da escola, dar banho nele, fazer comida, ajudar nas tarefas da escola, limpar a casa, cuidar da roupa acumulada, ou seja, atividades exaustivas que não são compartilhadas com o marido.

As relações de patriarcado no campo parecem ser até mais visíveis do que nas cidades, uma vez que as mulheres acabam ficando restritas ao ambiente doméstico, mesmo que contribuam na execução de inúmeras ações, elas acabam não sendo remuneradas e ficam submetidas financeiramente aos maridos.

Dessa forma, pode-se recorrer a Colling (2020, p. 173), que define o patriarcado como “um sistema social em que homens adultos mantêm o poder político, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. Modelo sociopolítico em que o gênero masculino e a heterossexualidade exercem supremacia e poder sobre os demais”.

Esse fato é muito nítido no campo, a gestão das unidades de produção fica a cargo dos homens “chefes” de família, a terra está em seu nome, é ele que faz a administração dos recursos, faz os financiamentos e toma todas as decisões ligadas à gestão da unidade de produção como um todo. Ainda, seguindo a linha de raciocínio de Colling (2020):

A herança do patriarcado (a supremacia masculina acima de tudo), o comportamento abusivo de muitos homens, é retratado na atualidade por novos conceitos que têm ocupado a agenda das feministas para alertar as mulheres que aquilo que parecem pequenos gestos é também uma forma de poder dos homens sobre as mulheres, de intimidação e de desqualificação do feminino (Colling, 2020, p. 185).

Até os dias atuais, em muitos lares, estão presentes homens que ainda se sentem superiores às mulheres, que se colocam em um patamar mais elevado, colocando a mulher em uma esfera inferior, de subordinação.

Esse universo que envolve as mulheres, suas trajetórias e lutas, gera inquietações, revoltas e tristezas quando se pensa na forma como as mulheres eram

tratadas e como muitas ainda estão presas a essa relação de dominação patriarcal, de inferioridade e de injustiças.

Conforme citado por Lerner (2019):

Como será escrita a história quando esse guarda-chuva de dominação for eliminado e a definição for compartilhada igualmente por homens e mulheres? Desvalorizaremos o passado, subverteremos as categorias, trocaremos a ordem pelo caos? Não. Apenas caminharemos sob um céu de liberdade. Observaremos como ele muda, como as estrelas nascem e a lua gira, e descreveremos a Terra e seus processos em vozes masculinas e femininas. Poderemos, no fim das contas, enxergar com mais enriquecimento. Agora sabemos que o homem não é o parâmetro do que é humano; homens e mulheres o são. Os homens não são o centro do mundo; homens e mulheres o são. Esta compreensão transformará a consciência de forma tão decisiva quanto a descoberta de Copérnico de que a Terra não é o centro do universo (Lerner, 2019, p. 39).

Lerner (2019) possibilita a imaginação de um futuro tão diferente do que foi o passado e do que está sendo o presente, ela projeta um futuro sem opressão, sem marginalidade, sem desigualdade em que todos possuem direitos e obrigações.

Nesse sentido, da mesma forma que os movimentos sociais mistos ou autônomos de mulheres foram importantes para impulsioná-las a olhar a sua situação de forma diferente, com consciência de sua opressão, na atualidade, esses movimentos têm uma grande missão: a de conduzir outras mulheres a não aceitarem a situação de oprimidas e irem em busca de soluções para os seus problemas.

De acordo com Chambela (2019):

Apesar dos avanços nos debates envolvendo as questões de gênero, a sociedade brasileira, em decorrência de uma colonização exploradora, escravocrata e patriarcal, ainda reproduz comportamentos fortemente marcados pela dominação patriarcalista, o que faz com que as mulheres, sobretudo as da área rural, sejam na maioria das vezes excluídas da liberdade de decidirem sobre suas próprias vidas (Chambela, 2019, p. 98).

Somente um processo de mudança de comportamento reverteria a situação dessas mulheres que vivem sob uma cultura patriarcal, isso as libertaria da situação de oprimidas, rompendo com a naturalização da subordinação. Dessa forma, combater as desigualdades de gênero e a invisibilidade da mulher rural são assuntos primordiais e indispensáveis nos dias atuais.

Quanto à luta das mulheres camponesas contra o patriarcado nas conquistas por seus direitos sociais, pode-se citar um marco importante que envolveu as mulheres em meados de 1980:

Entre 1986 e 1988, todos os movimentos de mulheres no Brasil, incluindo o das rurais, mobilizaram-se para influenciar na elaboração da nova Constituição Nacional, promulgada em 1988. As mulheres rurais estiveram presentes como participantes ativas, organizando abaixo-assinados (um

deles com cem mil assinaturas) e realizando marchas até Brasília para defender a ampliação dos seus direitos civis. Obtiveram duas importantes conquistas na nova Carta: a menção explícita ao direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias da previdência social para todos os fins (aposentadoria, seguro-saúde, licença-maternidade) na condição de seguradas especiais (Siliprandi, 2015, p. 119).

Nesse momento, as mulheres conseguiram expressar suas necessidades frente ao governo e participaram ativamente desse processo histórico. Na atualidade, um movimento de mulheres que merece destaque é a Marcha das Margaridas, que tem esse nome em homenagem a uma liderança sindical feminina que defendia os direitos das mulheres chamada Margarida Maria Alvez<sup>7</sup>, assassinada por latifundiários na Paraíba. Ela se tornou, então, uma referência, um símbolo de luta para as mulheres camponesas.

A Marcha das Margaridas começou no ano de 2000 e retomou suas manifestações em 2023<sup>8</sup>. Essa marcha mobiliza mulheres de diferentes regiões do Brasil que denunciam atos de opressão, dialogam com o governo e lutam por políticas públicas que sejam favoráveis às mulheres do campo, das florestas e das águas.

Para nós, mulheres do campo, da floresta e das águas, a Marcha das Margaridas tem sido um caminho coletivo de construção de um projeto de sociedade que propõe um Brasil sem violência, onde a democracia e a soberania popular sejam respeitadas, a partir de relações justas e igualitárias. Acreditamos que é possível construir novas relações sociais pautadas nos valores da ética, solidariedade, reciprocidade, justiça e respeito à natureza (Marcha das Margaridas, 2023).

Realizada sempre em agosto para revivificar o mês em que Margarida Alves foi assassinada, a mobilização coloca milhares de mulheres do campo, da floresta e das águas vindas de todo o país em marcha nas avenidas de Brasília, no Distrito Federal. Em 2023, o lema da Marcha das Margaridas foi “Pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver”. Segundo as Margaridas, o Brasil viveu anos de muito retrocesso e é por isso que nessa marcha elas levantaram a bandeira da reconstrução do país (Marcha das Margaridas, 2023).

As mulheres, notadamente, as mulheres negras, trabalhadoras, do campo, da floresta e das águas têm vivenciado os efeitos danosos da ausência

---

<sup>7</sup> Margarida Maria Alvez foi defensora dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores agrários durante os 12 anos em que esteve à frente da presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, lutou contra a violência no campo, pelo fim da exploração dos camponeses e pela reforma agrária.

<sup>8</sup> A 6ª Marcha das Margaridas aconteceu em 2019, em Brasília, e contou com 100 mil mulheres de todo o País. Essa marcha aconteceu no momento em que Jair Bolsonaro estava à frente da Presidência do Brasil. Ele sempre fez afirmações contrárias ao que acreditam as mulheres da Marcha, se posicionando de uma maneira autoritária e antidemocrática, desmontando políticas públicas importantes que foram conquistadas nos governos anteriores.

dessas políticas no seu cotidiano. E isso significa que direitos lhes foram negados, assim como foram negadas existências e possibilidades de cuidado, proteção e segurança. Por isso essas mulheres se propuseram a marchar para RECONSTRUIR tudo o que foi destruído, e em condições nada fáceis: esse é o tamanho do desafio que está colocado também para a Marcha das Margaridas 2023 (Marcha das Margaridas, 2023).

De acordo com as participantes da Marcha, a falta de políticas públicas em favor das mulheres causou muitos danos à vida destas, principalmente das mulheres negras, as mais afetadas pela falta de ajuda do governo. Assim, a Marcha teve o intuito de reivindicar a reconstrução do que foi destruído ao longo dos últimos anos, após o Golpe de 2016. Além disso, suas pautas de reivindicações se voltam também para combater os problemas causados ao meio ambiente.

A devastação veloz da natureza e da biodiversidade, associada ao reforço das transnacionais da mineração e do agronegócio e o sacrifício da soberania nacional e popular, com a subordinação do país aos interesses das corporações transnacionais, reforçaram a necessidade de pensar que Brasil se quer reconstruir. Um Brasil do Bem Viver! Esse é o horizonte e o sentido da reconstrução do Brasil que as Margaridas querem (Marcha das Margaridas, 2023).

A luta pelo bem-viver que está presente no lema das Margaridas diz respeito ao fim da exploração do meio ambiente. O objetivo é que as pessoas vivam em seus territórios de forma harmônica, ou seja, sem fome, sem pobreza, sem desigualdades, sem racismo e sem violência. E assim se deu a sétima Marcha<sup>9</sup> realizada por essas mulheres lutadoras.

## 2.3 FEMINISMO SOCIALISTA E FEMINISMO LIBERAL

---

<sup>9</sup> O resultado da luta das mulheres camponesas reunidas na Marcha das Margaridas de 2023 está no projeto do Governo Federal que disponibilizará recursos para implantação de mais de 90 mil quintais produtivos em todo o território nacional até 2026. Os quintais produtivos costumam ser criados e manejados pelas mulheres para a produção de alimentos, além da criação de pequenos animais e da conservação da biodiversidade. O programa quer promover a autonomia econômica das mulheres do campo, da floresta e das águas e ampliar o acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização de alimentos e a tecnologias sociais de acesso à água potável, como as cisternas. Os quintais produtivos costumam ser criados e manejados pelas mulheres para a produção de alimentos, além da criação de pequenos animais e da conservação da biodiversidade. Conforme Mazé, liderança da Marcha das Margaridas: “Os quintais são espaços produtivos de onde retiramos quase toda a alimentação da família. Os Quintais Produtivos são agroecológicos, onde se utilizam os saberes populares e tradicionais para cuidar da natureza e da vida, conservando a biodiversidade. É uma política fundamental para garantir a autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda para as mulheres do campo, da floresta e das águas e na superação da fome no Brasil.” (Mazé Moraes. <https://ww2.contag.org.br/em-resposta-a-pauta-da-marcha--governo-federal-lanca-o-programa-quintais-produtivos-das-mulheres-rurais-20230920>)

O feminismo como movimento e pensamento social tem sido muito debatido nos últimos anos porém, é preciso frisar que existem várias vertentes desse pensamento. Entre elas, a linha liberal, que é considerada uma das mais antigas e surgiu com os escritos da britânica Mary Wollstonecraft.

Essa linha liberal defendia que as mulheres ocupassem cargos de poder, o que acabava, em muitos casos, priorizando mais questões pessoais do que de classe. A luta era para que as mulheres tivessem os mesmos salários que os homens, para que não existisse distinção pelo fato de elas serem do sexo feminino. Assim, esse modelo de feminismo buscava por mudanças dentro do sistema capitalista.

Segundo Mattos e Scherer (2019, p. 2), “este modelo de feminismo, prioritariamente composto por mulheres executivas, se basearia no princípio *lean in* (faça acontecer), defendendo que mulheres ocupem lugares de destaque em grandes empresas e sustentando os discursos de empoderamento da mulher”.

No livro *Feminismo para os 99%: um manifesto*, as autoras Arruzza, Bhattacharya e Fraser fazem uma crítica ao feminismo liberal, levando em conta que essa ascensão a cargos elevados contemplaria uma pequena camada da população. Para elas, a concepção liberal de feminismo é reforçada pela mídia corporativa:

A grande mídia continua a equiparar o feminismo em si, com o feminismo liberal. Longe de oferecer uma solução, contudo, o feminismo liberal é parte do problema. Centrado no Norte Global, entre a camada gerencial-profissional, ele está voltado para a “imposição” e a “quebra do telhado de vidro”. Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p. 37).

As autoras ainda enfatizam que essa emancipação advinda do capitalismo faria parte da vida de uma minoria das mulheres, ou seja, não contemplaria os interesses de uma classe toda, e ainda que elas ocupassem altos cargos, não estariam adquirindo sua total emancipação apenas pelo fato de estarem ocupando essas posições. Isso é evidenciado inclusive nos dias atuais, em que mulheres ocupam cargos semelhantes aos dos homens, porém têm remuneração, em muitos casos, inferior.

Essa desigualdade de gênero ocorre por elas serem mulheres, ainda consideradas por muitos como inferiores, com menos capacidades, apenas como geradoras de filhos e cuidadoras.

Sabemos que o confinamento da mulher ao espaço privado da casa, enquanto pressuposto para a realização do trabalho não gerador da riqueza de forma direta (e imprescindível para a reprodução biológica e social), fora

apreendido pelo Estado que soube estabelecer a mediação deste complexo social, calcando a subordinação da mulher na construção ideológica de sua inferioridade e representando, assim, o salto qualitativo no processo de organização da consciência inscrita pela binarização e dicotomização entre os gêneros/raças e sexualidades que, de uma só vez, alienara homens e mulheres, ao mesmo tempo em que difundira a dualidade da razão (Rocha e Silveira, 2020, p. 130).

Ainda hoje, existem mulheres que ficam em casa executando inúmeras atividades domésticas, acumulando tarefas, cuidando dos filhos com jornadas exaustivas. Esse trabalho não é remunerado, não é agregado valor monetário a ele, no entanto, se essa mulher não existisse nesse contexto, é provável que o homem tivesse que pagar alguém para fazê-lo.

Entretanto, o que ainda hoje “assistimos” é a relação familiar como mediadora das relações de reprodução capitalista, em que à mulher são imputados os trabalhos domésticos e/ou trabalhos de baixo prestígio e remuneração. Ancorada numa moral que a faz vítima e, ao mesmo tempo, reprodutora do patriarcado/machismo, ainda hoje as mulheres não foram libertadas das questões sexuais e do casamento (Rocha e Silveira, 2020, p. 8).

Esse ciclo vai se reproduzindo de geração em geração, mantendo a cultura patriarcal, se tornando tão natural e, ao mesmo tempo, tão perverso. Essa é a realidade de milhares de mulheres de diversos lugares que, para se conscientizarem e se libertarem, precisam ir à luta.

A luta é tanto uma oportunidade como uma escola. Pode transformar aquelas pessoas que dela participam, desafiando nossos entendimentos anteriores sobre nós mesmas e reformulando nossas visões de mundo. A luta pode aprofundar nossa compreensão de nossa própria opressão, o que a causa, quem se beneficia dela e o que pode ser feito para superá-la. Além disso, pode nos encorajar a reinterpretar nossos interesses, redefinir nossas esperanças e expandir nossa aceção do que é possível (Arruza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p. 94).

Nesse sentido, a sociedade capitalista acaba sendo perversa para as mulheres que precisam se submeter a longas jornadas de trabalho. Essa atividade nem sempre acontece em boas condições, muitas delas precisam sair muito cedo para chegar em seu local de serviço com transporte coletivo, estando sujeitas a sofrer abusos e violências dos mais variados tipos. Tudo isso porque precisam vender sua força de trabalho para poder sustentar suas famílias, e o capitalismo acaba se aproveitando disso, utilizando a mão de obra feminina para enriquecer.

Embora o trabalho de produção de pessoas não seja inerente à sociedade capitalista, tendo sempre existido, é nela que se dá a distinção entre trabalho econômico e reprodução social, no qual o primeiro tornou-se remunerado com salário e o segundo foi feminizado e sentimentalizado, ligado ao cuidado por amor — em oposição ao trabalho realizado por dinheiro, e, portanto, delegado às mulheres. Disso, emerge uma contradição, pois a acumulação do capital depende da participação efetiva de toda classe trabalhadora na

sociedade, incluindo o trabalho remunerado também realizado por mulheres. Daí decorre que, além de as mulheres serem responsabilizadas pela produção de pessoas – cujo valor não é reconhecido pelo capitalismo —, para garantir seu sustento e da sua família, elas precisam vender sua força de trabalho (Mattos e Scherer, 2020, p. 3).

Além do que já foi citado, outra questão é a baixa remuneração pelas atividades que realizam. Quando essas mulheres têm famílias a sustentar, mal passam o mês com o salário que ganham. Voltam tarde para suas casas e se deparam com o serviço doméstico a ser feito, com as crianças que passaram o dia em creches ou sob o cuidado de outras pessoas. Poucas são as que terão apoio do marido na divisão das tarefas domésticas e no cuidado com os filhos.

No final do dia, quando essas mulheres chegam exaustas em suas casas, encerram-se as atividades remuneradas e iniciam-se as atividades que não são consideradas produtivas, como passar, lavar, limpar, cozinhar. Ela realizou inúmeras tarefas não apenas em seu único benefício, mas pelo bem-estar das pessoas de sua família.

O enfraquecimento da hegemonia do feminismo liberal se confirma na sociedade contemporânea, mas isso não significa que ele não tenha sido criticado por outras correntes de pensamento. A corrente que se mostrou mais significativa em relação à crítica ao feminismo liberal é a vertente socialista, ou também conhecida como marxista. Para falar do feminismo socialista, também é preciso recorrer a uma de suas lideranças expressivas: Clara Zetkin.

No dia 5 de julho de 1857, em Wierderau, na Alemanha, nascia Clara Josephine Eissener, aquela que ia se tornar a grande socialista, feminista e revolucionária Clara Zetkin.

Nascia aquela que vai lutar pela organização das “bruxas” operárias, para conquistar a igualdade econômica e social, a liberdade do jugo degradante das quatro paredes da casa, aquela que vai lutar contra o afastamento da mulher na produção e a naturalização de que a tarefa principal da reprodução da força de trabalho a custo zero seja relegado à mulher (MST, 2023).

Clara viveu em um momento da história em que o acesso às escolas era privilégio para poucos. Suas lutas foram marcadas pelo combate ao machismo, ao capitalismo e ao patriarcado.

Neste momento, ela conhece a luta das trabalhadoras têxteis, que denunciavam as péssimas condições no interior das fábricas e passa então a acompanhar as organizações das mulheres e pautar o debate dentro do Partido da Social Democracia Alemã. Clara denunciava a brutalidade do trabalho da mulher, que era um trabalho pesado, escravizador, sufocante, mesquinho, braçal e não pago (MST, 2023).

Clara foi uma mulher que estava à frente do seu tempo, tinha uma visão revolucionária e socialista preocupada com o bem-estar das mulheres e inquieta com relação às injustiças e desigualdades que via naquela época. De acordo com Brighente (2020, p. 4), é sob essa indignação com a condição de opressão da mulher que surgiu o feminismo socialista: “O feminismo socialista, por exemplo, busca estratégias para superar o capitalismo e a hegemonia masculina e, assim, criar outras formas de consciência e atividades políticas”. De acordo com a autora, as mulheres têm condições de se tornarem mulheres críticas e lutarem por justiça.

Tanto o feminismo socialista quanto uma pedagogia das mulheres oprimidas buscam **transformar** o **sistema capitalista, sexista, capacitista e racista** ao mesmo tempo em que almejam o advento de um novo mundo: justo e livre de opressão. Isso não é possível sem uma educação libertadora. Não estou falando de uma educação tradicional que segue um currículo pré-fabricado, criado e executado de cima para baixo, mas de uma educação conscientizadora, libertadora, feminista, socialista e popular, criada coletivamente em uma relação horizontal, dialógica e democrática. No final, não apenas a opressão de uma classe social deve desaparecer, mas também as opressões de raça/etnia, gênero/sexo e de ordem capacitista (Brighente, 2020, p. 3, grifo nosso).

Brighente sustenta que o feminismo socialista procura transformar a sociedade e transformar esse sistema capitalista no qual estamos inseridas e que ainda é racista, opressor, individualista, machista e patriarcal. Mas para que isso seja possível, ainda é preciso romper com uma cultura muito forte que condena as pessoas pelo seu gênero, raça, sexo. Tanto Bell Hooks quanto Paulo Freire trabalham nessa linha:

Uma verdadeira educação popular, e também feminista e socialista, precisa **transformar** as queixas individuais em uma **agenda coletiva**, pois só assim haverá de fato uma **mudança na sociedade**. Dessa forma, vai-se contra os princípios de uma educação conservadora, individualista, competitiva e neoliberal. É no compartilhamento de suas insatisfações na vida privada e pública, e na escuta atenta das outras integrantes do grupo, que as mulheres se **conscientizam criticamente** (Brighente, 2020, p. 9, grifo nosso).

Nessa perspectiva, o feminismo socialista vai unir as lutas das mulheres de forma coletiva em que elas compartilham com outras mulheres suas vivências, dificuldades e passam a lutar juntas e a discutir no coletivo formas de combater as opressões enfrentadas por elas. É nesse coletivo que a luta ganha força e que essas mulheres passam a repensar as suas vidas.

Entender a origem da opressão contra as mulheres é um passo muito importante, estudar sobre aquelas que lutaram para que hoje outras tenham direitos conquistados é muito relevante. Assim, para se libertarem, as mulheres precisam

estar conscientes da sua condição, e muitas das opressões vividas por elas estão ligadas também ao capitalismo.

Por um lado, as mulheres, individualmente, têm consciência de que seu trabalho é explorado, que não há uma divisão igualitária das tarefas domésticas e que sofrem violências. Elas têm essa consciência na maioria das vezes, porém, por meio das reflexões coletivas e da troca de experiências com outras mulheres, desenvolvem condições e coragem de lutar e passam a pensar criticamente e a questionar sua posição de subalternidade. Pensando sobre a sua situação, podem intervir na própria realidade.

Esse processo educativo popular possibilita uma abertura de horizonte para muitas mulheres, criando uma esperança de luta por uma vida melhor, mais igualitária, em que socializam suas realidades e aprendem umas com as outras.

Por isso, a contribuição da educação popular e do feminismo é fundamental para essas mulheres, para que valorizem sua criação de conhecimento e diálogo entre elas e o mundo. Elas devem atingir uma consciência crítica da situação histórica, econômica, cultural e social da sociedade em que vivem, e como o patriarcado afeta suas vidas (Brighente, 2020, p. 11).

É no coletivo que as mulheres passam a ser solidárias entre elas, se tornam conscientes e críticas, tendo assim, condições de transformarem suas vidas. Assim vão sendo formadas lideranças femininas, mulheres emponderadas que passam a escrever uma nova história.

Segundo o relato da entrevistada Bertha (2023): “na verdade, é um processo de luta, é a organização das mulheres, porque a gente só consegue se fortalecer. Num coletivo, tem que ter uma organização, sem a organização não é possível a libertação”.

E é isso que vemos por meio dos relatos de nossas entrevistadas: o seu fortalecimento e a construção de suas identidades feministas por meio desses coletivos que se formam no interior dos movimentos sociais, nos processos de luta e de resistência. Segundo a entrevistada:

O papel dos movimentos sociais além de contribuir para o processo de conscientização tem a ver com a questão da construção da ação política para romper com a realidade que a gente vive. Assim, o papel do movimento é no sentido de promover a formação, organização e da luta na construção de uma outra sociedade. É pela luta da transformação social e isso só vai acontecer se for um processo contínuo de formação, de organização para romper com esse processo e condição que a gente vive (Judith, 2023).

A entrevistada Judith salienta a importância dos movimentos sociais para a construção das identidades das mulheres. Com o movimento e a organização das

mulheres no seu interior, em que vão ganhando espaço, elas obtêm força e têm condições de lutar por seus direitos.

Celina, uma das entrevistadas, cita a Escola de Mulheres como um espaço importante de encontro para as mulheres, local onde elas se sentem fortalecidas e passam a mudar suas formas de pensar e agir diante da sociedade.

A Escola de Mulheres é muito importante, é um espaço de desabafo das mulheres, elas começam a vim e começam a se impor, né? A gente conversa muito, dialoga muito. Vai mudando o jeito de vida delas, eu acho muito importante essa escola (Celina, 2023).

São nesses espaços que as mulheres encontram oportunidades e esperança de buscar formas de mudar a sua realidade.

Aqui, nós temos muitas reuniões que é o coletivo de mulheres, coletivo de gênero, onde a gente se encontrava, tinha formação, onde tratava vários assuntos, né, ali a gente trazia pessoas de fora para fazer palestras, pra tá falando sobre a violência, sobre tantas outras coisas assim que era tratado. Então ali, e foi também através desses encontros, que você acaba tendo essa força e essa coragem para lutar contra isso (Carlota, 2023).

Conforme relato da entrevistada Carlota, por meio dos coletivos das mulheres, elas têm a oportunidade de se reunir com outras iguais, compartilhar suas experiências, em que trazem à tona assuntos delicados e importantes como a questão da desigualdade de gênero e a violência.

É importante destacar que, em muitos desses espaços, ainda ocorre o predomínio do machismo.

O diálogo entre o feminismo socialista e uma pedagogia das mulheres oprimidas nutre nossa esperança crítica por um mundo mais justo. A expansão e atualização dessas teorias e práticas nos mostra que uma educação popular, feminista e socialista não só é viável, mas também fundamental se quisermos dismantelar as várias faces da opressão, especialmente agora em tempos de capitalismo neoliberal global e patriarcal (Brighente, 2020, p.13).

Assim, verifica-se a relevância de uma pedagogia das mulheres feministas em que elas tenham acesso a uma educação conscientizadora, libertadora, que as possibilite intervir na sua realidade e fazer as mudanças necessárias na sociedade.

## 2.4 A EDUCAÇÃO COMO UM CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO

Para lutar contra as opressões advindas do patriarcado e do capitalismo neoliberal global e possibilitar, de fato, que as mulheres construam seu protagonismo,

é preciso uma estratégia pedagógica que venha ao encontro de suas necessidades e que possa construir esse processo de mudança e de quebra de paradigmas.

O que tem sido feito pelos movimentos de mulheres para impulsionar o empoderamento de suas militantes é a promoção de momentos de formação. Neles, são utilizadas metodologias próprias do movimento, com assuntos específicos, em que se fazem rodas de conversas, seminários, debates, isso tudo em uma perspectiva de educação popular. Nesses encontros, as mulheres compartilham suas experiências de vida com as demais companheiras, que contribuem para que elas passem a refletir sobre as suas realidades (Simone, 2023).

Às vezes, o problema que uma está enfrentando dentro de sua casa é semelhante ao que a outra companheira já viveu. Pode-se citar exemplos de mulheres que são vítimas de violência psicológica e física, sendo esses momentos muito importantes para que elas compartilhem suas dores, dúvidas e angústias e, juntas, busquem maneiras de superar essas barreiras.

Essa dinâmica do compartilhamento de experiências comuns faz parte de uma pedagogia que é feminista, que conscientiza as mulheres sobre o que é o sistema patriarcal e que as auxilia a buscar meios de superar as desigualdades, combater as dificuldades, romper com os atos de opressão e serem sujeitas ativas na sociedade em que estão inseridas.

Essas pedagogias surgem a partir da constatação de que as mulheres são vítimas do patriarcado, das desigualdades de gênero e dos preconceitos. Como esclarece Silva (2018. p. 5), “a pedagogia feminista não é algo completamente novo. Em diversos países da América Latina (nos parece que ainda pouco no Brasil), já se constitui uma série de experiências educativas<sup>10</sup> que poderíamos denominar uma pedagogia feminista baseada na educação popular.

---

<sup>10</sup> Em termos de Brasil, as experiências educativas estão mais restritas à academia, como oferta de disciplinas na área de gênero ou de trabalhos de extensão junto às escolas públicas de Ensino Básico. Mas há também algumas ONGs como a THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos que foi criada em 1993 por um grupo de advogadas e cientistas sociais feministas com o objetivo de enfrentar a discriminação contra mulheres no sistema de justiça. É uma organização da sociedade civil com sede em Porto Alegre/RS. Outro exemplo é a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), uma ONG com sede em São Paulo e que faz parte do movimento de mulheres no Brasil e em âmbito internacional. A SOF expressa sua razão de ser no tripé movimento social, transformação e feminismo. Presta assessoria a organizações de mulheres e organizações mistas, a movimentos sociais e a órgãos de governo. Para a SOF, é fundamental fortalecer e ampliar o número de mulheres lideranças com capacidade de serem multiplicadoras de processos formativos em âmbito local, potencializando, assim, a formação de dirigentes capazes de incidir sobre a realidade brasileira, de forma a alterar a relação desigual entre mulheres e homens. Há também o MMC, um movimento social de mulheres camponesas fruto de uma caminhada de luta pela libertação das mulheres que se identifica pela

Assim, os movimentos sociais realizam essa educação não formal utilizando das experiências do próprio grupo, trabalhando assuntos como gênero, patriarcado e violência com intuito de utilizar uma pedagogia voltada para a emancipação dessas mulheres.

Por muitos anos, a educação formal das escolas trabalhou conteúdos e concepções voltadas para a valorização do masculino, fortalecendo os laços impostos pelo patriarcado, sempre colocando o homem branco e heterossexual no centro das atenções. A mulher sempre estava em segundo plano, em uma esfera inferior e de subordinação. A sociedade é composta por uma diversidade de culturas, valores, costumes, raças e etnias, por isso, esse tipo de educação não cabe mais nos tempos atuais.

Diferentemente da educação formal, os movimentos sociais e as pedagogias feministas vão trabalhar em uma outra perspectiva e se basear em uma educação voltada para os interesses das mulheres, para a conscientização e para a sua libertação. Para que isso seja possível são preparados materiais e metodologias específicas para esse público.

As experiências educativas se realizam nas rodas de conversas, nas oficinas, nas místicas, nos debates, nos grupos de reflexão, e podem acontecer no lote em que as mulheres se reúnem para trocar saberes. Elas recebem uma formação diferenciada dentro dos movimentos sociais de mulheres, pois é um processo educativo com base na realidade daquele grupo, no qual as demandas partem das próprias sujeitas.

Na escola tradicional, quem vai conduzir o processo de aprendizagem é o professor e na educação popular esse aprendizado vai ocorrer na troca das experiências e de saberes das envolvidas. Não existe uma única pessoa detentora do conhecimento.

Essa pedagogia feminista estimula as camponesas a se valorizarem, a se respeitarem, a refletirem sobre a realidade em que estão inseridas por meio das vivências e das experiências compartilhadas nos coletivos de formação. Os próprios conhecimentos que elas já possuem servem de apoio para construir estratégias no combate às desigualdades de gênero, ao patriarcado e a tantas outras injustiças.

Nesse sentido, Auad sustenta (2003):

---

produção de alimentos saudáveis, pela construção de um projeto de agricultura ecológica e pela luta e libertação da mulher.

Diante de tantas certezas, qual é o desejo que une as feministas? É o desejo de subverter, mudar, transformar as ideias e práticas que vivemos, para que as mulheres e homens tenham liberdade de pensar e agir. Para esse desejo ser satisfeito há muitas conquistas pela frente. É preciso que haja transformações profundas na educação das pessoas, adultos e crianças, homens e mulheres dentro e fora da escola (Auad, 2003, p. 88).

Conforme a autora salienta, as mudanças da sociedade que são esperadas dependem da adoção de novas práticas, ações e olhares sobre a realidade, e para que isso seja possível é preciso formar pessoas com novas visões e valores voltados para uma sociedade mais justa, humana e solidária.

De acordo com Gaspareto e Collet (2013):

Foi na efervescência das organizações e movimentos populares na década de 1980 que as mulheres camponesas, ao criar seu movimento autônomo, popular, de base e classe, estabeleceram um processo de formação, organização e lutas fundamentado numa estratégia de educação popular (Gaspareto e Collet, 2013, p. 3).

A educação que se espera é a que valoriza e considera os saberes das mulheres oriundos das suas experiências do dia a dia, adquiridos e perpetuados de geração em geração, que são construídos por meio da prática. Nessas rodas de conversa, nos debates e nas vivências, essas mulheres compartilham seus saberes com as demais e, assim, constroem uma rede de relacionamento e de aprendizagem.

Segundo Vielmo (2021):

No caso do movimento feminista, partir das experiências das mulheres, equivale a levar a percepção como sujeito de um grupo social, perceber que as violências e obstáculos são produzidos pelas relações desiguais de gênero e raça numa sociedade pautada pela exploração, já que as mulheres são um grupo atravessado por outras opressões além das do gênero (Vielmo, 2021, p. 2).

Cada uma dessas mulheres possui uma trajetória dentro dos movimentos — sejam eles mistos ou autônomos de mulheres —, ou seja, tem muita história para contar e que, ao serem compartilhadas com as companheiras, se tornam mais leves e servem de apoio para outras mulheres.

Nesse sentido, a pedagogia feminista se apresenta com algumas características que são importantes:

Algumas características constituem as propostas educativas classificadas como parte da pedagogia feminista, sendo a principal, considerar as desigualdades de gênero no diagnóstico e atos pedagógicos. Também, propor oposições ao modelo androcêntrico de educação, em que cooperação, subjetividade, aprendizagem e igualdade ocupam o lugar da competição, objetividade, ensino e hierarquia, presentes na educação formal tradicional (Vielmo, 2021, p. 8).

Portanto, o objetivo dessa estratégia de ensino é justamente conscientizar as mulheres da sua situação, dar condições de refletir sobre sua prática propondo, assim, as mudanças necessárias para combater as desigualdades impostas pelo patriarcado.

O que as escolas tradicionais colocam à disposição dos alunos não são as pautas específicas de luta das mulheres então, é na educação informal que esses processos de formação vão acontecendo e que elas vão tomando consciência dos processos de opressão, das desigualdades de gênero, do racismo e de tantos outros problemas que perpassam as suas vidas. Como afirma Viêlmo, “o trabalho educativo que envolva mulheres, seja na escola ou nos movimentos sociais, implica em revisar e transformar as concepções e ações, em um verdadeiro movimento de práxis feminista, recolocando a educação política de mulheres no centro da agenda feminista” (Viêlmo, 2021, p. 10).

Assim, é importante que as mulheres recebam uma educação política para que tenham acesso ao conhecimento, sejam críticas, conscientes e capazes de promover transformações nas sociedades em que estão inseridas.

Segundo Chambela (2019):

Contra a desigualdade de gênero e a opressão vivida pelas mulheres, surgem cada vez mais movimentos organizacionais em forma de grupos ou associações que tem por objetivo liderar ideais e projetos que possam externar novas reflexões e experiências antes não vividas (Chambela, 2019, p. 57).

Nesse sentido, se faz necessário e urgente discutir assuntos sobre a condição da mulher na sociedade, possibilitar a sua participação nos coletivos de mulheres, proporcionar que elas acessem o conhecimento para que tenham consciência e chances de refletir sobre sua vida e passem a ter condições de lutar para reduzir tantas desigualdades impostas pelo fato de ser mulher.

É nesses encontros dos coletivos de mulheres que ocorre a valorização da mulher, a conscientização do seu papel, a importância do seu trabalho e a reafirmação da sua identidade como sujeita.

Dessa forma, por meio das abordagens pedagógicas feministas, é possível construir esse caminho de aprendizagem para essas mulheres, partindo das suas próprias necessidades, dos seus interesses e dos conhecimentos que trazem consigo. São relações baseadas no companheirismo e na solidariedade. Então, as estratégias que a educação feminista propõe e que a educação popular trabalha acabam sendo

diferenciadas da educação formal das escolas e acabam, assim, sendo emancipatórias.

A entrevistada Simone (2023), que faz parte da organização dos processos formativos do MST, menciona a importância dos processos formativos para as mulheres que deles participam:

Eu percebo que há uma transformação a nível social, então, essas mulheres, não todas, claro, nenhum processo de formação vai ser de abrangência 100%, porém as mulheres, muitas das nossas dirigentes que nós temos hoje que estão nos espaços construindo os movimentos, elas passaram pelas escolas das mulheres, então essa inserção política das mulheres, a resistência nos territórios, isso é uma transformação na vida delas. Para quem conhece a realidade de uma comunidade camponesa sabe o quanto uma participação comunitária dentro do movimento social transforma a vida delas, elas não veem mais o ambiente doméstico apenas como seu espaço (Simone, 2023).

Eu vejo uma transformação na autoestima dessas mulheres, na segurança delas, no espaço político, mas isso vai para dentro das casas, como elas conseguem também muitas problematizar as próprias relações com os companheiros, com os filhos, com a família, problematizar outras discussões. A perspectiva é que essas mulheres vão olhar para outras mulheres da sociedade e da comunidade que elas estão. Uma situação de violência já não é mais culpa da mulher, ela vai ser olhada como uma questão social que precisa ser combatida. São essas as diferenças que a gente consegue perceber (Simone, 2023).

Esses processos de formação com estratégias pedagógicas pensadas e voltadas para as mulheres camponesas têm a capacidade de tirá-las de uma realidade em que estavam inseridas, muitas em ambientes machistas, violentos e opressores, e possibilitam que elas passem a pensar e a agir de outra forma.

Assim, só será possível mudar a sociedade e as pessoas se forem adotadas práticas e comportamentos que sejam diferentes dos costumeiros e, para isso, é necessário deixar de lado muito do que foi imposto pelo capitalismo e pelo patriarcado e adotar novas posturas e comportamentos.

Para que possam ocorrer mudanças significativas na sociedade, práticas, valores, costumes e hábitos devem ser repensados. A forma de se relacionar com as pessoas e de olhar a natureza deve envolver sensibilidade, e nesse sentido, a agroecologia se apresenta como um meio que pode ser capaz de transformar o modo de vida das mulheres, dando a possibilidade de valorizar a natureza e de se reinventar.

## 2.5 A AGROECOLOGIA É FEMINISTA?

A agroecologia é uma ciência e, ao mesmo tempo, é um projeto de vida para muitas mulheres camponesas, é um relacionamento diferente com a natureza. Surge como um novo paradigma para reduzir os impactos ambientais, enquanto valoriza os conhecimentos dos povos tradicionais.

Segundo Siliprandi (2015),

A agroecologia é definida por seus principais teóricos como um conjunto de disciplinas científicas por meio dos quais é possível analisar e atuar sobre os agroecossistemas<sup>11</sup> de forma a permitir a implantação de estilos de agricultura com maior nível de sustentabilidade (Siliprandi, 2015, p. 81).

Nesse sentido, a agroecologia tem como proposta o desenvolvimento de uma agricultura sob uma nova perspectiva, a utilização da terra evitando ao máximo agredir os solos, com foco na preservação do meio ambiente e na sustentabilidade.

De acordo com Hollanda (2020):

A partir da observação do funcionamento dos ecossistemas naturais e inspirados pelo manejo da terra feita por populações tradicionais, especialmente pelos povos indígenas, ecólogos como o chileno Miguel Altieri<sup>12</sup> o estadunidense Stephen Gliessman<sup>13</sup> ajudaram a dar consistência e visibilidade à agroecologia, ao sistematizarem esses saberes. Nos anos 2000, os movimentos sociais passaram a se apropriar, sobremaneira, do discurso e das práticas da agroecologia, em especial os movimentos sociais de luta pela terra ligados a via campesina<sup>14</sup>, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o movimento dos pequenos agricultores (MPA), que entendem a agroecologia como uma estratégia de luta em prol da justiça socioambiental, sendo essa uma de suas principais bandeiras de luta (Hollanda, 2020, p. 286).

Os movimentos sociais, vendo a forma como tem se desenvolvido a agricultura convencional, ou agricultura moderna, com altas produtividades, porém utilizando cada vez mais insumos agrícolas, adubos químicos, inseticidas e tantos outros produtos que são vendidos aos agricultores a todo momento, buscam uma nova forma de fazer agricultura. Os produtores que buscam alta produtividade e lucratividade vão colocando todos esses produtos no solo sem se preocupar se estão sacrificando os

---

<sup>11</sup> Agroecossistemas é definido como um tipo específico de ecossistema modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas.

<sup>12</sup> Apresenta a agroecologia como a base científica de uma agricultura alternativa.

<sup>13</sup> Inscreve o conceito de agroecologia não só como prática agrícola, mas também como a interação e conexão de todos os elementos que compõem um sistema alimentar.

<sup>14</sup> Via Campesina é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo. A organização busca articular os processos de mobilização social dos povos do campo em nível internacional.

solos, se estão poluindo o meio ambiente e envenenando as pessoas; no entanto, quem pratica a agroecologia busca uma outra forma de fazer agricultura.

As mulheres ligadas aos movimentos sociais citados vão abrindo os olhos para essa nova alternativa de produzir alimentos e tornam-se interessadas em substituir as formas convencionais/modernas por uma nova forma de fazer agricultura e de se relacionar com o meio ambiente.

De acordo com Hollanda (2020):

O debate feminista terá um lugar central na construção do movimento agroecológico a partir do momento que as mulheres, principalmente as mulheres do campo, indígenas, negras e de populações tradicionais, começam a trazer suas pautas, demandas e necessidades de reconhecimento dentro do movimento, partindo da ideia de que “sem feminismo, não há agroecologia” (Hollanda, 2020, p. 286).

A autora salienta que a participação das mulheres no processo de construção de um movimento agroecológico é fundamental, uma vez que possuem uma grande proximidade com a natureza. Além disso, elas têm maior sensibilidade, o que as aproxima dessa nova filosofia de vida.

O lema lançado pelas mulheres “sem agroecologia não há feminismo” quer apresentar que não seria possível olhar a agroecologia sem o olhar de uma mulher, ou seja, para as mulheres, as lutas pela agroecologia e pelo feminismo precisam andar juntas.

De acordo com Siliprandi (2015),

A participação das mulheres agricultoras nas lutas sociais rurais havia crescido significativamente no Brasil no decorrer da década de 1990, sendo assim nas experiências produtivas vinculadas ao movimento agroecológico, e a partir dos anos 2000, começaram a ser realizadas algumas pesquisas acadêmicas (em nível de mestrado e doutorado) especificamente sobre essa participação. Pela primeira vez eram enfocadas as mudanças ocorridas nos sistemas produtivos das propriedades rurais, e chegou-se à conclusão de que, de maneira geral, participar de experiências agroecológicas permitiria a ampliação do espaço de atuação dessas mulheres, para além das suas redes de sociabilidade habituais (Siliprandi, 2015, p. 10).

Na agroecologia, a mulher passa a ser valorizada e tem seu espaço de atuação, diferentemente do que ocorre na agricultura tradicional, em que se prioriza a utilização de máquinas e equipamentos e a mulher é uma mera “ajudante” do marido.

Quando as unidades de produção trabalham com a agroecologia, verifica-se que a hierarquização fica de lado e que o trabalho envolve e valoriza todos os membros da família. Observa-se que, ao ingressar nas práticas agroecológicas, as

mulheres plantam, por exemplo, verduras, comercializam essas verduras e passam a ter sua renda e, com isso, conquistam autonomia financeira.

Em 2007, a terceira Marcha das Margaridas<sup>15</sup>, ocorrida em Brasília, contou com a participação de aproximadamente 30 mil mulheres. Nesse momento, as mulheres já faziam críticas ao modelo proposto pelo agronegócio e propuseram a agroecologia como base para se construir um novo modelo produtivo, além de terem a preocupação com as questões relacionadas a gênero e violência no campo (Siliprandi, 2015, p. 127).

Já em 2011, a edição da Marcha teve como pauta a questão da agroecologia e teve a presença de, aproximadamente, 50 mil mulheres.

Nesse sentido, pode-se citar o trabalho de uma ecofeminista indiana, Vandana Shiva,<sup>16</sup> que tem ajudado a realizar esse debate pelo mundo todo. Ela critica as concepções modernas de economia e sugere a urgência da adoção de estratégias novas de sobrevivência, defendendo, assim, a dignidade das pessoas e das espécies da terra (Hollanda, 2020).

Com o passar dos anos, foram sendo realizados estudos sobre o campo de conhecimento da agroecologia e foi verificada a necessidade de mudanças significativas nas formas de se fazer agricultura, porém, agora, com a preocupação da sustentabilidade.

Ou seja, é preciso construir uma sociedade sustentável, que produza com consciência e consuma com responsabilidade e, nesse sentido, as mulheres representam um papel fundamental no processo de transição. Elas estão envolvidas em iniciativas de transição das atividades convencionais para as agroecológicas, mas, na prática, o predomínio de bases patriarcais e capitalistas ainda é frequente.

As mulheres camponesas e feministas têm sido resistentes a esse modelo de agricultura capitalista dizendo não ao uso de agrotóxicos e sim à produção de alimentos livres desses químicos.

Conforme Siliprandi (2015):

Como todos os camponeses, essas agricultoras sentem um enorme orgulho em poder oferecer uma mesa farta e com alimentos de qualidade para a sua família, assim como para a comunidade (por meio de feiras e mercados locais), a partir do trabalho que é realizado na propriedade. Não é apenas pelo motivo óbvio de terem vencido o fantasma da fome e da desnutrição. No processo de transição para a agroecologia, passaram a valorizar outras

---

<sup>15</sup> **Marcha das Margaridas** é uma manifestação de mulheres trabalhadoras rurais de todo o Brasil, em prol de direitos sociais e contra a violência contra as mulheres do campo e da floresta. O evento tem-se realizado a cada quatro anos, desde 2000, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília

<sup>16</sup> Vandana Shiva é uma filósofa, física, ecofeminista e ativista ambiental indiana. Diretora da Fundação de Pesquisas em Ciência, Tecnologia e Ecologia, com sede em Nova Déli, é uma das mais importantes ativistas ambientais do mundo.

questões, ligadas, por exemplo, à variedade dos alimentos consumidos. A preservação da biodiversidade — um princípio ligado à sustentabilidade ambiental que orienta as decisões produtivas na agroecologia (Siliprandi, 2015, p. 305).

Essa capacidade das mulheres em produzir alimentos de qualidade e saudáveis faz com que elas não precisem recorrer aos mercados em busca de produtos industrializados. Os alimentos do campo proporcionam maior qualidade nutricional às pessoas, o que promove mais saúde para quem se alimenta desses produtos.

Além de produzir alimentos saudáveis, como frutas e verduras, as mulheres também contribuem com os quintais agroecológicos, cultivando uma variedade de plantas medicinais que são consumidas por pessoas e até por animais. Assim, no campo, existe uma variedade e uma riqueza de plantas que contribuem para a saúde das pessoas e substituem, em muitos casos, a utilização de medicamentos convencionais vendidos em farmácias, por exemplo.

O uso das plantas medicinais é defendido pelos agricultores, pelo fato de ficarem livres dos medicamentos das farmácias e, assim, evitar gastar dinheiro com esses produtos que, às vezes, acabam não sendo tão eficazes.

Entende-se, assim, que as mulheres têm um papel fundamental na utilização de práticas agroecológicas nas unidades de produção. São elas que têm mais consciência da importância da preservação da natureza e da produção de alimentos saudáveis e que possuem saberes tradicionais, porém, nem sempre elas conseguem colocar em prática tudo o que querem e sabem. Isso se dá pelo fato de viverem em uma sociedade baseada em princípios patriarcais e voltados para o capitalismo.

### **3 A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NO MST E A PEDAGOGIA FEMINISTA**

A organização das mulheres camponesas nos coletivos proporciona um espaço em que podem dialogar e debater assuntos diretamente ligados a elas. Com isso, passam a se fortalecer, a combater o patriarcado e a lutar pela equidade de gênero. A Escola Regional de Mulheres se apresenta como um local privilegiado para que essas mulheres se fortaleçam politicamente e construam saberes e, a partir disso, se tornem mulheres capazes de transformar suas vidas.

#### **3.1 PERFIL DAS ENTREVISTADAS**

Como mestranda no programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, é a primeira vez que esta autora pesquisa sobre feminismo. Portanto, para que fosse possível encontrar as entrevistadas, contou com indicações de colegas do próprio mestrado que residiam em assentamentos ou que tinham algum envolvimento com os movimentos sociais, os quais ela considera informantes-chave nesse processo.

O contato com as mulheres entrevistadas nesta pesquisa se deu a partir de conversas informais, por meio das quais acessou-se uma das lideranças do coletivo de mulheres do MST. Desse modo, um grupo de mulheres que tinham semelhanças com o tema da referida pesquisa foi sendo estruturado.

A partir disso, o contato com essas mulheres foi iniciado e outros nomes foram surgindo por meio de conversas com as próprias entrevistadas, que sugeriram outras mulheres que possuíam características almejadas para a realização deste estudo.

Com a constituição do grupo de mulheres entrevistadas, pode-se perceber que algumas são ativistas, outras participam ativamente do coletivo de mulheres dentro do MST e são lideranças dentro de suas comunidades. Há ainda as que, por trabalharem fora de casa, já não dispõem de tempo para se dedicar tanto à militância, mas, mesmo assim, têm fortes características feministas.

Independentemente da situação de cada uma delas, todas têm uma história dentro do movimento de mulheres. Algumas vêm de uma geração mais velha, outras de gerações mais novas, contudo, todas têm histórias marcantes de muita luta pela

conquista de seus direitos como mulheres e como cidadãs e de luta pela conquista de um pedaço de terra.

Parte dessas mulheres desenvolvem alguma prática agroecológica, umas são mais atuantes na luta das mulheres, outras menos. Percebe-se que as mais jovens são mais ativistas dentro do movimento, porém as mais velhas têm toda uma história de luta dentro do MST, ou seja, existem diferenças nas gerações em relação à militância feminista.

As participantes entrevistadas foram nove. Cinco delas moram em assentamentos e quatro em acampamentos. Quatro mulheres residem no Assentamento Oito de Junho e uma no Acampamento Recanto da Natureza, no município de Laranjeiras do Sul; duas moram no Acampamento Herdeiros da Terra 1º de Maio, em Rio Bonito do Iguazu; uma no Assentamento Ireno Alves e uma no Acampamento Herdeiros da Terra 1º de Maio, em Nova Laranjeiras.

Têm idades entre 34 e 57 anos, com nível de escolaridade variado, cinco delas cursaram do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental; duas estão cursando o Ensino Superior; uma tem Ensino Superior completo e uma tem Mestrado. Três das entrevistadas são casadas, quatro delas mantêm união estável, uma é solteira e uma separada. A quantidade de filhos varia de um a quatro por entrevistada. Das oito participantes, seis são militantes do MST e participam de cursos promovidos pelos coletivos das mulheres e dos encontros realizados pelo movimento, e duas não são militantes atuantes no momento.

O critério de escolha das entrevistadas partiu de uma conversa informal com uma das militantes do MST que apontou possíveis nomes de mulheres com o perfil desejado para a pesquisa. São mulheres com características feministas, camponesas e que defendem práticas agroecológicas, mulheres que lutam para combater as relações de opressão, de preconceitos e o patriarcado.

De acordo com Judith (2023), entrevistada de 29 anos de idade, trabalhadora da coordenação do centro de formação do MST, camponesa, militante ativa do MST e mãe:

Em conjunto com as companheiras e com o movimento social, lutamos pela superação das relações de dominação e de opressão que as mulheres vivem e pela construção de outras formas de sociabilidade de relações sociais e de produção onde a mulher não seja oprimida (Judith, 2023).

É na união com as companheiras que essas mulheres vão se fortalecendo, construindo estratégias e tendo condições de lutar para superar as injustiças que lhes são impostas. Nesse sentido, recorre-se a Lerner (2019) que ajuda a entender o conceito de luta:

Luta é a ação do desejo que nos politiza. Luta é o nome próprio da ação política, ela mesma uma ação poética, no sentido de criação de uma obra. Ao mesmo tempo, o termo luta está no mundo da vida. Feministas são seres em luta, sendo ou não mulheres, já que a diversidade do termo feminismo não pode depender da unidade do conceito de “mulher” em um sentido natural. Ele mesmo sempre é bom lembrar é um termo criado pelo patriarcado que é preciso desconstruir (Lerner, 2019, p. 53).

Assim, as lutas feministas se fazem presentes no cotidiano e são necessárias porque, embora existam leis que garantam vários direitos às mulheres eles nem sempre são respeitados como deveriam. Dentro dos assentamentos e dos acampamentos isso não é diferente, ainda existem homens com características machistas, as relações de gênero são desiguais e as mulheres buscam constantemente combatê-las.

O feminismo é um fazer, é a ação que põe em cena o desejo daqueles que, sendo mulheres, no mais amplo sentido dessa palavra, lutam contra o encarceramento, sua domesticação, sua escravização e sua docilização sem perder de vista que “mulher” é uma marcação do patriarcado que foi ressignificada no feminismo (Lerner, 2019, p. 42).

O feminismo, dessa forma, é um movimento que requer ação de quem o pratica, ou seja, por meio dos desejos e inquietações é que são pensadas estratégias para se colocar em prática o que se deseja. No caso das mulheres, é o desejo de se libertar do patriarcado, das injustiças e das desigualdades que são impostas a elas diariamente.

Assim, o feminismo exige movimentação de quem o pratica, as mulheres precisam estar sempre em ação, sempre em constante luta para ter seus direitos, de fato, respeitados. Para as mulheres do campo também é assim, uma vez que muitas estão longe dos grandes centros e ainda muito dependentes dos maridos. As mulheres inseridas no meio rural acabam estando mais suscetíveis a violências, opressões de gênero e dominação masculina.

Nesse sentido, Judith (2023) afirma:

O campo ainda é um espaço muito conservador, ou seja, as mulheres ainda estão muito sujeitas à dominação e à violência. Inclusive eu acho que as mulheres do campo sofrem muito mais com a questão do machismo e das relações de dominação do patriarcado.

Essa dominação do patriarcado se dá pelo fato de que as mulheres camponesas acabam estando distantes das cidades em termos geográficos, têm dificuldades em pedir ajuda e acabam ficando mais vulneráveis a violências por parte de seus companheiros. Em razão da dependência econômica, ficam reféns dos maridos, e o fato de não terem formação ou uma profissão e de serem mães acaba sendo um agravante para conseguirem se libertar.

O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, as escolas e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi, por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho. Trata-se de algo visto de modo tão natural e instintivo, que muitos e muitos de nós sequer nos damos conta. Portanto, ler e falar sobre o patriarcado é desnaturalizar nossa existência (Lerner, 2019, p. 21).

Nesse sentido, por tanto tempo, o patriarcado fez com que as mulheres acreditassem que o trabalho desempenhado por elas não tem valor econômico, que não passa de uma “ajuda” e de uma “obrigação”. A repetição de geração em geração acabou tornando esse pensamento tão natural que muitas mulheres passaram a acreditar que é assim mesmo.

O trabalho da mulher está muito associado ao cuidado, ocorrendo, assim, essa divisão sexual do trabalho no campo de forma muito mais explícita do que, muitas vezes, na cidade. No campo, isso se manifesta de forma mais visível, né? (Judith, 2023).

Judith só reforça o que acontece de forma frequente no campo, por muito tempo a mulher camponesa não foi reconhecida como trabalhadora rural, sempre foi considerada ajudante na roça e responsável pelos cuidados da casa e da família. Isso se tornou um processo natural e talvez até hoje essa naturalização do trabalho feminino seja a mesma, pois existem muitas mulheres que se encontram nessa posição.

Assim, as camponesas podem desempenhar inúmeros papéis todos os dias, trabalhar tanto quanto seus maridos. No entanto, como se criou a cultura de que cabe a ela cuidar da casa, dos filhos, da horta e dos animais, seu trabalho é considerado uma mera ajuda dentro das unidades de produção. É dessa forma que seu trabalho foi sendo invisibilizado e elas só passaram a ser respeitadas à medida que começaram a se questionar e a questionar o comportamento de seus companheiros.

A antropologia definiu o *patriarcado* como um sistema de organização social no qual posições-chave de poder (políticas, econômicas, religiosas e militares) estão exclusivamente ou principalmente nas mãos dos homens.

Com base nessa caracterização, concluiu-se que todas as sociedades humanas conhecidas, passadas e presentes, são patriarcais. É uma organização histórica de grande antiguidade que chega aos nossos dias (Puleo, 2002, p. 1).

Segundo a autora, o patriarcado esteve presente em todas as sociedades, é um sistema social antigo mas ainda existente e que opera em vários lugares. Esse sistema foi imposto de forma violenta e desigual às mulheres, subordinando-as aos homens e tornando-as vítimas do patriarcado.

Muitas mulheres acabam se submetendo a condições de exploração, violência e dominação por não ter justamente o acesso e o poder de decisão. A renda, que é gerada muitas vezes pelo fruto do seu trabalho, que muitas vezes, numa propriedade que trabalha com grãos e leite, é o homem que determina o que fazer com o dinheiro, a mulher tá lá. Ela tá lá trabalhando, contribuindo, gerando renda, embora seja invisibilizado e não reconhecido o trabalho dela (Judith, 2023).

Essa situação de subalternidade a coloca em uma posição de inferioridade e independentemente de quanto ela produza e se dedique nas atividades, seu trabalho será considerado como algo “sem valor”. Há muito tempo perdura essa estrutura de poder e de hierarquia na qual a mulher não tem direito a se posicionar e, no trabalho familiar camponês, isso fica mais evidente.

Em razão disso tudo, ao longo da história, existiram mulheres à frente do seu tempo que acabavam não se sentindo confortáveis com essas situações de inferioridade e de submissão e passaram a questionar e a exigir mudanças.

Para isso, começaram a se organizar em movimentos. No caso das entrevistadas, os questionamentos à submissão da mulher ao homem, inicialmente, vieram pela luta pelo direito à terra. Mais tarde, sentiram a necessidade de formar grupos de discussão somente sobre as questões ligadas às mulheres, e, a partir disso, dentro do próprio movimento, criaram a Escola de Mulheres. Por estarem também organizadas em grupos de mulheres, nesse sentido, as entrevistadas foram questionadas se elas se consideram feministas.

Segundo Judith (2023), ela se reconhece como uma feminista e relata:

Eu posso sim afirmar que me considero uma mulher feminista. E junto com outras e com o movimento social, a gente luta pela superação das relações de dominação e de opressão que as mulheres vivem e pela construção de outras formas de sociabilidade de relações sociais e de produção, onde a mulher não seja oprimida.

Judith é uma mulher jovem, mas que possui uma vida ativa de militante junto ao MST. Trabalha tanto no lote do assentamento em que vive com sua família quanto

no centro de formação do MST, e, ainda, colabora nos processos de formação na Escola Regional de Mulheres.

Já de acordo com relatos de Dionísia (2023), 55 anos de idade, foi militante do movimento de mulheres no MST com uma vasta experiência dentro de acampamentos e assentamentos, tendo trabalhado em feiras. Hoje, trabalha com a agroecologia e suas atividades estão bastante focadas na agroindústria da família, que compreendem panificação, embutidos, queijos e uma variedade de alimentos.

Dionísia tem muita história para contar, morou por, aproximadamente, 5 anos embaixo de lonas no acampamento na beira da BR. Antes disso, morava com sua família no município de Rio Bonito do Iguazu, porém, segundo ela, como não possuíam nenhum pedaço de terra, foram para o acampamento em busca do acesso à terra para terem moradia e plantio. Foram anos de muitas dificuldades em que passaram muita necessidade, até que conseguiram a tão sonhada terra.

Nós tinha dois filhos pequenos na época, minha filha tinha 5 anos, acostumada a andar somente em cima do chão batido do barraco, quando conseguimos se mudar numa casinha velha, muito simples de assoalho, essa casa era uma “mansão” para nós, perto do que estavam acostumados, ela não conseguia andar, tinha dificuldades. Porque estava acostumada a andar somente no chão batido da terra. Esses momentos a gente guarda para o resto da vida (Dionísia, 2023).

Foram situações como essas que fizeram com que essas mulheres acabassem se tornando fortes, porque não tinham para onde ir. A maioria delas, já com filhos, saem com seus maridos em busca de algo melhor e acabam, assim, arriscando suas vidas, passando por muitas dificuldades e tendo que enfrentar e passar por muitas adversidades para sobreviverem nessas circunstâncias.

Quando questionada sobre ser ou não feminista, a entrevistada menciona que: “Sim e não. Até uma parte, né? A gente conhece umas que são muito radical, né? Então eu sou, mas não sou aquela radical, tipo aquela que o homem não pode dar opinião. E entendo mais feminismo por igualdade, né” (DIONISIA, 2023).

Dionísia menciona que ela se considera uma feminista, mas não quer ser comparada a uma feminista radical, ou seja, uma mulher que quer ser superior ao homem. Para ela, ser feminista é a mulher e o homem trabalharem com igualdade. Ela se considera feminista “em partes” e prioriza a igualdade entre os gêneros. A entrevistada se reconhece como feminista levando em conta a sua luta dentro do movimento, sempre participando dos debates, levando para as reuniões as demandas

dela e das mulheres, lutando para combater a opressão vinda do patriarcado, educando seus filhos a priorizarem a igualdade entre homens e mulheres.

Nesse sentido, Cyrino (2023) auxilia na compreensão do conceito de feminismo radical:

Nascido como contraponto a um feminismo de feições mais liberais e reformistas, o feminismo radical que emerge no início dos anos 1970 se configura como uma *práxis* revolucionária cujo objetivo é colocar fim ao sistema que oprime as mulheres. Ser “radical” significa, para essa corrente feminista, identificar e, em seguida, extirpar as raízes do sistema opressor, para que este seja destruído em sua totalidade (Cyrino, 2023, p. 3).

De acordo com a autora, esse feminismo radical não é sinônimo de extremismo, mas o entendimento do início das opressões das mulheres. Ou seja, essa origem pode ter começado pelo fato de a mulher ser do gênero feminino e construiu-se uma concepção da mulher como um ser frágil, cuidadora do lar, que gostava de brincar de bonecas.

Talvez seja nesse sentido que, para algumas mulheres, esse feminismo radical levaria a elas terem que eliminar o opressor, interpretando como opressor seus companheiros. Assim, essas mulheres feministas estariam temendo esse feminismo radical, pois “para o feminismo radical, não se trata mais de propor reformas na sociedade e conquistar direitos, trata-se de destruir, na sua totalidade, o sistema opressor” (Cyrino, 2023, p. 6).

Assim, por meio das entrevistas, observa-se que algumas das participantes, ao serem questionadas se elas se consideram feministas, ficam com uma certa dúvida em se afirmarem como tal em razão do fato de não quererem ser comparadas a feministas “radicais”, como elas relatam.

Rose (2023), de 62 anos, hoje, não atua diretamente nos movimentos de mulheres. Segundo ela, participa das reuniões do clube de mães, mas tem uma filha que está mais envolvida diretamente com o movimento e ela acaba ficando mais em casa, porém, possui grande experiência com relação à agroecologia. Trabalha há 30 anos com plantas medicinais, cultivando com base na agroecologia.

Quando questionada se ela se considera uma feminista, Rose diz: “não me considero uma feminista no todo”, mas afirma que valoriza as mulheres que comandam as propriedades sozinhas, as respeita, só que “a gente aqui tem um jeito diferente, a gente prioriza a família. Não sou contra quem é”. No entendimento dela, existem mulheres feministas que acabam excluindo os homens de suas vidas no momento em que se tornam defensoras do feminismo e, segundo ela, acha

interessante que as mulheres estejam à frente da gestão de suas terras, porém ela prefere deixar a cargo do marido essas questões, pois entende que assim estaria valorizando a sua família.

Nesse caso, Rose não se assume diretamente como uma feminista, mas defende as mesmas bandeiras que o movimento defende, como igualdade entre mulheres e homens, e de que todas as decisões do lote sejam tomadas em conjunto. Rose reconhece que ainda predominam relações machistas no meio rural: “Isso é bastante, na maioria das propriedades, são os homens que ditam as regras. Têm algumas aí que se escapam, a maioria das propriedades é dominada pelos homens” (Rose, 2023).

Para a entrevistada, mesmo não participando como militante do movimento, percebe como ele contribuiu para o reconhecimento de que machismo é um problema para as mulheres, que, ao priorizar a família, observa a necessidade de igualdade entre homem e mulher e que a mulher também tenha poder de decisão sobre a gestão da propriedade.

Já Linda, 57 anos, casada, dois filhos, camponesa que trabalha com agroecologia, quando questionada se ela se considera uma feminista, responde:

Olha... Cristiane, eu vou falar bem assim aberta contigo, essa questão do feminismo me assusta, sabe? Falar... porque nós vivemos dentro de um modelo que até ontem, até que as mulheres se organizaram, **o machismo dominava e hoje ainda existe muito**. E daí me assusta a questão feminista por essa questão de nós, e **tenho medo de mudar de machismo, mas querer impor o feminismo na sociedade**. Eu não sei até que ponto o feminismo. Eu luto, eu defendo muito a igualdade de gênero. A igualdade de gênero que seja homem, mulher juntos. Porque no feminismo, a gente às vezes acaba né, eu já vi acontecer várias vezes assim que, por esse lado feminista, a gente até **questionar os próprios companheiros** nosso, ao invés de nós chamar eles para essa igualdade de gênero (Linda, 2023, grifo nosso).

Na fala de Linda é perceptível sua luta para que haja a igualdade de gênero, mas sente um pouco de receio quando questionada se ela mesma se considera uma feminista, pois tem medo de afirmar que sim, em razão de ter um certo medo de ser vista e considerada como uma mulher radical.

Os valores da entrevistada são focados na luta pela equidade entre mulheres e homens, no combate àquela velha concepção de que existe tarefa específica para homem e para mulher. Linda é envolvida no movimento de mulheres e não se sente confortável com as injustiças que ainda estão presentes no dia a dia das mulheres.

Segundo Linda (2023), seu contexto familiar foi baseado em relações de machismo:

Na casa em que eu morava, a minha mãe era submissa ao meu pai em tudo, tudo, ela tinha que fazer tudo para ele e nunca tava bão, né? A gente cresceu com essa mentalidade assim. Eu pensava: meu Deus! Será que isso vai ser pra sempre pra mim também? Daí casei, fui para outra família, embora eles tinham participação bastante lá no sindicato de Dois Vizinhos, mas estava enraizado na minha sogra essa questão que o homem não pode fazer serviço da mulher. Se a gente tivesse ficado onde nós morava com eles, eu taria na mesma.

A autora ainda enfatiza que, em muitas propriedades, predomina o machismo: "eu acho que quem domina ainda são os homens, principalmente em relação ao plantio. Porque se as mulheres tivessem mais voz, teríamos mais comida plantada" (Linda, 2023).

Segundo Linda, se as mulheres estivessem à frente da gestão dos lotes, se tivessem autonomia e condição de escolher o que plantar nas propriedades, provavelmente elas priorizariam o plantio de alimentos que fossem para a mesa das pessoas, ou seja, comida de verdade, porque as mulheres têm a preocupação de colocar na mesa comida livre de agrotóxicos, comida saudável que não venha a prejudicar a saúde de quem vai consumir.

Hoje, observa-se com frequência, o predomínio do agronegócio que prioriza o plantio de *commodities*, o foco desse modelo não está em cultivar alimentos saudáveis, que vão para a mesa das pessoas. Atualmente, uma das grandes preocupações das mulheres camponesas agroecológicas está justamente nessa questão, em garantir o plantio de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e que possam alimentar as famílias.

Já Bertha, 34 anos, militante ativa do movimento de mulheres no MST, professora, camponesa agroecológica e acampada, se define como feminista, mas, segundo ela, com "vários paradigmas para quebrar". Ela é advinda de uma família machista, então, isso fez parte da realidade da infância dela. "Eu vim de uma família muito machista, uma cultura muito machista, conservadora, meus pais evangélicos, muito radical. Educavam a filha mulher apenas para cuidar da casa e pra fazer o serviço da roça e obedecer o marido, né?".

A entrevistada presenciou a mãe e os irmãos passando por essas situações de opressão, mas nunca se conformou com aquilo que vivia, com a forma como a mãe era tratada. Sua experiência no acampamento, vivenciar todas as dificuldades e enfrentamentos, fez com que ela se tornasse uma defensora das mulheres e

passasse a lutar pela igualdade. Ela menciona que o movimento “tem a capacidade de tirar você de uma realidade e lançar em outra”. E, assim, ela se tornou uma pessoa diferente e passou a ver as coisas de outra forma. Foi no coletivo de mulheres que Bertha despertou para a mudança de sua visão sobre o mundo, questionando sobre a realidade em que estava inserida.

Judith (2023) contribui para a compreensão do coletivo de mulheres:

No movimento, a orientação que a gente procura é organizar essas células, esses coletivos de mulheres nas comunidades, dentro dos assentamentos, acampamentos, espaços específicos para as mulheres se organizar, para elas debaterem questões, assuntos do seu cotidiano, específica das mulheres e dos movimentos sociais para além disso (Judith, 2023).

Assim, entende-se que nos encontros dos coletivos das mulheres são trabalhados temas sobre questões relacionadas ao feminismo e lutas das mulheres, com isso, elas procuram se organizar nesses grupos para se fortalecerem, irem ganhando força e conquistando seus espaços. O movimento parece possibilitar às mulheres se rebelarem contra as injustiças a que estão submetidas.

Bertha mencionou que, desde pequena, teve atos de rebeldia. De acordo com ela, ainda criança já se questionava diante das situações:

Mas é tão interessante que eu chantageei minha mãe, se eu puder estudar eu vou para a igreja. Na igreja evangélica, a gente se batizava com 11, 12 anos, né? A minha mãe falou com o pastor e ele disse isso: é chantagem. Você tem que bater nela porque ela tá se tornando rebelde. A mãe pegou uma vara e me passou a vara, foi a última vez que eu fui na igreja, eu nunca mais fui. E naquele período, tinha aquela superstição de igreja, eles não conseguiram me obrigar a ir na igreja e eu nunca mais fui. Eu nunca fui batizada, eu não tenho nenhuma ligação com igreja, não vou na igreja, não me faz falta, não acredito também (Bertha, 2023).

Assim, a entrevistada se considera feminista, uma vez que, quando criança, ela já fez uma luta feminista, se rebelou contra as regras impostas, ao colocar para a mãe que “se não fosse estudar também não iria para a igreja”, pois para sua mãe ir à igreja era algo muito importante.

Bertha salienta que, no acampamento onde ela vive, ocorre o predomínio de camponeses que acabam sendo muito machistas: “não só os homens, as mulheres também são”. Assim, ela teve que conviver muito com essa questão do machismo, em que vivenciou a falta de respeito de alguns homens no início do acampamento para com as mulheres e, em razão disso, foi se fortalecendo e querendo a mudança enquanto mulher dentro do movimento.

A entrevistada conta também que a forma de tratamento que ela e as irmãs tiveram em casa foi totalmente diferente daquela que o pai dava ao filho homem.

Nesse sentido, essa experiência lhe deu forças para lutar e se fortalecer enquanto uma mulher feminista, lutando contra as injustiças do patriarcado: “Eu venho de um contexto muito machista, sabe? Pra gente quebrar, você demora para ir quebrando isso, eu fui rompendo isso justamente por causa do movimento” (Bertha, 2023).

Nesse sentido, fica evidente que essas mulheres, ao longo da vida, acabaram sendo vítimas de um machismo estruturado, e que nem sempre é fácil combater esses atos de opressão; no entanto, por meio da união das mulheres dentro do movimento do MST, é possível encontrar espaço e condições para serem ouvidas e passam a constituir uma rede de apoio.

O envolvimento nos coletivos de mulheres as encoraja a lutarem contra as injustiças que são impostas a elas pelo patriarcado. “Mas há muitas mulheres que, elas não sendo feministas [organizadas], elas acabam enfrentando a sociedade, enfrentando esse modelo de sociedade patriarcal e isso torna elas uma feminista, é o processo de luta que torna uma mulher feminista ou não” (Bertha, 2023).

Conforme o relato da entrevistada Bertha (2023), é possível entender que existem mulheres com características definidoras de feministas, mas também pode acontecer de elas não se denominarem assim; no entanto, a luta que travam e as resistências e enfrentamentos vivenciados as colocam em uma posição semelhante a de uma feminista.

Assim, de acordo com as entrevistadas, o MST promove a interação em suas comunidades e possibilita a elas o envolvimento e a participação ativa nos coletivos:

[...] As famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Nesses núcleos, são escolhidos os coordenadores e as coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores/as, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito ao voto: adultos, jovens, homens e mulheres (MST,2023).

Dessa forma, o movimento dá condições para que as mulheres tenham seus espaços de fala e sejam ouvidas, assim, passam a se organizar para conquistar seus espaços. Muitas vezes, em ambientes machistas, elas experimentam muita resistência, contudo, é exatamente isso que possibilita adquirir consciência da sua situação e as encoraja a lutar por mudanças. Isso se expressa no relato desta entrevistada:

Na verdade, o movimento acabou me dando conhecimento e coragem que talvez eu até sentia que eu tinha a necessidade, mas eu não tinha a força, e através do movimento, através das mulheres, eu acabei encontrando isso que é só ali. É os movimento sociais que você vê lutando contra tantas coisas, que você acaba juntando forças para lutar também (Carlota, 2023).

Desse modo, essas mulheres acabam se sentindo fortalecidas e encorajadas ao unirem forças com outras mulheres que têm histórias semelhantes às delas. E dentro dos coletivos de mulheres, elas acabam se conscientizando da sua situação e têm a possibilidade de fazer mudanças em suas vidas ao estarem cientes da sua condição de oprimidas.

Eu acredito que o movimento me ajudou muito, eu tinha um jeito de ser diferente, eu digo ser diferente, porque eu não aceito, por exemplo, se a pessoa fosse casada, tipo, eu ainda na casa da minha mãe e o marido chegar e xingar a mulher. Eu nunca aceitei, eu nem sabia o que era nada disso, nem coletivo de mulheres, nem essa questão de gênero, nada. Só que eu não aceitava isso já. Só que aí dentro do movimento ajudou eu a descobrir o que é e aprender ainda mais sobre isso (Celina, 2023).

Celina (2023), 44 anos, mulher camponesa, feminista, participante ativa do movimento de mulheres, faz parte da coordenação do acampamento e tem uma trajetória dentro do movimento de mulheres sem-terra, relata que passou por vários despejos ao longo de sua vida morando em acampamentos, ou seja, uma vida de muitas lutas para ir em busca de um pedaço de terra. De acordo com ela:

Ai, eu não sei, eu sempre tive uma posição diferente, eu sempre fui a dos contra desde o começo quando eu tava em casa, sabe? Eu não aceito muito as coisas, então eu trabalhei aqui e ainda ajudo quanto coletivo de mulher aqui dentro, e eu acho que, assim, eu gosto muito da mudança, por que eu acredito ainda que, eu incentivo as mulheres à mudança, por que eu acho que assim, eu acho que a partir do momento das atitude que você toma, que você vê dentro da tua família, que você consegue ir mudando, eu acho que já é um tipo de feminismo” (Celina, 2023).

De acordo com a entrevistada, ela sempre foi uma mulher que não se conformava com a situação de inferioridade das mulheres, está sempre incentivando as mulheres a mudarem, se vê, assim, como uma feminista, uma mulher que busca sempre coisas melhores. Celina se mostrou muito segura ao defender as suas bandeiras de luta.

Segundo ela, nunca se sentiu confortável diante das situações de injustiças com as mulheres que presenciava, situações que colocam as mulheres em uma esfera inferior, e sempre questionava e se posicionava como uma feminista.

Eu venho de uma família, assim, que era do tempo que mulher não podia nem usar uma calça, né? Eu já fui a ovelha negra lá dentro de casa, eu que fui a que usei as calça comprida, eu que fui a mãe solteira, assim, tudo o que não dava eu tentei fazer pra ver se dava, sabe? E assim, gosto muito de ajudar, gosto muito de conversar com as mulher, gosto muito de ajudar, gosto

muito de incentivar elas, se estão sofrendo algum tipo de violência, a fazer denúncia, sabe? Eu não sei se isso, eu pra mim é, isso é ser, me imponho muitas vezes. Eu vi, muitas vezes, meu pai tratar muito mal a minha mãe e eu nunca aceitei, vi meus cunhados fazendo isso com minhas irmãs e eu não aceitava isso (Celina, 2023).

Celina participa ativamente do movimento de mulheres dentro do acampamento em eventos, reuniões e debates. Segundo seu relato, ela sempre foi inconformada com as imposições que a sociedade colocava às mulheres e enfatiza que não aceitava as injustiças praticadas com elas.

Assim, passou a ter ciência da situação de opressão a que estão sujeitas as mulheres e, dentro do grupo, elas se fortalecem e juntas se unem para combater todos os tipos de violências e desigualdades impostas.

É nesse sentido que Carlota (2023), 41 anos, camponesa, cozinheira na escola do acampamento, militante ativa do movimento de mulheres, enfatiza que ser feminista é “lutar contra o machismo, contra o *bullying* e, principalmente, contra a violência”. Ela conta que se tornou uma pessoa lutadora porque esteve inserida em um ambiente de violência e com predominância do machismo. Vivendo nesse “contexto de dor”, foi vendo a necessidade de lutar para combater esses tipos de atitudes e, assim, poder mudar a realidade. Hoje, ela defende o feminismo porque viveu na pele as injustiças vindas de um sistema patriarcal.

Eu tive convivência sobre violência, que a minha mãe foi violentada, até chegou à morte. Através da própria violência, do espancamento, todas as maneiras de violência, ela acabou sofrendo. Nessa época, a gente morava em Honório Serpa. Primeiro, ela engravidou do meu pai, acabou ele abandonando ela grávida, né, e ela se casou de novo. Nesse outro casamento, para não acontecer como ela tinha feito, me deixou sendo criada pelos avós. Ela acabou sofrendo todas as maneiras de violência possível que seria aí, violência psicológica, violência física, estupro. Isso aconteceu, ela foi estuprada pelo próprio cunhado e o marido ainda a culpou, que é uma das coisas que me fez pensar muito e repensar sobre isso. Num violência, não existe de você dizer que você é a culpada de ser violentada. Desde aí, então, que eu comecei a pensar e digo sim que eu sou feminista (Carlota, 2023).

Segundo a entrevistada, ela conviveu com a violência, junto com sua mãe pode viver na pele essa sensação de humilhação, de tortura por meio de atitudes covardes e machistas. E conforme relata Saffioti (2015, p. 79): “é óbvio que a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, assim como os pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência”.

Assim são as lutas com que as mulheres feministas se deparam no seu dia a dia, conforme relata Nísia (2023), 48 anos, camponesa agroecológica e professora: “eu construo a minha identidade feminista no dia a dia, a gente tenciona lutas todos

os dias, dentro de casa, na escola, no trabalho, na sociedade, a gente enfrenta muito, nada é de graça, tudo é muito tensionado, muito tomado à força, né?”.

Ser feminista é uma mulher que luta para ter seu lugar na sociedade, é vista como um ser humano que é vista com pé de igualdade com os homens, não superior nem inferior, mas que consegue trabalhar e vive numa forma de igualdade (Nísia, 2023).

A entrevistada relatou que vem de um contexto familiar machista, seu pai educou os filhos homens nesse contexto. Os homens tinham privilégios e as mulheres eram submissas a eles, vítimas de preconceitos e consideradas inferiores.

Sem a ajuda de sua família, Nísia foi em busca de um pedaço de terra, enfrentou a luta para conseguir o lote junto com seu marido, porém ele não se adaptou à vida do campo e ela optou em ficar sozinha no lote. Hoje, ela produz, trabalha como professora e luta para combater as dificuldades que são impostas às mulheres, assim como os preconceitos que sofre por ser uma mulher separada. Ela continua não podendo contar com a ajuda do pai que ainda permanece sendo machista, mas mesmo sozinha, se mantém firme, trabalhando, perseverando para ter acesso a uma vida melhor na terra.

Segundo a entrevistada Nísia (2023):

E até hoje em dia ele é assim, meu pai não sei se algum dia na vida dele ele lavou o prato que comeu. Minha mãe até hoje faz tudo pra ele, ele vai tomar banho, joga a roupa suja no chão do banheiro, ela vai, junta, lava, mas minha mãe se libertou muito, ele que sempre controlava as finanças da casa e a gente sempre vivia numa dificuldade muito grande, mas quando a minha mãe começou a apertar um pouco e a tomar as rédeas das coisas, dos negócios a fazer os PRONAF no nome dela, começou a se emancipar, muita coisa mudou, ele teve que baixar a guarda em muita coisa, mas não foi fácil e não é fácil para ela até hoje.

Nísia menciona: “e é a partir dessas experiências que a gente vai construindo essa identidade feminista”. Por meio das lutas, das dificuldades internas, dos obstáculos impostos por ser mulher que elas vão se fortalecendo, criando forças para perseverar e vão combatendo o machismo e os preconceitos que vão aparecendo.

As histórias das entrevistadas, em alguns momentos, vão coincidindo e é possível perceber que, em sua maioria, fizeram parte de famílias machistas, passaram por muitas dificuldades e assim foram construindo identidades feministas ao longo da trajetória de vida de cada uma.

Segundo Nísia (2023), “porque a sociedade que está aí ela forma muito, no modelo dela, né? O sistema forma aquilo que eles querem e só vai reproduzindo o machismo, né. E o capitalismo é isso, né. Ele não quer a emancipação e a libertação”.

De certa forma, a entrevistada atribui ao capitalismo a responsabilidade por ainda existir uma sociedade tão desigual, com amarras no passado e baseada em uma cultura patriarcal e excludente.

Nesse sentido, Arruza (1976) contribui:

A consolidação do sistema capitalista no mundo está imbricada com a invasão e a dominação dos territórios latino-americanos e a imposição ao mundo de um modelo de ser humano universal moderno que corresponde, na prática, ao homem, branco, patriarcal, heterossexual, cristão, proprietário. Um modelo que deixa de fora diversas faces e sujeitos, em especial as mulheres (Arruza, 1976, p. 16).

Esse modelo de sociedade tem base no homem como sujeito principal, no topo da hierarquia, é um tipo de concepção de homem que é imposto à sociedade, que possui características específicas, dentro de um modelo padrão, e as demais categorias que não se encaixam nesse perfil acabam sendo excluídas e marginalizadas.

De acordo com o relato da entrevistada Nísia (2023),

Mesmo que ela trabalhe o dia inteiro no lote<sup>17</sup>, vá tirar o leite, no campo, parece que essa questão é mais acentuada, essa questão do machismo, a questão de ser separado: isso é coisa de homem, isso é coisa de mulher. Isso é trabalho de mulher, isso é trabalho de homem.

Mesmo as mulheres desempenhando muitos papéis e já terem alcançado muitas conquistas, elas ainda são vítimas desse machismo histórico dentro de suas casas. “Muitas vezes, ser feminista para alguns é sinônimo de mostrar a bunda, de andar pelada, de fazer sexo deliberadamente. Distorcem tanto que vulgarizam a mulher, que a gente fica até com vergonha de dizer: eu sou feminista, né? Então, não é isso” (Nísia, 2023).

Para muitos, o feminismo se configura nessa distorção de ideias ainda focadas naquele sentido histórico e pejorativo sobre as feministas, de que as mulheres querem tomar o lugar dos homens, que querem ser vulgares. Percebe-se, assim, que houve muitas acusações depreciativas sobre aquelas mulheres que lutaram, que foram feministas, porém, esses comentários estão muito longe de representá-las. Com isso, deixa-se de ver as mulheres como verdadeiros seres humanos, e muitas, com medo

---

<sup>17</sup> Lote é o assentamento de reforma agrária, um conjunto de unidades agrícolas instaladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural.

de serem rotuladas, acabam tendo até um certo receio de se denominarem como feminista.

O feminismo nos ajuda a melhorar o modo como vemos o outro. O direito de ser quem se é, de expressar livremente a forma de estar e de aparecer e, sobretudo, de se autocompreender é ao que o feminismo nos leva. A postura autocrítica necessária a toda crítica honesta depende dessa mudança do olhar, que depende, por sua vez, de nossa capacidade de prestar atenção. Essa capacidade não é natural, é construída em processos de aprendizagem que envolvem a nossa própria construção como pessoas (Tiburi, 2020, p. 23).

Desse modo, o feminismo não tem a ver com quem é mais ou menos, ele possibilita um repensar da posição da mulher enquanto sujeita, permite a ela ter a consciência da sua posição enquanto ser, possibilita a reflexão e, com isso, estando ciente da sua condição, ela tem a possibilidade de decidir sobre o que fazer. Portanto, o feminismo pode ser um instrumento que possibilita mudanças na sociedade.

Tiburi (2020, p. 29) enfatiza que “o feminismo está aí para ajudar as pessoas a se perguntarem sobre os jogos de poder envolvidos em sua própria vida”. Esses jogos estão dentro das casas na forma como os maridos tratam suas mulheres, está na divisão do trabalho, está na falta de valorização do trabalho de cuidado das mulheres, está no mercado de trabalho, nas desigualdades salariais entre homens e mulheres, está engendrado na sociedade como um todo, seja na igreja, na política, nas escolas, no dia a dia.

O feminismo é um fazer, é a ação que põe em cena o desejo daquelas que, sendo mulheres, no mais amplo sentido dessa palavra, lutam contra o seu encarceramento, sua domesticação, sua escravização e sua docilização sem perder de vista que “mulher” é uma marcação do patriarcado que foi ressignificado no feminismo (Tiburi, 2020, p. 42).

Entende-se, assim, que o feminismo, enquanto um movimento social organizado por mulheres, se iniciou como um movimento liderado por mulheres que se rebelaram contra um sistema opressor, que insatisfeitas com a sua condição, foram atrás da sua liberdade. Muitas dessas mulheres pagaram com suas próprias vidas por fazerem tais manifestações, e quando não lhes custou a vida, muitas foram presas e torturadas porque estavam fazendo algo considerado errado naquele momento em que prevalecia a supremacia masculina.

Essas mulheres vão à luta em busca de nada mais nada menos, igualdade. Vão em busca de seus direitos, do direito ao voto, do direito ao estudo, do direito de serem donas de seu corpo, lutam contra a violência, discriminação e todas as formas de opressão.

Dessa forma, essas mulheres que se organizaram para lutar por uma causa queriam se libertar do patriarcado e ser donas de suas próprias vidas, não queriam mais viver exiladas dentro de suas próprias casas. Queriam ser reconhecidas como pessoas que tinham direitos porque, até então, estavam invisibilizadas perante a sociedade. Nesse sentido, pode-se entender que o movimento feminista tinha e tem como um dos seus objetivos empoderar as mulheres e encorajá-las a lutar pelos seus direitos.

### 3.2 AS LUTAS DAS FEMINISTAS E DAS MULHERES CAMPONESAS CONTRA DIVERSAS FORMAS DE OPRESSÃO E VIOLÊNCIAS

O sistema patriarcal explora e oprime as mulheres, muitos homens ainda se utilizam da violência para controlá-las e manipulá-las. No campo, isso também acontece, existem inúmeras formas de violências espalhadas por todos os lugares, sejam elas físicas, psicológicas ou patrimoniais.

No campo, as mulheres ainda encontram dificuldades no que se refere, por exemplo, ao direito à terra, como observa Bertha, porque, quando elas decidem se separar dos maridos, é muito comum que tenham que abandonar o lote e ir embora e quem fica com a terra, na maioria das vezes, são os homens. Ou seja, elas acabam sendo vítimas de uma violência patrimonial, predominando, assim, o machismo.

Tem três homens que moram sozinhos no acampamento porque as mulheres foram embora. E foram embora, se separaram, não sei por que problema, só que a terra não sei porque ficou com o homem, tipo assim, nem a comunidade naquele período não deu abertura para discutir que a metade do lote era dela. Então você veja o quanto a comunidade é machista (Bertha, 2023).

Assim, fica evidente o processo de violência vivido pelas mulheres, citado pela Bertha, que retrata o homem com seu poder e superioridade considerado o único dono da terra, concepção esta advinda do patriarcado. Em uma separação, na qual predominam relações machistas, é a mulher camponesa que acaba renunciando ao seu direito ao imóvel para evitar problemas.

Embora a Constituição Federal de 1988 preveja a formalização do título de domínio e da concessão de uso de imóveis rurais distribuídos pela reforma agrária ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil (art. 189, p. ú. CF/1988), instituindo sua titulação conjunta, as conquistas formais encaram muitas dificuldades em serem materializadas (Mesquita, 2021, p. 1).

Nesse sentido, as camponesas ainda encontram barreiras quando se trata da questão patrimonial, por isso da luta pelo direito do acesso à terra. Quando o documento de posse do lote está apenas em seu nome, essa situação coloca a mulher em um patamar de inferioridade e de dependência.

A partir do momento em que elas podem ter a terra em seus nomes, além de as dar mais segurança, passam também a ter mais autonomia. Portanto, a terra é algo muito importante para a mulher, é uma forma de trazer mais estabilidade e poder, de tomar decisões quanto ao que plantar e ao que produzir. Como afirma Mesquita (2021, p. 2), “a terra é um elo entre trabalho, sobrevivência e autonomia para as mulheres trabalhadoras rurais e, portanto, viabilizar o seu acesso é uma forma de viabilizar o empoderamento social, político e econômico dessas mulheres, construindo sua emancipação enquanto sujeitas de direitos”.

Ao ser titular do lote, a mulher tem a possibilidade de ter alguma autonomia financeira, acessar linhas de crédito, participar das escolhas do que plantar, se envolver na gestão do lote e compartilhar essa gestão com o companheiro, assim como a divisão de tarefas também deveria ser.

A participação mais ativa da mulher dentro do lote não a desobriga dos papéis que a ela são atribuídos, uma vez que, na maioria dos casos, vai continuar sendo a cuidadora do lar e dos filhos; no entanto, estando mais consciente e informada, ela passa a ter mais condições de discutir esses assuntos e exigir que o marido também contribua nesses afazeres. Ainda, caso a gestão do bem patrimonial seja compartilhada, ela tem condições de se tornar um sujeito ativo dentro do lote, não apenas “ajudante” do marido.

A mulher, tendo autonomia como sujeita de direitos, passa a ter mais condições de falar, de exigir, de ser ouvida e respeitada, ela passa a exigir igualdade entre homens e mulheres na divisão de atividades dentro do ambiente familiar, rompendo com aquele preconceito de que é a mulher que tem que fazer comida e cuidar da casa e dos filhos.

Segundo Siliprandi (2015),

É importante considerar que, na maioria dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, era comum as mulheres não participarem das associações, por não serem titulares do lote. O cadastramento para candidatar-se ao lote era feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no nome do “chefe da família”, tradicionalmente o homem. A titulação conjunta entre os homens e as mulheres no caso de ser um casal, era opcional (passou a ser obrigatória após muita luta dos movimentos de mulheres, em 2003), o que significa que raramente acontecia fosse por desconhecimento

desse direito das mulheres, fosse por que havia má vontade por parte dos órgãos públicos, que consideravam esse procedimento uma complicação desnecessária, já que teoricamente a lei assegurava direitos iguais a homens e mulheres (Siliprandi, 2015, p. 197).

Pode-se observar que até 2003 era normal que o lote ficasse em nome dos homens, a mulher era excluída da titulação até então e, desse modo, uma vez que ela quisesse se separar, teria problemas com a questão do patrimônio. Ou caso o marido resolvesse se desfazer desse lote, ela teria pouca autonomia no momento dessa decisão.

Quando as famílias de sem-terra escolhem lutar por um pedaço de terra e fazer ocupações, essas mulheres ficam ao lado dos homens, colocam em risco a sua vida e a de seus filhos, ficam expostas à possibilidade de serem vítimas de violências e de maus-tratos e passam por inúmeras dificuldades. Porém, a partir do momento em que se conquista a terra, esta passa a pertencer ao homem e a mulher é deixada em segundo plano.

Nesse sentido, elas acabavam sofrendo, de certa forma, uma outra violência, na medida em que a posse do lote era conquistada, este ficava em nome do marido. E a isso vai se somando a violência patrimonial, a violência doméstica e a desigualdade na divisão das tarefas do lar, conforme as entrevistadas relatam: “mas tem casos muito graves dentro do acampamento ainda, tem casos que a mulher vai na roça com o homem e voltam para casa, ele senta no sofá e ela vai fazer comida. Depois que faz a comida, eles almoçam, ele deita para descansar um pouquinho e ela corre lavar roupa” (Bertha, 2023).

A mulher ainda fica com o espaço doméstico sob os seus cuidados, tem o trabalho na agricultura, nas suas produções em torno da casa, na horta, na criação de animais e ainda existem mulheres que conciliam tudo isso com o mercado de trabalho. Nesse sentido, constata-se que ainda não se tem uma divisão sexual do trabalho igualitária, apesar de que as mulheres camponesas lidam com um pouco de tranquilidade com isso, uma vez que já estão acostumadas a acumular tarefas e a fazerem jornadas exaustivas nos lotes.

As camponesas trabalham na produção e preparo de uma diversidade de alimentos para o consumo da família, fazem trocas com vizinhas/os, e muitas vezes vendendo o excedente. No entanto, essa produção feita pelas mulheres não é considerada trabalho. Decorrente disso, não é contabilizada como renda nem dinheiro e, no senso comum ela é conhecida como “miudeza”, ou seja, não tem valor, é um serviço necessário (Pulga, 2018, p. 41).

Culturalmente, se criou essa concepção de que a mulher é a responsável pelas tarefas relativas ao cuidado com a casa, então, independentemente se ela for para a roça com o marido e volte cansada, as tarefas do lar e a alimentação da família são atribuições impostas a ela como uma obrigação. Muitas dessas mulheres camponesas precisam trabalhar fora para complementar a renda da família, tendo, assim, uma sobrecarga maior de trabalho. Como é o caso de algumas das entrevistadas que são professoras, trabalham com agroindústria ou são coordenadoras do movimento. Como revela o relato da entrevistada Judith (2023):

As tarefas das mulheres no campo está mais relacionada com as atividades do cuidado, cuidado com a casa, trabalhos domésticos, cuidado com os animais, com as crianças, com a família e muitas vezes até com as atividades agrícolas, por exemplo, a horta, as plantas medicinais. De um modo geral, para o capitalismo, o trabalho delas não é considerado como rentável e produtivo, mas pra nós é.

Historicamente, foi atribuído à mulher o título de cuidadora, e como os filhos sempre ficaram aos cuidados dela, na sequência, vem a casa e, por fim, todas as atividades desenvolvidas estão atreladas ao cuidado ou ao cargo de ajudante. Ela nunca é colocada no centro como protagonista, é sempre colocada na esfera inferior.

Desde que nasce não é um exagero dizer, uma menina está condenada a um tipo de trabalho que se parece muito com a servidão que, em tudo, é diferente do trabalho remunerado ou do trabalho que se pode escolher dependendo da classe social à qual se pertence. Em muitos contextos, lugares, países e culturas, meninas e jovens, adultas e idosas trabalharão para seu pai, irmãos, para o marido, para os filhos. Serão, apenas por serem mulheres, condenadas ao trabalho braçal dentro de casa, a serviço de outros que não podem ou não querem trabalhar como elas (Tiburi, 2020, p. 14).

É de longa data que a mulher ocupa essa posição de inferioridade, em que passa a ser servidora, seja de seus pais enquanto solteira, ou do marido e dos filhos depois de casada, e assim por diante. Conforme Tiburi (2020), a divisão do trabalho é baseada na ideia de uma diferença sexual, e as mulheres, em sua maioria, desenvolvem esse trabalho de forma não remunerada como se fosse “obrigação” delas. E as mulheres, dessa forma, passam a acumular tarefas e são raros os casos em que os maridos dividem essas atividades com elas, principalmente as domésticas. Continuando com Tiburi,

Mesmo quando tiver um emprego fora de casa, a maior parte das mulheres trabalhará mais do que os homens que, de um modo geral, não fazem o serviço da casa. Acumularão o trabalho remunerado com o não remunerado. Terceiras e, até mesmo, quartas jornadas vale dizer mais uma vez nunca remuneradas farão das mulheres escravas do lar com pouco ou nenhum tempo para desenvolverem outros aspectos da própria vida (Tiburi, 2020, p. 15).

A questão da divisão sexual do trabalho, dessa forma, ainda é uma das lutas das mulheres. No caso das camponesas, elas acabam, assim, sendo vítimas dessa exploração, muitas não são remuneradas, tampouco valorizadas pelas funções que desempenham. Essa exploração também representa uma forma de violência, pois tende a manter as mulheres na condição de subalternidade e até de aprisionamento.

Assim ela tá lá passando por esse processo de subordinação por não ter acesso à renda, à condição financeira para poder se manter e manter os filhos. Inclusive, muitos casos que a gente conhece de mulheres que assim, gostariam de romper com o casamento, de se libertar nesse sentido, de andar com as próprias pernas, de não se submeter, muitas vezes, a uma situação de violência, mas que acabam se submetendo porque dependem economicamente da figura masculina que determina ali (Judith, 2023).

Essas são lutas e pautas de debates até os dias atuais no movimento de mulheres feministas, camponesas, que incansavelmente batalham por mais respeito, mais visibilidade, melhores condições de vida, direito de participar das decisões dentro do seu lote, direito de serem ouvidas e respeitadas. São essas mulheres feministas que estão reivindicando mudanças, fazendo enfrentamentos, combatendo o machismo persistente e estrutural em nossa sociedade.

Como o homem sempre foi colocado em um patamar de superioridade como alguém mais forte, em que o poder de decisão sempre residiu sobre ele, tornou-se muito comum a desvalorização e o apagamento da mulher, dando, assim, o direito ao homem a maltratar, a violentar e a humilhar.

Uma das violências que a gente vê também hoje é a psicológica que, às vezes, é difícil. Eu vivi isso muito tempo e digo que até hoje eu vivo, sou uma pessoa que eu luto contra a violência, luto contra muitas coisas, assim, e parece, assim, que eu não consigo aquela força para mim sair disso, sair desse meio (Carlota, 2023).

A violência psicológica talvez seja uma das formas de violência mais velada e mais comum e que as mulheres acabam considerando normal ouvir, por exemplo, grosserias por parte do companheiro, xingamentos, humilhações, insultos. Não poder estudar, não poder participar de reuniões, não poder deixar os filhos em casa para se envolver em alguma atividade que seja fora de casa.

Algumas mulheres acabam tolerando esses abusos porque a sociedade prega o homem como um ser superior, a quem elas devem obediência, são sempre colocadas em uma posição de inferioridade e de subalternidade que deve respeito a uma pessoa do sexo masculino.

Fica evidente que todos os tipos de violência contra a mulher são advindas da sociedade patriarcal. Constata-se que ainda existem homens preconceituosos, que

ainda acreditam que lugar de mulher é dentro de casa cuidando dele e dos filhos. Ou seja, homens com visão machista, patriarcal que não se deram conta de que as mulheres são capazes de fazer inúmeras atividades e de ter uma vida própria sem ter que ficar “em torno de um fogão”.

A violência pode ser enfrentada pelas mulheres de melhor forma se elas soubessem o valor econômico do seu trabalho, não que esse seja o único elemento para evitar a violência, mas é bastante relevante saber suas possibilidades concretas de sobreviver sem o agressor (Pulga, 2018, p. 64).

Nesse sentido, Pulga (2018) chama a atenção para que as mulheres tenham consciência de quanto o seu trabalho, por vezes invisibilizado, pode trazer condições de elas se libertarem de casamentos abusivos. Tendo autonomia financeira, elas passam a ter condições da tomada de decisão, se for levado em consideração que muitos dos trabalhos que realizam não dependem da ajuda de nenhum homem, ou seja, elas mesmas podem estar executando esses trabalhos, mas de forma remunerada.

Aqui, na verdade, com o que a gente trabalha, a gente produz alimentos. A nossa produção é voltada para a produção de alimentos. A gente produz de tudo, principalmente para a subsistência. E o excedente a gente vende. Mas tem alguma linha de produção que a gente faz especificamente para venda, a horta para a produção da entrega para a merenda, a banana que é para as feiras e para a merenda. Então assim, a nossa produção é bem diversificada. Produz meio que de tudo. Arroz, feijão, mandioca, batata-doce, milho, milho para alimentar os animais. É bem diversificada a produção (Bertha, 2023).

De acordo com Bertha, em seu lote, é produzida uma diversidade de alimentos e frutas com a qual ela mantém a família e também vende, o que gera uma renda. São produtos resultados da produção que ela comanda, não são alimentos difíceis de cultivar e agregam renda ao trabalho dela.

Na propriedade, eu cultivo mandioca orgânica, ela é exportada para a Europa e Estados Unidos. Inclusive, agora no começo do mês, a gente tem colheita lá no lote. Colhe e cultiva no final de semana, pago diária para as pessoas trabalhar, porque não dá tempo, né, o dia todo eu estou na escola e é bem corrido, né, mas a gente vai tentando conciliar na medida do possível (Nísia, 2023).

Nísia utiliza mão de obra terceirizada no seu trabalho, na cultura da mandioca orgânica. Como ela é separada, mora sozinha, é professora e, por isso, passa o dia fora de casa, precisa contratar alguns trabalhadores para ajudar, principalmente no momento da colheita em que acumula serviços. Ela poderia desistir de plantar a mandioca, porém, segundo ela, quando procurava um pedaço de terra, seu objetivo era produzir alimentos nessa terra e, em especial, alimentos de qualidade e sem

agrotóxicos, e é isso que ela tem feito. Essa produção agrega renda à Nísia, mas se dependesse do ex-marido, eles já teriam se desfeito do lote e ido embora.

E assim são lutas que as mulheres camponesas travam todos os dias para conseguir alcançar os seus objetivos, que nem sempre coincidem com os objetivos de vida de seus companheiros.

A Rose também utiliza do trabalho manual no cultivo de plantas medicinais que proporcionam renda para a família. Todas as ervas medicinais que cultivam no lote, não recebem produtos químicos, eles costumam carpir os matos para preservar a mata e ter um produto de qualidade.

Nós lidamos com plantas medicinais, está tudo no meio dos matos, devido às grandes chuvas. Nós fazemos tratamento bioenergético com essas plantas. Nas terças-feiras, nós atendemos as pessoas que vêm. De 30 a 50 pessoas uma vez por semana. Colhemos os chás, colocamos para secar, daí, damos o chá que a pessoa precisa. Ontem, atendemos 50 pessoas. Depois que nós nos aposentamos, largamos um pouco das outras atividades. Os demais afazeres ficaram mais por conta do filho. Já faz 7 anos que trabalhamos com bioenergético (Rose, 2023).

Percebe-se, assim, o quanto é valioso e importante o trabalho das mulheres dentro dos seus lotes e como eles deveriam ser reconhecidos e bem valorizados, pois, dessa forma, elas podem ter sua autonomia financeira sem depender dos seus maridos. O trabalho desenvolvido por elas nas unidades de produção é feito com muita dedicação e zelo.

Mesmo com esses aspectos positivos, verificam-se muitos casos de mulheres que ainda sofrem violências de todos os tipos dentro de suas casas e acabam ficando reféns dos homens. Assim, a luta para combater a violência contra a mulher é uma das lutas feministas e é um assunto que merece atenção até os dias de hoje. Infelizmente, muitas mulheres são vítimas dos mais diversos tipos de violência na sociedade, tanto dentro de suas casas quanto fora. E se essas mulheres estiverem à frente, por exemplo, de movimentos, defendendo uma bandeira que possa ser uma ameaça aos interesses de algum homem, elas correm sérios riscos de até perderem a vida por conta de se manifestar, e a mídia comprova isso<sup>18</sup>.

Muitas são as dificuldades que as mulheres encontram dentro de seus próprios lares, elas saem para a luta no coletivo, porém, quando retornam, têm “a luta” no interior de seus lares.

---

<sup>18</sup> O caso mais recente foi o da líder quilombola Maria Bernadete Pacifico, conhecida como mãe Bernadete, assassinada em sua casa no Quilombo Pitanga dos Palmares, no município de Simões Filho/BA.

Eu encontro dificuldades e barreiras por parte do meu companheiro. Todo dia, é uma coisa, assim, que é até irônico a gente falar assim, eu luto, eu sou feminista, mas realmente, assim, na minha casa, meus filhos me dão todo apoio, mas o meu companheiro, realmente, ele tem esse preconceito, da questão da homossexualidade, ele tem preconceito sobre mulher, que mulher tem que ser aquela que fica apenas em volta do fogão cuidando de filho, né. Muita dificuldade sobre isso ainda tem (Carlota, 2023).

Essas mulheres vão em busca de formação, trabalham em coletivos para construir estratégias de se libertar do patriarcado, procuram se capacitar para ter ciência da sua importância na sociedade, voltam com a consciência do que precisa ser mudado, porém, encontram barreiras dentro de casa.

Essas atitudes e comportamentos por parte dos homens ainda é assunto feminista. Superar e combater toda forma de opressão e violência sobre as mulheres é tarefa cotidiana. Ainda existem muitos homens que continuam disseminando os “frutos” do patriarcado, do machismo e do preconceito em todos os lugares.

Hoje, ainda temos problemas em que o companheiro ainda não permite que a companheira venha para uma reunião. Porque, quando você vem para uma reunião, o primeiro julgamento que tem na casa, não só na minha, na casa de qualquer companheira, várias que você conversa, a dificuldade é essa, que ele olha e diz: “eu não vou cuidar dos filhos pra você fica pra rua, né?”, ou ele diz: “ah você vai lá por que você vai dar bola pra outro cara!”. Ou se você sai, você sai porque você é puta, por isso que você gosta de sair e não que você sai porque esteja lutando por essa igualdade. O preconceito é ainda muito forte (Carlota, 2023).

A libertação das mulheres ainda é considerada por muitos homens uma ofensa à sua honra pois, pelo fato de ela sair do ambiente doméstico e ter uma vida social normal igual a de qualquer homem, representaria uma falta de respeito a eles, ou elas estariam saindo para fazer algo errado.

Esses são alguns dos obstáculos que as mulheres encontram dentro de seus próprios lares, sair de casa não é visto como uma forma de adquirir liberdade, de conquistar seus espaços, ir atrás de melhores condições econômicas, de defender uma bandeira de luta, de se capacitar. Muitas vezes, esse “sair de casa” pode culminar em violências das mais variadas formas.

A violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que isto ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela (Saffioti, 2015, p. 84).

Assim, muitas camponesas só conseguem se encorajar a sair dessa situação quando pertencem a um grupo ou a um coletivo de mulheres, espaços e organizações nos quais encontram apoio e se fortalecem para combater seus agressores. Dentro

desses coletivos, elas vão se descobrindo como feministas por meio das lutas que vão travando, muitas, dentro dos seus lares, vão se tornando mulheres fortes e com capacidade de refletir sobre a sua situação enquanto sujeitas. Essas mulheres começam a se questionar e a questionar os seus companheiros, os comportamentos que eles têm com elas, as atitudes grosseiras e violentas.

### 3.3 A PEDAGOGIA FEMINISTA E A ESCOLA REGIONAL DE MULHERES: NECESSIDADE DE CONSTITUIR UM COLETIVO AUTÔNOMO DE MULHERES

As mulheres participantes desta pesquisa fazem parte do movimento de mulheres que se formou dentro de assentamentos e acampamentos, porém, o início da luta do movimento sem-terra foi a luta ao direito à terra. Dentro desse movimento, é que as mulheres, vivendo em um contexto de muitas adversidades, vão se organizando e se ajudando a construir os assentamentos.

A experiência de organização no MST é o pontapé inicial para começar um processo de conscientização sobre a sua situação enquanto sujeita, é nos coletivos de mulheres que elas vão passar por momentos de reflexão, de tomada de consciência, vão ser criticadas por familiares, vão encontrar barreiras e desafios na comunidade e no movimento. Dentro dessa organização, as mulheres vão trazendo pedagogias feministas.

Segundo Oliveira e colaboradores (2022, p. 163):

É preciso ressaltar que os avanços alcançados por mulheres do mundo todo se concretizaram, sobretudo, por meio do esforço coletivo. Nesse sentido, a difusão de grupos de conscientização, autorreflexão e ação feminista teve um papel preponderante na percepção das estruturas capitalistas, patriarcais e racistas de poder.

Nesse sentido, a educação com suas práticas pedagógicas surge como uma forma de ajudar as mulheres camponesas do MST a refletirem sobre as opressões que são impostas pelo patriarcado e a agirem de forma a combatê-las. Assim, quando as entrevistadas são questionadas sobre como elas veem a pedagogia feminista no movimento, elas respondem:

Assim, para mim, **a pedagogia feminista caminha junto com a educação popular**, no sentido que o trabalho educativo caminha junto com a ação política, faz o processo de formação para que as sujeitas, as mulheres, vejam a sua condição de opressão e **lutem pela libertação, construir concretamente ações que busquem a transformação dessa realidade** de violência, de exploração no campo, na cidade, no geral (Judith, 2023, grifo nosso).

Para Judith, a pedagogia feminista e a educação popular estão lado a lado trabalhando com intuito de fazer uma educação política para com as sujeitas que estão envolvidas no processo de formação.

As pedagogias feministas são práticas pedagógicas que vêm estimulando mulheres a refletirem sobre as opressões a que milenarmente estão sujeitas. Com efeito, são as práticas educativas no interior dos movimentos sociais responsáveis por sustentar todas as conquistas do movimento feminista, afinal de contas, no interior do feminismo, todas as transformações perpassam pela educação (Oliveira, *et al.*, 2022, p.162).

Essas práticas educativas vão estimular e conscientizar as mulheres camponesas a refletir sobre a sua situação enquanto sujeitas, a pensar sobre o patriarcado e sobre todas as desigualdades às quais estão submetidas. Repensar sobre o seu corpo, que não deve ser visto como mero objeto de desejo dos homens, sobre seus direitos reprodutivos, direito de viver em pé de igualdade com os homens.

Factualmente, processos educativos, bem como práticas pedagógicas, têm sido assinalados, muitas vezes, por um viés sexista comum a uma sociedade estruturada sobre o patriarcalismo. Nessa perspectiva, **as pedagogias feministas vêm reivindicando a emancipação e a autonomia de mulheres, por meio da desconstrução de paradigmas que as subalternizam**, bem como invisibilizam o protagonismo de suas ações (Oliveira, *et al.*, 2022, p. 162, grifo nosso).

Nesse sentido, a pedagogia feminista vem com o intuito de conscientizar essas mulheres da sua condição e que, a partir disso, elas possam ter a capacidade de intervir sobre a realidade, buscando meios e ferramentas para vencer as desigualdades. E é dentro dos movimentos sociais que essas mulheres passam a ter condições de usar um espaço para esses debates e de construir coletivamente estratégias de libertação.

Hooks (2022) colabora nessa análise:

A conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de **aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação**, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido. Compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia **conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas** (Hooks, 2022, p. 25, grifo nosso).

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa procuram se organizar nos seus assentamentos e acampamentos a partir dos coletivos de mulheres camponesas para adquirirem conhecimento e terem essa consciência tão importante das opressões que enfrentam no cotidiano. Assim, elas são questionadas a respeito do que tem sido feito

em termos de educação para combater os atos de opressão tão presentes no cotidiano:

No movimento, a orientação que a gente procura é organizar essas células, esses coletivos de mulheres nas comunidades, dentro dos assentamentos, acampamentos, espaços específicos para as mulheres se organizar, para elas debaterem questões, assuntos do seu cotidiano, específica das mulheres e dos movimentos sociais para além disso (Judith, 2023).

Então, é nesses encontros dos coletivos que elas se reúnem para tratar assuntos específicos e pertinentes às suas lutas. “Assim sendo, na contramão de uma lógica universal, as pedagogias feministas propõem a valorização das mais variadas vozes que, conforme a perspectiva, passam a ser produtoras de conhecimentos e histórias” (Oliveira, *et al.*, 2022, p. 162).

Por meio dos conteúdos trabalhados, bem como das experiências compartilhadas, parte dessas mulheres é despertada a se encorajar e, muitas vezes, ao ouvir o depoimento de outras mulheres, começa a refletir sobre as suas práticas, sobre as suas vivências e algumas passam até a se identificarem com as demais.

Se faz a formação sobre temas relacionados a questões feministas e das mulheres, das lutas de um modo geral. Junto com o processo de formação, se trabalha com a perspectiva da organização de ter acesso ao estudo, à formação e também a aprender a se organizar, pra gente, aos poucos, ir avançando nas lutas coletivas das mulheres e dos movimentos sociais (Judith, 2023).

É nessas ocasiões que as mulheres se fortalecem em parceria, por meio da interação e da troca de saberes, e passam a ter condições de lutar pela igualdade de gênero e a ter a consciência de que é possível mudar a realidade se elas quiserem.

Nessa mesma linha, Louro (2014) auxilia na compreensão de que:

As desigualdades só poderão ser percebidas e desestabilizadas e subvertidas na medida em que estivermos atentas/os para suas formas de produção e reprodução. Isso implica operar com base nas próprias experiências pessoais e coletivas, mas também, necessariamente, operar com apoio nas análises e construções teóricas que estão sendo realizadas (Louro, 2014, p. 125).

As primeiras barreiras que essas mulheres vão encontrar, muitas vezes, estão dentro de suas casas, como já foi constatado anteriormente. Enfrentam a resistência dos maridos em aceitar que elas saiam de casa e comecem a pensar com suas próprias cabeças, sofrem pressão por ter que cuidar dos filhos e não ter com quem deixar, ou ter, mas a pessoa não querer compartilhar essa responsabilidade, pressão por terem de ficar em casa para lavar a roupa, limpar a casa, entre outras atribuições impostas a elas diariamente. Existe o próprio medo, por parte dos homens, de que se

a mulher sair de casa ela passe a ter contato com outras pessoas e acabe tendo condições de questionar e intervir na sua realidade.

Assim, para romper com as desigualdades e injustiças, é preciso, em primeiro lugar, prestar atenção nessas mulheres pois, por vezes, estão sendo vítimas e nem se dão conta de tão veladas que as coisas acontecem. Seja em um xingamento, em uma falta de respeito que acham normal, em um leve empurrão e, na verdade, são atitudes características de violência.

Por vezes, essas atitudes autoritárias acabam sendo tão naturalizadas que são julgadas normais e elas vão fazendo parte da rotina das mulheres, que vão se acostumando com tais comportamentos e nem percebem a violência que estão sofrendo.

Na verdade, o movimento acabou me dando conhecimento e a coragem, que talvez eu até sentia que eu tinha a necessidade, mas eu não tinha a força, e através do movimento, através das mulheres, eu acabei encontrando isso que é só ali, é o movimento social que você vê lutando contra tantas coisas que você acaba juntando forças para lutar também (Carlota, 2023).

Conforme o relato da Carlota, o movimento acaba encorajando as mulheres a lutarem, porque muitas têm dentro de si essa vontade e necessidade de buscar a mudança, mas acabam encontrando dificuldades de encarar os problemas de forma individual. Nos coletivos de mulheres, elas acabam se sentindo mais seguras e fortalecidas, se unem e lutam juntas para debater sobre as relações de dominação e opressão.

O coletivo em que as mulheres camponesas estão organizadas nos assentamentos e acampamentos são denominados de células que se reúnem em um espaço mais amplo de educação popular e feminista dentro do movimento, que é a Escola Regional de Mulheres.

### 3.4 A ESCOLA REGIONAL DE MULHERES

Foi a partir das lutas do 8 de Março que surgiu a ideia de se construir um espaço para que as mulheres camponesas tivessem um lugar para fazer formação, no qual poderiam ser discutidas as questões políticas, produtivas, econômicas e sociais.

A Escola Regional de Mulheres é um espaço de estudo e formação das mulheres oriundas de acampamentos, assentamentos e comunidades camponesas, organizadas na Via Campesina da região, pelo MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o MPA — Movimento dos

Pequenos Agricultores. Surge da necessidade de construção de um espaço coletivo destinado à formação, informação de todas, despertando e fortalecendo a participação feminina nos diferentes setores dos movimentos sociais. Assim, se materializa em um tempo, de encontro e reencontro das mulheres, para debater e refletir sobre o seu papel na sociedade (Ceagro, 2023).

Desse modo, a Escola Regional de Mulheres busca fazer um trabalho de formação e de organização das mulheres do movimento, possibilitando, assim, dar condições para que elas possam refletir suas práticas e intervir sobre elas.

A Escola de Mulheres é um curso de formação, mas, na verdade, pra nós é para além de um curso de formação, ela se configura como um **processo de formação**, porque nela se articula as demandas que nós temos no interior do MST, né, nas áreas de reforma agrária, de onde vem as participantes. Ela acontece muito vinculada a esse movimento da trajetória política das mulheres, do território onde elas estão, da própria história do movimento (Simone, 2023, grifo nosso).

A Escola de Mulheres é muito importante, é um espaço de desabafo das mulheres, elas começam a vir e começam a se impor, né? A gente conversa muito, dialoga muito. Vai mudando o jeito de vida delas, eu acho muito importante essa escola (Celina, 2023).

Essa Escola Regional de Mulheres da região Centro do Paraná tem como objetivo construir processos de formação que contribuam para a autonomia das mulheres camponesas e para o fortalecimento da sua organização coletiva em suas comunidades e movimentos sociais.

As mulheres que ali se encontram passam a refletir sobre a condição da mulher na sociedade, as relações de desigualdade de gênero que ainda existem, a exploração para com as mulheres, ou seja, elas passam a se questionar e se organizam politicamente. Conforme apresenta Ceagro:

Tornou-se, assim, um **espaço de troca de saberes**, em que as mulheres apresentam interesse em **discutir seu papel na sociedade** e disposição em continuar a permanente luta pela igualdade de direitos. Além de discutir sobre a história das mulheres na agricultura, do surgimento do movimento feminista e da reivindicação por direitos, as mulheres também discutem sobre a fundamental importância de atuação e **fortalecimento da luta nos movimentos sociais**. Passou a ser também, um símbolo de mística para a vida das mulheres que sonham com a construção de uma sociedade mais justa para sua família e para toda a sociedade (Ceagro, 2023, grifo nosso).

Esses ambientes de formação são espaços de diálogo, de compartilhamento de vivências, momentos de fala, de escuta e de reflexão que, no coletivo, as mulheres buscam formas de se libertarem das relações que as inferiorizam. Assim, essa organização em coletivos desperta o desejo das mulheres de lutarem por mudanças.

A primeira turma inicia no ano de 2012, onde se identificam as diferentes formas de violência na vida diária das mulheres, ausência de espaços de decisão, invisibilidade e o não reconhecimento do seu trabalho, a vida no

campo e o compromisso ecológico, sendo esses os temas que moldaram a turma (Ceagro, 2023).

Em 2013, a Escola passou a ser financiada pelo Projeto “Mulheres: Produzindo Autonomia e Gerando Sustentabilidade” do CEAGRO em convênio com o MDA<sup>19</sup>. A segunda turma propõe a continuidade das discussões feitas na turma anterior, além de definir que a participação seria das mulheres das comunidades inseridas em processos de luta e enfrentamentos contra todas as formas de opressões (Ceagro, 2023).

Cada edição da Escola Regional de Mulheres acontece em três momentos denominados etapas do Tempo Escola que acontecem no período de 2 dias cada. Os meses de intervalo entre as etapas são chamados de Tempo Comunidade, em que as participantes socializam em seus espaços de vida e atuam os conhecimentos adquiridos durante a Escola e, assim, colocam em prática os temas debatidos durante a etapa por meio de atividades concretas. Quando elas estão no Tempo Escola, compartilham as ações que foram desenvolvidas em seus espaços de vida. Essa metodologia é denominada de alternância<sup>20</sup> (Ceagro,2023).

Na Escola de Mulheres, a gente trabalha a partir da perspectiva dos tempos e espaços formativos, então nós vamos ter o tempo aula, né, o tempo oficina, o tempo cultura, né, das noites culturais, das místicas, das intervenções artísticas que a gente compreende. Busca fazer esse processo de formação que se organiza a partir de uma concepção de formação humana. Não é só cognitiva, claro que a apropriação do conhecimento científico, filosófico, ela é fundamental, porém o ser humano tem outras dimensões que precisam ser estimuladas nesse processo de emancipação, que é o objetivo maior da nossa Escola de Mulheres, emancipação das mulheres na condição das relações de gênero, mas a emancipação humana enquanto mulheres pertencentes à classe trabalhadora (Simone, 2023).

A entrevistada Simone foi questionada sobre quais assuntos são trabalhados na Escola Regional de Mulheres, haja vista que ela participa ativamente do setor de formação:

Nós fazemos, geralmente, um primeiro bloco que vai tratar da questão da identidade, então, a gente trabalha a história do MST, elementos da questão agrária, para a gente se compreender enquanto mulheres camponesas. Nós trabalhamos os princípios, valores do movimento, as formas de se organizar, então, essa parte mais do movimento (Simone, 2023).

---

<sup>19</sup> O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é o responsável, no Governo Federal, pela proposição e implementação das políticas públicas voltadas à reforma agrária e à promoção do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do segmento rural constituído pelos agricultores familiares. Suas ações estão norteadas no combate à pobreza rural, à segurança e soberania alimentar, à sustentabilidade dos sistemas de produção e à geração e agregação de valor.

<sup>20</sup> A metodologia da alternância tem sido muito adotada como estratégia de formação na educação popular que compreende: a pedagogia da alternância (Tempo Escola e Tempo Comunidade); a leitura como ato ativo e produtivo; o trabalho no campo como ato pedagógico; e a formação política e cultural como contraponto à semicultura (Ceagro, 2023).

Aí, a gente adentra nos específicos no debate de gênero, do feminismo. **O nosso feminismo** que a gente tem tentado coletivamente elaborar, se apropriar, é o **feminismo camponês popular**. A gente trabalha a história das mulheres na sociedade, trabalhamos a questão da agroecologia, a inserção das mulheres na produção, as oficinas, inclusive, em algumas escolas, estiveram mais voltadas para essa questão mais técnica da agroecologia (Simone, 2023, grifo nosso).

Na parte da mística, a gente tenta trabalhar essa questão do ser mulher no movimento, mas também a gente tem, por exemplo, o ritual das bruxas, que a gente tem feito também em várias escolas das mulheres, que é um ritual que vai trazer a figura da bruxa desde a Idade Média, pra trazer que a questão da inquisição ainda não terminou. A gente vai estudar ainda a questão da economia política, claro, muitas vezes, apropriada ao público que nós temos nesse período, a cooperação, né? (Simone, 2023).

Conforme relato da entrevistada Simone, na Escola Regional de Mulheres, além dos conteúdos trabalhados, o objetivo principal é possibilitar às mulheres a conscientização do que é preciso para atingir a emancipação, ou seja, elas estarem atentas a tudo o que acontece ao seu redor e, a partir daí, estando cientes das suas condições, terem a possibilidade de intervir sobre as suas realidades, não permitindo serem colocadas em uma condição de exploração, de dominação e de violência.

Esse processo de troca de experiências não é só para identificar os problemas, mas também para a gente identificar as possíveis saídas, né? A gente se fortalece para além dessa questão mais pragmática de resolver os problemas, né, também é um espaço de a gente se fortalecer, de elevar a autoestima das mulheres, mas não é apenas uma autoestima na perspectiva capitalista que a gente fala, de autoestima de ficar bonita, é autoestima no sentido da participação, né? (Simone, 2023).

Quando as mulheres camponesas vão para esses encontros de formações, principalmente regionais, elas têm a possibilidade de se encontrar com outras mulheres de outras regiões, as quais, muitas vezes, passam por problemas semelhantes aos delas e, nesses momentos, é que ocorre a troca de experiências e juntas buscam formas de sair dessas situações de exploração.

A gente aprendeu, enquanto mulher sem-terra, que a gente só consegue mudança, consegue tentar construir uma cultura política diferente no âmbito das relações de gênero na nossa própria participação política em geral, se a gente se, a gente se auto-organizar, porque se a gente estiver isolado, o machismo, o patriarcado, o racismo, ele nos consome, então a gente se auto-organiza para, em momentos oportunos, poder dar um passo a mais, e não fazer isso de forma individual porque se vai uma companheira confrontar o machismo numa situação do cotidiano e essa companheira, ela não está acompanhada por um coletivo, ela vai sofrer retaliação (Simone, 2023).

Fica evidente, na fala da entrevistada Simone, que para as mulheres conseguirem debater, questionar e buscar mudanças, elas precisam estar organizadas e preparadas, pois, de forma individual, se torna mais difícil combater o

machismo, o preconceito e a violência. Reivindicações isoladas ou feitas por poucas pessoas acabam tendo menos repercussão do que as feitas no coletivo.

Atualmente, dentro do MST, as mulheres têm tido condições de estarem representadas politicamente, já têm seus espaços de fala, já estão mais presentes e atuando ativamente dentro dos assentamentos e acampamentos por meio dos coletivos de mulheres.

Mas eu acho que o movimento dos sem-terra é um professor em relação à questão da defesa da mulher. Hoje, nós discutimos nas reuniões nacionais e estaduais, junto com os companheiros, dos homens, saber que em cada setor tem que ter homens e mulheres, que tem que levar os dois para as reuniões, elas têm as mesmas autonomias que eles têm, não que eles digam: Nossa! Nós aceitemos elas. Mas nós tamo indo e ajudando a discutir. Eu acho que no MST, mais tarde. Nós teremos uma escola bem forte (Celina, 2023).

Segundo a entrevistada Celina, dentro do movimento, as mulheres têm espaço para participar dos debates, não significa que não encontrem barreiras por parte dos homens e até uma certa resistência por estarem lá, mas elas estão e procuram ainda incentivar as meninas dos assentamentos a participarem com elas desses encontros para que já estejam envolvidas nesse processo de luta por mudança nas relações de gênero no movimento.

O que as entrevistadas colocam como uma prioridade dentro desses coletivos é envolver não apenas as mulheres nos processos de formação, mas a família como um todo, para que, assim, se tenha igualdade de direitos no campo. Ou seja, para que as mulheres possam ter os mesmos direitos e benefícios que os homens têm, que elas possam tomar decisões acerca do que plantar, possam participar das decisões sobre a gestão do lote, que elas tenham suas atividades valorizadas e seu trabalho reconhecido.

Aí acho que vem aquela questão que eu falo da formação. Talvez teria que ter formação e encontros, né, tipo eu sei que tem a Escola de Mulheres, tem gênero, a gente tem muito, teve já bastante, e existe ainda, eu insisto nisso, talvez teria que ter formação para as famílias, para os casais, porque os filhos também já era bom participar junto, né? Convidam, a gente sabe que convidam as filhas mulheres, né, e daí fazer encontro só para homens, eu acho que não resolve, talvez teria que ter alguma formação. A gente tentou na comunidade sempre fazer isso quando fazia as assembleias, as reuniões. As formações que a gente teve para a cooperativa Oito de Junho, sempre chamava jovens, meninas e rapazes, o máximo de casal possível, né, famílias inteira para fazer a formação. Eu acho que um pouco é isso que precisa, né, precisaria ainda, né (Dionísia, 2023).

A entrevistada apontou um desafio para as lideranças dos coletivos: desenvolver estratégias para conseguir envolver o maior número de pessoas nos

processos de formações, conscientizando sobre a importância e o papel que as mulheres têm na sociedade.

Fica evidente, pela fala das entrevistadas, que a Escola Regional de Mulheres é fundamental para elas, que ela precisa ser mantida e continuar com seus processos formativos, porque é um instrumento muito importante ao desenvolvimento dessas mulheres camponesas para que elas possam desestruturar esse sistema patriarcal tão forte e presente na sociedade e que ainda oprime as mulheres.

### 3.5 NECESSIDADE DE ENVOLVIMENTO DOS HOMENS NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO

Foi discutido o quão importante é a mulher ter a coragem de sair do ambiente doméstico, ir para encontros de formação, participar de mobilizações, estar envolvida em movimentos de lutas pela conquista de direitos de liberdade e igualdade. Porém, não se pode esquecer que essa mulher que está tendo o direito de sair de casa, ela pode ter ao seu lado um marido machista, preconceituoso, e que ainda traz resquícios do patriarcado. Diante disso, ao participar dos cursos de formação, como essa mulher retorna para esse lar? Como trata desses assuntos com esse marido?

De acordo com Simone, que faz parte do setor de formação do MST:

A maior parte dos processos de formação eles são mistos, são para homens e mulheres. O MST é um movimento social que tem como uma característica esse **abranger da família como um todo**, a família camponesa onde participam crianças, mulheres, homens, participam os jovens. O movimento tem um trabalho com todos esses públicos, inclusive até os próprios homens, quando entra na discussão de gênero, **a gente tem tentado constituir espaços para que eles façam uma autorreflexão sobre a relação de gênero** (Simone, 2023, grifo nosso).

A entrevistada relata que desenvolver atividades e processos formativos envolvendo tanto mulheres quanto homens é uma prática comum do MST e que as mulheres têm feito esse trabalho de chamar esses homens a refletir sobre as suas práticas. Muitos homens, porém, ainda têm aquela cultura machista.

Conforme salienta Hooks (2022):

Em momento algum acreditei que o movimento feminista devesse ser, e que fosse, um movimento só de mulheres. No mais íntimo do meu ser, sabia que nunca teríamos um movimento feminista bem-sucedido se não conseguíssemos incentivar todo mundo, pessoas femininas e masculinas, mulheres e homens, meninas e meninos, a se aproximar do feminismo (Hooks, 2022, p. 10).

A autora afirma que o movimento feminista deve ser um movimento com um engajamento mais amplo, não restrito apenas às mulheres que são, sim, as maiores interessadas, porém, sem o envolvimento da outra parte que são os homens, esse processo tende a ser mais lento. Pois ainda vive-se em uma sociedade com relações de desigualdade, em que a mulher carrega fortemente a identidade atrelada ao espaço doméstico e à reprodução, na qual ainda existe a hierarquização entre os gêneros masculino e feminino.

Para Hooks (2022, p. 15) “uma revolução feminista sozinha não criará um novo mundo, precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo”. Racismo, elitismo e imperialismo requerem da luta das mulheres não apenas a conquista da emancipação feminina, mas de toda a humanidade, porque, neste caso, a luta se amplia para a luta de classes, pois são questões que dizem respeito a essa sociedade capitalista e patriarcal que domina as relações de gênero. Parece que a Escola Regional de Mulheres pretende ir além das próprias mulheres e trazer o homem para esse debate.

Iniciativas na área de educação tem várias, embora a gente não consiga atingir todas as mulheres de nossas comunidades, das nossas áreas. Porque são territórios grandes, porém, vários grupos e coletivos já foram organizados e iniciados. **A gente tem a educação como um pilar fundamental aí para o processo de libertação das mulheres, muito na perspectiva de desenvolver a consciência de classe**, a condição, né, de opressão para poder se libertar disso (Judith, 2023, grifo nosso).

O coletivo de mulheres entende que são necessárias iniciativas na área da educação para o fortalecimento e o desenvolvimento das mulheres camponesas. Nesse sentido, as entrevistadas foram questionadas sobre o que tem sido feito em termos de educação para combater os atos de opressão tão presentes no cotidiano.

De acordo com a entrevistada Judith (2023),

O movimento de mulheres possui iniciativas voltadas para a capacitação das mulheres, porém, ainda se tem muito a fazer levando em consideração que essas mulheres têm suas atividades dentro dos lotes e muitas das entrevistadas ainda trabalham fora de casa. Isso acaba dificultando a abrangência de um público maior nos processos de capacitação.

Para a entrevistada Dionísia (2023):

Teria que ter encontros com homens e mulheres, com casais, né, porque, de repente, a mulher não adianta ela chegar em casa, querer fazer ou falar e, às vezes, não tem voz e vez também, né? Então, quem sabe se o homem participasse um pouquinho mais junto também era melhor, até para entender né, é que tem muitos que não entende, claro, são aqueles bem machistas mesmo, mas eu acho que sim, as formações que fazem, os encontros que fazem, as informações que a gente tem.

A entrevistada enfatiza a importância de se trabalhar com homens e mulheres nos grupos de formação, ela parte do princípio de que a mulher vai para espaços de formação, tem acesso à capacitação, toma consciência, porém, quando ela chega em casa, vai se deparar com um homem machista e despreparado.

Ainda sobre o que deve ser feito em termos de educação para combater os atos de opressão tão presentes no cotidiano, Rose (2023) acrescenta:

Eu acho que até poderia a educação ajudar em até certo sentido, mas se a mulher é oprimida, ela pode até participar de formações, mas como que ela vai chegar em casa e vai colocar para a família, para o marido, o seu pensamento? Talvez por meio de processos educativos a mulher passe a se valorizar mais, mas em casa não sei se ela consegue muita coisa. Ao longo do tempo talvez, né, mas ... tem que ter bom senso. Fazer junto. A mulher sabendo do seu papel, do que ela pode fazer, ela passa a se valorizar mais por meio da conscientização (Rose, 2023).

Na mesma linha de Dionísia, Rose menciona que as mulheres têm de participar dos cursos de formação, porém ela vê como primordial a participação de toda a família nesse processo de mudança de paradigmas, devido à dificuldade que essas mulheres vão encontrar ao retornar para suas casas.

De acordo com o relato de Linda (2023):

Então, foi graças ao movimento sem-terra, graças às lutas, graças aos encontros de formação, que a gente foi aprendendo, né, o casal que tinha que ser junto. Ter igualdade, né. E assim, passamos para os filhos também. Hoje, graças a Deus, eu sou muito feliz com meus filhos, né. Que eles pensam assim também, né. O que eu dizia para minha filha fazer o meu filho também fazia. Não era só ela que tinha que fazer o serviço de casa, era os dois. E a mesma coisa ela, educando pela igualdade.

Segundo a entrevistada, ela veio de uma casa com predomínio do machismo, quando casou, se deparou com uma família também alicerçada em bases machistas, mas, segundo ela, foi dentro do movimento que adquiriu conhecimento e conseguiu construir sua família, rompendo com as opressões advindas do patriarcado.

Homens de todas as idades precisam de ambientes em que sua resistência ao sexismo seja reafirmada e valorizada. Sem ter homens como aliados na luta, o movimento feminista não vai progredir. Da forma como está, precisamos trabalhar com muita dedicação para corrigir o pressuposto já tão arraigado no inconsciente cultural, de que o feminismo é anti-homem (Hooks, 2022, p. 31).

Isso se deve ao fato de que ainda se vive em uma sociedade com características sexistas, e para haver a libertação da cultura patriarcal, é preciso estar consciente da sua condição enquanto mulheres e homens.

Esses homens com características machistas são filhos de mulheres com outras percepções de mundo; porém, as novas mulheres têm como missão formar

esses homens para serem pessoas diferentes, para serem mais humanos, menos preconceituosos, com uma concepção de vida diferente da que seus pais presenciaram.

Dessa forma, as mulheres têm se organizado e estruturado momentos e formações com esse intuito de educar as novas gerações para terem comportamentos e atitudes diferentes para com a sociedade.

Por meio dessa organização das mulheres nos coletivos, em conjunto elas buscam alternativas para combater o machismo, o sexismo, o racismo, as violências, as desigualdades de gênero e todas as injustiças impostas a elas. Por meio do movimento sem-terra, essas mulheres camponesas passam, assim, a se organizar politicamente e vão se fortalecendo e buscando estratégias para alcançar a sua emancipação.

Muitas dessas mulheres já apresentam características femininas, mas passam a ter mais força e conhecimentos a partir do momento em que compartilham suas experiências umas com as outras. Segundo Bertha (2023), “o movimento fortalece, o movimento feminista, o movimento de mulheres, ele te fortalece, você passa a não se sentir mais sozinha”.

Assim, de acordo com Bertha (2023), “na verdade, é um processo de luta, é a organização das mulheres, porque a gente só consegue se fortalecer num coletivo, tem que ter uma organização, sem a organização não é possível a libertação”.

Percebe-se, assim, pelo relato da entrevistada, a importância da organização das mulheres para o seu fortalecimento enquanto classe oprimida. Por meio dessa pedagogia feminista, o movimento possibilita a elas adquirirem consciência das formas de opressões que enfrentam diariamente. Muitas formas de violência a que são submetidas no dia a dia passam despercebidas e se tornam naturais. Nesse sentido, “o papel dos movimentos sociais além de contribuir para o processo de conscientização, tem a ver com a questão da construção da ação política para romper com a realidade que a gente vive” (Judith, 2023).

Por meio da construção dessas ações, as mulheres passam a ter a consciência de que o trabalho que elas realizam não pode ser considerado como uma simples ajuda, mas sim, como trabalho.

Muitas mulheres acabam se submetendo a condições de exploração, violência e dominação por não ter justamente o acesso e o poder de decisão, a renda, que é gerada muitas vezes pelo fruto do seu trabalho, que muitas vezes, numa propriedade que trabalha com grãos e leite, é o homem que

determina o que fazer com o dinheiro, a mulher tá lá. Ela tá lá trabalhando, contribuindo, gerando renda, embora seja invisibilizado e não reconhecido o trabalho dela (Judith, 2023).

Nos coletivos de mulheres, discutem-se questões relacionadas ao trabalho doméstico, bem como que o cuidado da casa e dos filhos não é tarefa exclusiva das mulheres, mas que os homens também precisam compartilhar essas responsabilidades.

As mulheres passam a ter consciência que elas podem participar da tomada de decisão dentro do lote, podem ter uma atividade que as traga uma remuneração, seja dentro ou fora do lote, possibilitando, assim, sua autonomia financeira.

Então, quando a mulher é muito submissa, se não é trabalhado isso na cabeça dela, a ponto dela bater o pé e dizer não...Meu ex-marido, por ele, a gente pega o lote e bota fora e divide um pouquinho. Eu falei não, aqui é a minha vida, enquanto eu existir, eu vou morar aqui, depois que eu morrer, daí vocês decidem (Nísia, 2023).

Nísia é um exemplo de mulher que veio de uma família machista, procurou o acampamento para conseguir um pedaço de terra, encontrou muitas dificuldades financeiras, e além do trabalho no lote, ela trabalha como professora. Por meio do movimento, foi construindo uma identidade feminista, teve coragem de se separar do marido. Atualmente, administra o lote e trabalha fora o dia todo.

Um dos diferenciais que pode ser observado nas mulheres integrantes do movimento é que elas possuem um espaço de socialização de seus problemas dentro de um grupo, um coletivo. Se não pertencessem a esse grupo, talvez não encontrariam outra forma de construir sua emancipação. Ser feminista assim somente é possível a partir da luta coletiva.

O desafio é, então, conseguir conscientizar os filhos da importância da construção de uma sociedade que não seja machista e que não dissemine comportamentos machistas. Assim, as meninas precisam ser encorajadas a lutar contra esse sistema opressor e machista; porém, os meninos também precisam receber uma educação para que seus comportamentos na sociedade não sejam machistas, racistas e preconceituosos.

É um desafio que se coloca a essas feministas sobre como abordar com os filhos homens esses assuntos referentes ao machismo que estão tão presentes na sociedade. É preciso, assim, que essa pedagogia feminista seja capaz de promover transformações na vida dessas mulheres e também possibilitar a elas ferramentas que proporcionem condições de trabalhar com seus filhos a importância e a

necessidade de se construir uma sociedade que se liberte de uma vez do machismo, estrutura que ainda é imposta às pessoas.

### 3.6 DISCUSSÃO ACERCA DAS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS MULHERES CAMPONESAS: UM TEMA DA ESCOLA REGIONAL DE MULHERES DO MST

A violência é um tema sempre presente na vida das mulheres, isso fica evidente ao se observar o que a mídia mostra diariamente. E as mulheres camponesas não estão livres disso.

De repente, você vê aquela mulher te olhando assustada, que é a pior coisa que você vê, aquela mulher te olhar assustada com olhar de medo quando você fala sobre violência. Que isso aconteceu, a gente passou aí, a gente passou em todo o acampamento, a gente tem 24 grupos, nós passamos em todos eles fazendo reunião falando sobre o 8 de março, qual era a importância e é uma das coisas que a gente debateu muito essa questão de gênero, a questão da violência contra a mulher, é difícil falar, é difícil para quem tá escutando isso. Você vê a mulher com medo, medo de denunciar, medo de falar, mas acaba que, nesse meio tempo, ela acaba tendo, assim, não na hora, na hora ela tem medo, mas ela vem até você e fala: “Eu tô sofrendo isso, eu tô sofrendo a violência, eu tô sendo espancada (Carlota, 2023).

Esse relato mostra que o movimento de mulheres dispõe de uma pedagogia própria, a qual abre espaço para debater esse tema. Elas possuem uma organização, têm à disposição locais para exporem seus problemas e buscarem juntas uma solução. Claro que nem sempre vai ser fácil para uma mulher que é vítima de violência ter a coragem de colocar no grupo que está sendo violentada, por exemplo. Muitas delas, provavelmente por medo, acabam se calando, mas terão aquelas com a coragem de colocar para o grupo essa questão.

Conforme menciona Hooks (2022),

Uma das mais divulgadas intervenções positivas do movimento feminista contemporâneo é, de longe, até hoje, o esforço para criar e sustentar uma maior conscientização cultural sobre a violência doméstica, assim como as mudanças que devem acontecer em pensamento e ação, se quisermos ver o fim disso (Hooks, 2022, p. 95).

Nesse sentido, o movimento de mulheres camponesas no MST tem tido essa preocupação com a questão da violência. É importante que as mulheres tenham a consciência de que podem estar sendo vítimas e, estando nessa condição, terem a capacidade e a coragem de denunciar para mudar sua realidade. É em razão disso que são realizadas campanhas de incentivo à denúncia para que tais atitudes passem a ser combatidas, que não fiquem no anonimato e que as mulheres deixem de fazer parte de estatísticas de assassinatos e de todos os tipos de violências.

A análise das histórias dessas mulheres e das lutas que assumiram para se afirmarem enquanto lideranças mostra que pesa sobre elas uma forte contradição em relação ao seu papel de gênero: ao mesmo tempo que se mostram mulheres fortes, determinadas, e testemunharam a existência de muitas outras mulheres igualmente fortes ao longo da vida, não lhes é assegurado *a priori*. É preciso uma série de “batalhas” para conquistarem permanentemente o direito de dizerem o que pensam, serem sujeitos, agirem conforme as suas convicções (Siliprandi, 2015, p. 238).

São desafios assim que se apresentam diariamente na vida das mulheres e que elas precisam estar batalhando para que seus direitos, de fato, sejam reconhecidos e postos em prática. Embora existam leis que protejam as mulheres, ainda existe muito o que se fazer para combater todas as injustiças.

Ainda **existe muitas relações de violência dentro do movimento**, isso é algo que nós temos constatado, embora todos os nossos 40 anos de existência, já faz 40 anos do movimento, é algo que a gente se indigna muito pela quantidade de situações que acontecem, mas seria muito pior se nós não tivéssemos esse processo de auto-organização das mulheres. **E alguns passos concretos nós estamos dando**, por exemplo, nós aprovamos nesse ano um protocolo à nível nacional e já foi para os estados, para as regiões. A gente já construiu zeladorias, coletivos que vão estar encarregados de efetivar esse protocolo em relação às violências, né. É um passo que a gente demorou 40 anos para dar e agora a gente tem que normatizar também dentro do movimento como que a gente encaminha, né, reflete e encaminha as questões de violência que acontece no interior da organização (Simone, 2023, grifo nosso).

Segundo a entrevistada, essa cultura machista dentro dos assentamentos, dos acampamentos e do próprio movimento persiste, muitas mulheres, até os dias de hoje, acabam sendo vítimas de algum tipo de violência. No entanto, ações já têm sido feitas para combater esses atos e umas das principais é a própria conscientização por parte da mulher vítima da violência. Esse tem sido um tema que é pauta das discussões dos coletivos das mulheres.

Assim, as mulheres ouvidas nesta pesquisa são mulheres que se desafiaram e desafiam outras mulheres para estarem engajadas nas lutas feministas. Ou seja, tiveram a coragem de sair de casa, de deixar seus afazeres e irem em busca de novas condições de vida, combatendo relações de dominação patriarcal que foram construídas ao longo da história humana e que continuam enraizadas na sociedade até hoje.

E mesmo quando a gente está organizado em coletivos, a gente tem inúmeras situações de machismo, de que o patriarcado, realmente, ele é forte e expõe as companheiras a situações de violências, de exclusão, né. Mas quando a gente tem um coletivo organizado, as mulheres fortalecidas, inclusive coletivos de base, a gente percebe um avanço na inserção dessas mulheres em tudo o que elas conseguem construir e um avanço dos próprios companheiros, que não podem mais ter mais a mesma postura porque sabem

que eles estão sendo observados porque as mulheres estão atentas (Simone, 2023).

Verifica-se, assim, como um desafio para as mulheres camponesas o desenvolvimento, dentro dos assentamentos e acampamentos, de estratégias para debater com os homens assuntos difíceis, como, por exemplo, sobre a violência contra a mulher e o quanto isso afeta toda a família em primeiro lugar. Esse debate se faz necessário com as novas gerações que estão chegando, mas também com esses homens que são frutos de uma cultura patriarcal/machista.

Quando as mulheres estão organizadas e informadas, elas passam a ter a capacidade e a coragem de questionar seus companheiros, e esses homens culturalmente machistas precisam repensar as suas práticas e ações, discutir sobre a masculinidade, porque o que eles vão encontrar pela frente agora são mulheres com uma nova concepção do que é ser mulher, que querem ter seu corpo e seus direitos respeitados.

As mulheres que voltam para as casas são mulheres com outra visão de mundo, com novos sonhos, novos anseios, com novas perspectivas de vida, que são capazes de pensar com suas próprias cabeças.

Desse modo, por meio desta pesquisa, foi possível evidenciar que, mesmo dentro de um movimento que luta pela reforma agrária, que tem na luta de classes seu objetivo maior, como é o caso do MST, já existe uma certa aproximação de muitas reivindicações que são do movimento feminista. Pois o movimento feminista é um movimento político de luta das mulheres e que, de algum modo, mesmo aquelas que se sentem inseguras quanto a afirmar que são, de fato, feministas, defendem reivindicações e bandeiras feministas e entendem que a mulher tem que ser reconhecida da mesma forma que os homens.

A experiências dessas mulheres camponesas no movimento, nas reuniões com os coletivos no assentamento ou no acampamento, na metodologia da alternância como estratégia de formação crítica da Escola Regional de Mulheres, são práticas evidentes de que existe, assim, uma pedagogia que leva as mulheres necessariamente a perceberem que são também protagonistas, são sujeitas daquele projeto do movimento por acesso à terra e a um meio de produção menos danoso, um meio de produção sustentável com o meio ambiente, como é o caso de quem pratica agroecologia.

## 4 MULHERES CAMPONESAS E FEMINISTAS E A AGROECOLOGIA

Com o passar dos anos e diante do cenário presenciado, cada vez mais, torna-se importante pensar em novas formas de relação com o planeta e de práticas de agricultura que preservem os solos e as águas e que produzam alimentos que, de fato, vão para a mesa das famílias brasileiras, no acesso à terra possível, principalmente para as mulheres, e na reforma agrária.

Em geral, as mulheres têm proximidade e familiaridade com o meio ambiente, com a natureza e com a terra. São elas que cuidam da horta, dos pequenos animais, cultivam flores e chás, plantam alimentos para o consumo diário e têm mais facilidade quanto ao cuidado e a preservação da natureza.

Dessa forma, analisar a influência da agroecologia na vida das mulheres é ir mais além. Entender quais são os impactos que ela tem na vida das mulheres camponesas é de suma importância para responder um dos objetivos específicos da pesquisa, que é verificar a influência que a agroecologia tem na vida das mulheres camponesas e a relação que ela estabelece com o feminismo.

### 4.1 A AGROECOLOGIA COMO UMA OPÇÃO DE VIDA PARA MULHERES CAMPONESAS

Muitas mulheres praticam a agroecologia no momento em que se preocupam em cultivar mandioca, verduras e frutas sem a utilização de agrotóxicos. Elas se preocupam com o meio ambiente e com os animais, trocam mudas e sementes com as vizinhas; porém, com a correria do dia a dia, nem percebem que estão fazendo, muitas vezes, uma produção agroecológica.

O conceito de agroecologia abrange diversas dimensões, a científica, a social, a política e a econômica. Em relação à científica, existem autores renomados como Emma Siliprandi e Miguel Altieri. Em relação à questão social, a agroecologia é tida como uma reivindicação, uma bandeira de luta dos movimentos sociais.

Para colaborar no entendimento do que é a agroecologia a partir da dimensão científica, cita-se Altieri (2004, p. 12): “Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”.

Miguel Altieri (2012) é um estudioso preocupado com as mudanças climáticas e escreveu vários livros que servem de inspiração, entre eles, *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*, no qual ele propõe mudanças no sistema convencional agroalimentar, com o intuito de reduzir os impactos ao meio ambiente.

Nessa mesma linha, há outra pesquisadora que auxilia na compreensão do conceito de agroecologia:

A agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros, sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas (Siliprandi, 2015, p. 81).

Os modelos atuais de agricultura com o agronegócio envolvem produções de monoculturas, utilização de adubação química e de maquinários e ausência de mão de obra. Nesse tipo de agricultura, não há muito espaço para a família desenvolver algum trabalho em conjunto, tampouco autonomia. De acordo com Siliprandi (2015), os agricultores acabam ficando dependentes de um modelo imposto pelo capitalismo, reféns de empresas multinacionais que vendem suas tecnologias, sementes e insumos a preços elevados.

Na agroecologia, o sistema de trabalho ocorre de forma diferente, as famílias não se tornam escravas de empresas, têm mais autonomia na hora de escolher suas sementes e a forma de cultivá-las. Esse modo de vida que a agroecologia proporciona é a virada de chave que proporciona às mulheres, em especial, uma esperança de poder decidir sobre o que plantar, sobre quais condições, quem vai participar desse processo, tornando-se um sujeito ativo dentro do lote.

Nesse sentido, identifica-se que as entrevistadas desta pesquisa têm conhecimento e proximidade com a agroecologia, seja por meio da inserção no movimento ou pelos conhecimentos adquiridos com os avós, com seus antepassados e, outras, por terem optado por um modo de vida diferente.

Quando questionadas se têm experiência com agroecologia, as entrevistadas responderam:

Sim, aqui na região mesmo, nós aqui fomos a primeira família a ser certificada orgânica agroecológica que, na época, era pela Unicentro de Guarapuava<sup>21</sup>,

---

<sup>21</sup> A Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro) era responsável pela certificação de produção orgânica na região Centro-oeste do Paraná.

aí, depois, a gente passou a ter o selo da Ecovida<sup>22</sup>, que daí nós fomos certificados. Trabalhamos muitos anos, ainda estamos trabalhando, mas agora, com menos produção, nós éramos certificados não só como orgânicos, mas como agroecológicos (Dionísia, 2023).

Dionísia contou um pouco da sua história com a agroecologia, relatou que, quando se trabalha com a produção agroecológica, há bastante trabalho manual para fazer, em razão da não utilização de nenhum tipo de agrotóxico para limpar a lavoura. Dessa forma, os agricultores utilizam enxadas para acabar com as pragas e as ervas daninhas.

As opções específicas nas quais a agricultura orgânica encontra-se baseada, tanto quanto possível, incluem rotações de cultura, resíduos de lavouras, esterco animal, uso de leguminosas e adubos verdes, resíduos externos à unidade produtiva, cultivo mecânico e rochas moídas que contenham minerais, etc. (Altieri, 2004, p. 74).

De acordo com a afirmação apresentada, Altieri (2004) explica que os agricultores optantes por práticas sustentáveis abrem mão da utilização da adubação química, substituindo-a por esterços, adubos verdes e até resíduos de outras lavouras que fazem a substituição de adubos convencionais. Rose segue essa prática sustentável e diz que:

Tudo o que temos em nossa propriedade é agroecológico, não trabalhamos com agrotóxico, fazemos algum ou outro serviço com o trator, senão não. Só você olhar em volta e você já pode ver. Trabalhamos na agroecologia faz anos. Com orgânico já faz uns 20 anos que a gente não usa agrotóxico no sítio. Só que a agroecologia é difícil, é complicado você lidar com ela. Porque, na verdade, você não deveria nem arrancar as plantas, mas a gente sempre dá uma carpida. Então, se for ver a fundo, né? (Rose, 2023).

No entendimento de Rose, agroecologia não é apenas a não utilização de agrotóxicos, mas um modo de posicionamento diante da natureza, é um cuidado a mais com as plantas, em que se evita ao máximo agredi-las, é um relacionamento diferente com os seres vivos, é um olhar cuidadoso sobre as coisas.

Linda comentou que, quando foi morar no assentamento, ela e sua família não produziam alimentos dentro do lote. Isso mudou quando começou a participar dos encontros do movimento de mulheres e passou a ver que as outras participantes plantavam comida saudável e compartilhavam sementes. Ela ia para as reuniões mas não tinha nada para levar porque, em seu lote, não era cultivada nenhuma semente, trabalhavam apenas com leite e tudo o que precisavam para sobreviver era comprado no mercado.

---

<sup>22</sup> A Rede Ecovida de Agroecologia foi formada em 1998 a partir da necessidade de congregar forças e dar maior consistência política ao movimento agroecológico da agricultura familiar do Sul do Brasil

Daí, veio a discussão e o debate da agroecologia aqui na comunidade. Agroecologia é isso, é vida, como você vai ter vida comendo uma coisa só? Tem que ter uma alimentação completa, isso que eu vejo a diferença para nós. Esse cuidado, por exemplo, eu tenho os meus netos, eu planto morango, eu levo eles lá na horta comer morango. Eu chego lá e digo: pode comer, não precisa nem lavar. É essa consciência tranquila, que tu deita e dorme, não tá prejudicando ninguém (Linda, 2023).

Linda enfatiza como é importante para ela proporcionar aos netos uma alimentação sem agrotóxicos. Ela comenta que dorme com a consciência tranquila porque os alimentos que produz são saudáveis e que não prejudicam a saúde de quem vai comer. Essa preocupação com a saúde em primeiro lugar a indústria não tem, para esta o importante é o consumo que vai gerar lucro, independentemente de ser um produto saudável ou não. Assim, a agroecologia demonstra que tem a capacidade de tornar as pessoas conscientes e preocupadas com a saúde de quem vai consumir o que elas estão plantando.

A nossa propriedade é toda agroecológica, só tem um canto ali em cima que não é certificado, o resto é toda certificada orgânica. Já tem 15 anos que nós trabalhamos. Não mexemos com agrotóxicos, até pela diversidade que nós temos. Tu pode olhar, nós tamo tampadinho de árvore. Estamos ajudando os vizinhos venenistas a respirar, né? (Linda, 2023)

No lote de Linda, tudo é plantado e cuidado sem a utilização de nenhum tipo de agrotóxico, percebe-se, na conversa, que ela e a família se preocupam com a saúde, que independentemente de os vizinhos criticarem e não tomarem esse cuidado que eles têm com as plantas, continuam trabalhando focados na preservação do meio ambiente, preocupados em produzir comida de verdade e com qualidade.

A entrevistada Judith também vai além sobre o conceito da agroecologia:

A gente considera a agroecologia como prática social e agroecologia como ciência, do ponto de vista da construção do conhecimento científico sistematizado que, por meio do diálogo de saberes, dialoga com o conhecimento científico, a construção da ciência e do conhecimento (Judith, 2023).

Segundo Siliprandi (2015, p. 93), “a agroecologia apresenta-se como uma proposta que rompe os domínios de uma ciência estanque, e propõe a incorporação de outros sujeitos sociais (que não o “cientista”), como coprodutores do conhecimento a ser gerado”. Entre esses sujeitos, há as mulheres camponesas que possuem inúmeros conhecimentos e saberes tradicionais, os quais foram adquiridos por meio do contato com seus antepassados e da experiência no contato diário com a terra.

Em relação à questão social, a agroecologia é tida como uma reivindicação, uma bandeira de luta dos movimentos sociais. Santos (2021) colabora, então, no entendimento da agroecologia do ponto de vista social:

Nesse projeto de agricultura a Agroecologia e o feminismo precisam andar juntos na luta pela construção de relações sociais de igualdade de gênero, entre homens e mulheres para que não haja mais exploração, violência e invisibilidade do trabalho das mulheres, dos jovens e das jovens camponesas, para que ocorra as transformações necessárias para a superação do sistema de dominação patriarcal e do modelo de produção agrícola capitalista, que buscam a todo custo o lucro, baseado na exploração, concentração, destruição e morte (Santos, 2021, p. 70).

As camponesas, no entanto, vão além desse conceito pois, quando elas partem para a prática de produção de alimentos saudáveis, também mudam a relação com a natureza, a relação na família, ou seja, vão muito mais longe do que apenas centrar a prática agroecológica em uma definição científica.

A primeira atitude nossa com a agroecologia foi **parar de usar agrotóxico**, nós estávamos participando das primeiras jornadas de agroecologia, daí, para variar, a nossa filha nasceu doente... O nosso processo com a agroecologia, ele é bem antigo, de muitos anos já. **E aí a gente criou como primeiro inimigo o veneno**, né? Começamos a combater o veneno. Só que aí, quando você vai avançando no processo da agroecologia, você vai se **transformando como ser humano**, e chega um período, assim, que a agroecologia pra gente, ela não é um modo de produção, ela é **um modo de vida**. Que você considera tudo o que existe no teu espaço de produção e fora do teu espaço de produção (Bertha, 2023, grifo nosso).

É possível observar, pelo relato das entrevistadas, que o primeiro passo para iniciar uma produção com base na agroecologia é a transição de uma agricultura tradicional, convencional para uma agricultura sustentável. Após, inicia-se um processo que vai mais além e, conforme Bertha relata, aos poucos, as pessoas vão se transformando e mudando a forma de viver e de ver o mundo.

Então, a gente tem, no caso do meu lote, a gente não usa agrotóxico, não usa produtos químicos, a gente trabalha em harmonia com a natureza, porque quando a gente começou a procurar um pedaço de terra aqui no MST, a gente veio com o objetivo de produzir alimentos, produzir alimentos de qualidade. Aí você começa a colocar veneno, começa a produzir, lógico que no sistema convencional, você consegue produzir com mais facilidade essa produção, mas você não respeita a natureza, não respeita a vida (Nísia, 2023).

No caso de Nísia que mora sozinha no lote, trabalha o dia todo como professora e cultiva mandioca orgânica, ela precisa de ajuda de pessoas contratadas para ajudar com a mão de obra. Existe um consenso entre as camponesas entrevistadas, que entendem e praticam a agroecologia, que a agroecologia enquanto agricultura dá

trabalho, ela exige trabalho manual em razão de que não se utilizam produtos convencionais para acabar com as ervas daninhas.

Essas mulheres camponesas que trabalham e produzem em bases agroecológicas são, assim, a esperança de um planeta mais sustentável. Elas constroem uma nova forma de vida, muitas vezes, encontrando barreiras internas, outras, sendo vítimas de preconceitos por parte dos vizinhos e enfrentando dificuldades financeiras, mas resistem e persistem em construir um novo projeto de vida, embasadas na construção de um projeto maior.

Assim, essas mulheres buscam construir uma sociedade que não agrida a natureza, bem como não agrida as mulheres. Reforça-se essa compreensão com Siliprandi (2015, p. 101): “a exploração do trabalho das mulheres, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva, [obedece] à mesma lógica da exploração da natureza”.

Trabalhar com a agroecologia é uma forma de mostrar resistência ao modelo de agricultura tradicional que se acostumou a ver, com base no lucro, na exploração, na dominação, no individualismo e na falta de diálogo entre os indivíduos no lote. Nesse sentido, essa exploração que o homem tem para com a natureza vai se assemelhando às explorações que ocorrem com as mulheres.

Para as camponesas, agredir e destruir a natureza é uma forma de agressão às mulheres, então, em um ambiente agroecológico, nem a natureza tampouco as mulheres podem ser vítimas de exploração, agressões e violências. As mulheres têm, assim, uma ligação de muita proximidade com a natureza. Diante disso, quando as entrevistadas foram questionadas sobre como elas veem a questão de que “sem feminismo não há agroecologia”, elas afirmam:

Tem até um grito que diz que “sem agroecologia não há feminismo!” porque a agroecologia é exatamente o que eu falei, na agroecologia, todo mundo tem que ter espaço, e todo mundo tem que ter seu espaço respeitado, por mais que eu tenha um espaço de produção muito bonito, se a mulher não tem as vontades dela respeitada, não é agroecologia. Para ela sair desse processo de subalternidade, de exclusão, de opressão, ela precisa ter conhecimento e o conhecimento vem da linha dela entender que ela é escrava<sup>23</sup> e é preciso se libertar (Bertha, 2023).

Tem que ter. A mulher tem o papel fundamental, se não tiver uma mulher, eu vejo aqui, o serviço dos homens, eles fazem, mas não é a mesma coisa. Acho que a gente é mais detalhista, mais cuidadosa (Rose, 2023).

Eu acho que a mulher é em primeiro lugar, porque se você vê a maioria dos homens, eles só pensam no dinheiro, né? E daí, eles não tão nem aí com a

---

<sup>23</sup> Escrava no sentido de ser dominada, subjugada, serva.

questão de veneno, eu acho que quem pensa e põe a mão na massa de verdade é a mulher. Ela já pensa nela, já pensa nos filhos. Eu acho que é uma peça fundamental é a mulher (Celina, 2023).

Com o passar do tempo, essas mulheres envolvidas com a agroecologia passam a ser valorizadas, uma vez que seus conhecimentos são levados em conta. Quem nunca tomou um chá feito por uma avó, por exemplo? Elas passam a ter autonomia, uma vez que, em unidades de produção de bases agroecológicas, o papel da mulher é fundamental e, em geral, quem desenvolve as produções agroecológicas é a família, diferentemente do agronegócio que prioriza a utilização de máquinas, equipamentos e mão de obra reduzida.

A agroecologia, ela permite a gente construir e discutir essas questões que são mais amplas, da construção de uma nova sociedade, e de agricultura que se baseie em outras relações, nas construções de novas relações, para além da produção e de dominação que a gente tem com a agricultura capitalista, do agronegócio, que vai nessa perspectiva da dominação, da exploração do trabalho das mulheres. A agroecologia permite à gente construir uma nova forma de vida, de agricultura que se baseie em outros pilares, onde não é possível conviver num espaço de produção, de violência, de exploração das mulheres (Judith, 2023).

Quando a família opta por trabalhar com a agroecologia, pode ocorrer maior aproximação entre os membros da família, porque há o trabalho em conjunto, em que se tem a valorização de todos os seus integrantes que compartilham ideias e tarefas. Assim, caminha-se para o rompimento das desigualdades de gênero que é tão presente no campo, em razão da força do patriarcado, que abre espaço para novas formas de se relacionar.

De forma diferente da atuação no agronegócio, essas mulheres que trabalham focadas na agroecologia desenvolvem um outro olhar para a produção de alimentos, para o tratamento da terra e dos animais e passam a se relacionar com o companheiro e com os filhos com base no respeito.

Nesse sentido, Siliprandi (2015) relata que esses processos de transição para a agroecologia desestabilizam a lógica patriarcal e começam a produzir mudanças nas relações de gênero, permitindo, assim, uma mudança na vida das mulheres, proporcionando empoderamento e ajudando-as a se constituírem em sujeitas políticas, ativas, capazes de serem reconhecidas.

A agroecologia permite a nós construirmos uma nova forma de vida, de agricultura que se baseie em outros pilares, onde não é possível conviver num espaço de produção e de vida em espaços violentos com opressão das mulheres (Judith, 2023).

As entrevistadas falam sobre a questão da convivência familiar e enfatizam que, no trabalho com a agroecologia, não pode existir nenhum tipo de violência, seja para com a mulher, com os animais ou com o meio ambiente. Se houver qualquer tipo de violência, não é agroecologia.

Nísia também afirma que, para haver agroecologia, é preciso o envolvimento de uma mulher:

Eu acredito que sim, porque a agroecologia ela envolve muito o trabalho familiar, é a família ali envolvida trabalhando, porque, **no agronegócio, não precisa de uma família, precisa de um maquinário e um galão de veneno** e você vai lá e resolve. Na agroecologia, você precisa de organização, de planejamento, precisa pensar. Eu acredito que é necessário, sim, a participação da mulher, porque é trabalho familiar, é família, né, que tá envolvida (Nísia, 2023, grifo nosso).

Nesse sentido, quando uma família opta por trabalhar com bases agroecológicas, é fundamental que tenham mulheres à frente do processo de transição que estejam envolvidas na organização e na reestruturação das unidades de produção, do lote, etc.

Hoje, além da preocupação com a produção de alimentos saudáveis, há também a preocupação com a garantia de uma vida digna para as pessoas, sem agrotóxicos por todo lado, sem poluição das águas, sem desmatamento, sem queimadas, sem derrubada das florestas, porque isso é uma questão de sobrevivência do nosso Planeta.

No entanto, para combater essa agricultura que busca muito lucro, em que a preocupação é colher cada vez mais *commodities*, em que o dinheiro está acima de tudo, é necessária uma mudança cultural, só assim será possível construir uma sociedade sustentável.

E é isso que as mulheres camponesas envolvidas nos movimentos sociais têm feito: dando os primeiros passos para a transição na forma de produzir de maneira mais sustentável, envolvendo-se com cooperativas, produzindo alimentos de qualidade, dizendo não aos agrotóxicos e ao desmatamento, relacionando-se de forma humana com a terra e com os animais. Nesse sentido, essas mulheres vão estabelecendo novas relações com a natureza e com o meio ambiente, construindo um modo de vida mais sustentável. Diante disso, foi questionado às entrevistadas se elas observam mudanças trazidas pela agroecologia na vida das mulheres camponesas:

Então, a agroecologia impacta, sim, positivamente na vida das mulheres, desde a perspectiva da produção da agricultura, das práticas agrícolas que

valoriza o trabalho das mulheres, dos jovens. Nas práticas camponesas, têm espaço para todo mundo, para toda família participar, trabalhar, contribuir, no processo de autonomia econômica, na geração de renda, e tem a ver com a questão da diversidade no lote, de ter os animais, as verduras, plantas medicinais, produzir os alimentos, rompendo, assim, com a lógica da monocultura, rompendo com as relações violentas que o agronegócio estabelece com a natureza, traz o envenenamento, de agrotóxicos e de monoculturas (Judith, 2023).

Por meio das bases agroecológicas, a mulher tem o seu lugar de trabalho em que pode ter autonomia para decidir o que plantar e como manejar, ações que não seriam possíveis no agronegócio. Quando se pratica a agroecologia, o trabalho acontece de forma conjunta, toda a família se envolve.

E quando nós vendia na feira, a pessoa dizia: “mas porque vocês ficam até se judiando, carpindo, a se fosse com veneno...”. Sempre tem um vizinho que tira sarro... Eu até disse uma vez para um sobrinho meu, parente, nem é daqui, eu disse assim... ele disse: “eu passo veneno no feijão, 10 minutos eu limpo ele, e nós ficar 1 hora, 2 carpindo.” Eu falei: “bom, se você quiser comer feijão com veneno, pode comer, eu não quero, por isso que eu tô plantando o meu” (Dionísia, 2023).

A sociedade acaba sendo muito preconceituosa com quem opta por viver um modo de vida baseado em outros valores e que não se deixa levar pelas propagandas do agronegócio. As pessoas desejam um ambiente com ar puro, mas não querem contribuir para isso; querem água limpa para beber, mas continuam contaminando os rios, e assim por diante.

Tipo, nós não matamos cobra. Esses dias, tinha uma cobra nesse banco, a Érica [filha] começou a espantar e a cobra ia para um lado, para o outro, nós não matamos cobra. Porque ela tem o direito de viver a mesma coisa que a gente. Nós não temos o direito de tirar a vida dela. Deixar um bicho passar fome, isso não faz parte da agroecologia. Nós, por exemplo, quando tirava leite, a vaca tinha que ficar na sombra, tinha que ter a água bem limpa, ela tinha que ter condição. Você já tá explorando o bicho, por que querendo ou não ele tá te dando retorno financeiro e ainda você vai deixar ele numa condição desumana? (Bertha, 2023).

De acordo com Bertha, ao ingressar na agroecologia, ela mudou totalmente a forma de viver, de ver as coisas, de se posicionar diante da natureza e dos animais. Ela não está preocupada com luxos materiais, tampouco com a opinião das pessoas em relação ao seu modo de vida, pois ela optou por ter uma relação de respeito com a natureza, com os animais e com os alimentos. No caso específico da Bertha, não é apenas uma forma diferenciada de plantar as verduras, as frutas e as hortaliça, vai muito além disso, a forma que ela vê o mundo, o desapego de bens materiais e a maneira como ela se posiciona, são muito diferenciados do modo de vida da grande maioria das pessoas.

As pessoas que estão fora da agroecologia, elas não têm espaços de debates. No grupo de agroecologia, você debate, discute, encontra uma rede de apoio, então, as mulheres que estão fora, elas não encontram esse espaço. A agroecologia é assim, essencial (Bertha, 2023).

Ela salienta que as pessoas que estão fora da agroecologia não encontram espaços para debaterem, para discutirem e, dentro dos grupos agroecológicos do acampamento, elas têm esse suporte, esse espaço destinado à reflexão, à busca de melhorias para o grupo. Essa é uma forma de organização que as famílias que trabalham com o sistema convencional de agricultura não possuem.

Percebe-se que a agroecologia vai abrir esse espaço de debate para que ocorra o rompimento das hierarquias entre homens e mulheres, vai começar a ocorrer a valorização e o reconhecimento do trabalho da mulher, o compartilhamento das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos, a construção da igualdade de gênero e a ruptura de toda e qualquer forma de violência, seja para com a mulher ou para com a natureza.

E, assim, as entrevistadas foram questionadas se observam mudanças na vida das mulheres camponesas trazidas pela agroecologia. Rose trabalha com plantas medicinais há muitos anos, tem uma grande variedade de chás, os quais utiliza no tratamento de bioenergéticos. Ela e o marido atendem muitas pessoas todas as semanas em sua casa e todos os chás utilizados nos atendimentos são produzidos sem nenhuma utilização de agrotóxicos.

Eu acho que sim, a mulher fica melhor, eu acho que a gente fica diferente, não sei se isso acontece com o tempo, eu acho que pra mim mudou muito, a gente vai ficando mais velha, amadurecendo mais, né, mas eu acho que mudou muito, o próprio nós dentro de casa, o ambiente, tudo muda. Não usamos nenhum tipo de agrotóxico, só o que vem por cima, vem de outras lavouras, das propriedades vizinhas, aí as nossas plantas secam, principalmente as parreiras, os mamões, essas coisas já afetam. Nós plantamos tudo para o consumo, feijão, mandioca, batata, tudo sem agrotóxicos. Plantamos milho para o pasto das vacas, mas sem adubação química (Rose, 2023).

Segundo Rose, viver desse modo foi uma opção bem antiga da família, não é somente uma alimentação de qualidade que eles têm à disposição, mas a mudança nas relações dentro de casa, nas relações com as outras pessoas que se tornam muito melhores e os fazem levar uma vida mais saudável. O ambiente em que moram tem bastante mata preservada, que é um ambiente muito puro e proporciona bem-estar para a família.

Pra nossa vida trouxe muita mudança. Muito mesmo. Nós lidava com leite, monocultura, mas também tudo o que nós fazia deixava tudo no mercado. Quinze anos atrás, nós fazíamos dinheiro com leite, chamavam nós de

marajás do leite. Mas nós não plantava um pé de cebola, tudo comprava no mercado (Linda, 2023).

Linda relata que, antes de trabalhar com a agroecologia, sua família priorizava a monocultura, mas como ela mesmo diz: “não tinha como viver somente tomando leite”, então, tudo o que eles necessitavam para viver tinha que ser comprado nos mercados. Segundo ela, foi por meio da sua inserção no movimento de mulheres sem-terra que foi adquirindo a consciência de que precisava produzir alimentos e que fossem saudáveis.

Foi por meio do envolvimento no coletivo de mulheres e da participação das reuniões que Linda foi conhecendo novas pessoas e entendendo que do jeito que eles estavam vivendo — produzindo apenas leite, vendendo a produção e gastando todo o dinheiro no comércio — ficavam totalmente dependentes do mercado. Como não produziam alimentos, tinham que comer o que o mercado tinha a oferecer e nas condições deste.

Olha hoje, quanto veneno, quanto veneno. A mudança mais grande que eu vejo é a nossa consciência de não querer comer veneno, e de que não vamos ter um monte de dinheiro com a agroecologia. Não quero isso, não preciso disso. Tem que tá em paz com a natureza (Linda, 2023).

Assim, Linda e sua família optaram por não querer “comer veneno”. Ela tem consciência de que o modo de vida que levam traz benefícios para a sua saúde e da família. Independentemente do que os vizinhos façam ou digam, ela tem plena consciência de que a opção por esse modo de vida é muito gratificante.

Então, essas mulheres camponesas que optaram por um modo de vida diferente têm muitas histórias para contar, são várias batalhas travadas ao longo dos anos, porque sempre vai existir aquele “vizinho” que vai criticar. Terão famílias que iniciarão o processo de transição para a agroecologia e desistirão por causa das dificuldades, seja por falta de tecnologia, de recursos ou de incentivos para continuar em suas atividades.

Então, é uma mudança de hábitos e atitudes que precisa ser enfrentada, muitas vezes, com muita consciência e persistência, pois uma família em transição acaba vendo que o vizinho trabalha com a produção convencional, tem uma produção maior e que, como consequência, terá mais recursos e uma vida financeira mais estabilizada do que quem opta pela agroecologia.

Celina também tem o entendimento de que a agroecologia trouxe mudanças positivas para a sua vida:

Eu acredito que sim, eu precisei de médico pra ter meus filhos, a minha família é assim, meu piá vai fazer 19 anos, nunca precisei levar no médico por doença, eu levei no acompanhamento quando ele era bebê e o meu companheiro é a mesma coisa. Eu vejo, assim, as companheiras nossas, as meninas, que a soja tá ali na porta da casa, que 24 horas tá lá no posto [Posto de Saúde] um dia sim, outro não (Celina, 2023).

De acordo com Celina, ela e a família raramente têm problemas de saúde, não precisam de médicos porque optaram por comer alimentos saudáveis, a ter hábitos saudáveis. Segundo ela, suas amigas e conhecidas que vivem de forma diferente, que trabalham com a agricultura convencional que tem outros princípios, acabam tendo mais problemas de saúde, recorrendo, com mais frequência, aos postos de saúde.

Ao optar por ter uma vida saudável, as pessoas escolhem consumir alimentos saudáveis, produzidos sem agrotóxicos, sem poluição das águas e dos solos. Pelo depoimento da entrevistada, o que ela percebeu de imediato foi que, ao mudar seu estilo de vida, observou mudanças em relação à sua saúde e a de sua família.

Bertha vai mais além e afirma que as mudanças com a agroecologia são muitas e significativas. De acordo com ela, não é apenas a mudança na forma de produzir os alimentos, mas a transformação da pessoa como ser humano, que verá as coisas sob um novo viés, se relacionando melhor com as pessoas.

Na agroecologia, a gente **se torna humano**, se torna mais humano, hoje, a gente não tem mais a mesma cultura que a gente tinha há muito tempo atrás, isso nas relações pessoais, nas relações com as pessoas da comunidade, com os bichinhos dentro de casa, tudo muda. [...]. A agroecologia é você saber **conviver** com os outros, saber que você está aqui de passagem, saber se reconhecer que o teu espaço aqui é curto, qual que é o nosso papel? Deixar um espaço pior do que a gente pegou ou melhor? (Bertha, 2023, grifo nosso).

Esse depoimento demonstra como as mulheres camponesas têm uma visão muito ampla do conceito de agroecologia pois, além de proporcionar qualidade de vida e mais saúde, segundo a entrevistada, a agroecologia possibilita que as pessoas se tornem mais humanas.

Assim, a agroecologia tem a capacidade de mudar a forma de viver e de ver a vida, contribuindo para uma consciência que não é favorável ao desperdício, ao apego exagerado a bens materiais, conforme as entrevistadas comentam. Quem trabalha com produtos agroecológicos não está rico, porque é um trabalho manual em que a demanda de produção não se dá em escala muito grande. São lotes pequenos em que a produção alimenta a família e o excedente é comercializado.

Outro ponto abordado pelas entrevistadas diz respeito à questão da violência, que é um tema tão atual em todos os lugares, seja na cidade ou no campo, e que as mulheres ainda não estão livres disso.

**E agroecologia num espaço que tem violência não é agroecologia**, tá muito longe de ser, mesmo quando há violência contra um animal, não é agroecologia, quando você mata alguém só pra sentir superior, não é agroecologia. **Quando você bate numa criança, não é agroecologia**, se você tem essa cultura de opressor, você tá muito longe da agroecologia (Bertha, 2023, grifo nosso).

Pelo depoimento de Bertha é possível observar que o seu envolvimento com a agroecologia vai muito além das práticas produtivas quando enfatiza que, se tiver qualquer tipo de violência, já não é agroecologia. Muitas pessoas ainda têm o entendimento de que agroecologia é não desmatar, é não passar veneno, mas, pelos relatos das entrevistadas, fica claro que ser agroecológico vai muito além.

Assim, entende-se que existe uma familiaridade muito grande entre as lutas feministas e a agroecologia, uma vez que ambas têm essa capacidade de fazer transformações sociais, pois lutam contra o capitalismo, contra a exploração sobre o trabalho (de mulheres e homens) e contra a destruição do meio ambiente.

Segundo Santos (2021, p.192),

O trabalho com a agroecologia transforma as pessoas, não apenas no que diz respeito às novas técnicas e práticas produtivas adotadas. Mas transforma a vida a partir de novas atitudes, comportamentos e valores e constrói novas relações de respeito e cuidado entre o ser humano e a natureza.

Considera-se importante trazer esta citação, porque ela reafirma os comentários aos relatos analisados anteriormente. A partir do envolvimento com a agroecologia, as mulheres passam a ter um modo de vida com base em relações de respeito, de solidariedade, de cuidado, tanto nas relações pessoais e com o ambiente quanto com os animais.

Em relação às mudanças que a agroecologia traz para a vida das mulheres, no depoimento de Bertha fica evidente que:

Tem, porque eu sinto isso, aqui no acampamento, tem sete famílias, por mais que tenha deficiências, são as mulheres que participam e enfrentam as desigualdades, é o grupo de mulheres que participa da agroecologia. São as mulheres que mais trazem para a pauta os problemas. Se você precisar comprar uma briga e ter apoio, são com essas mulheres da agroecologia que você pode contar (Bertha, 2023).

De acordo com Bertha, mesmo que elas tenham dificuldades para trabalhar com alguns assuntos mais delicados nos grupos agroecológicos, como temas

relacionados à violência e à igualdade de gênero, é nesses grupos que se inicia o debate, é por meio da voz dessas mulheres que surgem as demandas, as reclamações e é a partir delas que se discutem as necessidades das mulheres e “o diálogo vai acontecendo”.

Assim, percebe-se que a agroecologia tem um impacto positivo, em especial, na vida das mulheres, mas, de um modo geral, ela traz benefícios para todas as pessoas que dela se apropriam, como observa Judith:

A agroecologia nos permite ir muito mais além da produção de alimentos, da autonomia econômica, da soberania alimentar, soberania nutricional, **ela impacta positivamente não só na vida das mulheres, mas de toda a sociedade de uma forma geral**. Mas eu acho que em específico, de forma especial, nas mulheres, que no modelo de produção do agronegócio não tem espaço para as mulheres (Judith, 2023, grifo nosso).

A entrevistada Judith enfatiza, assim, a abrangência do sentido da palavra agroecologia, e comenta que esse modo de produção proporciona inúmeros benefícios para todas as pessoas que se envolvem com seus processos. Por meio da agroecologia, as mulheres vão se tornando protagonistas de um novo modo de produzir; em contrapartida, vivendo de acordo com o agronegócio, elas apenas se apresentam como “ajudantes dos maridos”.

Nesse sentido, para muitas mulheres camponesas, a agroecologia surge como um novo modo de vida, uma nova forma de se relacionar com a natureza, com a família, com os companheiros e com outras mulheres, em que as suas prioridades e valores passam a ser baseados em relações de respeito, de igualdade e de solidariedade.

Assim, é possível concluir que a agroecologia possibilita a mudança no comportamento social, pois se propõe a discutir as relações políticas, sociais e as relacionadas à produção e ao meio ambiente e ainda proporciona a valorização dos indivíduos dentro das unidades de produção. E para que esse sistema agroecológico funcione de fato é necessário o envolvimento das mulheres, que são peças fundamentais dessa engrenagem.

## 4.2 RETRATO DO COTIDIANO DAS MULHERES CAMPONESAS

Por meio das entrevistas, foi possível observar um pouco da realidade em que as entrevistadas estão inseridas. As fotografias exemplificam as belezas que rodeiam

os lotes das nossas entrevistadas, e, por meio delas, tem-se uma noção de como vivem e o que elas produzem.

As fotografias foram realizadas no momento da visita aos lotes a convite das entrevistadas. Por meio desse contato direto, verificou-se a forma de produção dos alimentos, o cuidado que elas têm com a natureza e com o meio que as rodeia. Essa observação permite adentrar um pouco na particularidade de cada entrevistada e vivenciar uma amostra do seu dia a dia.

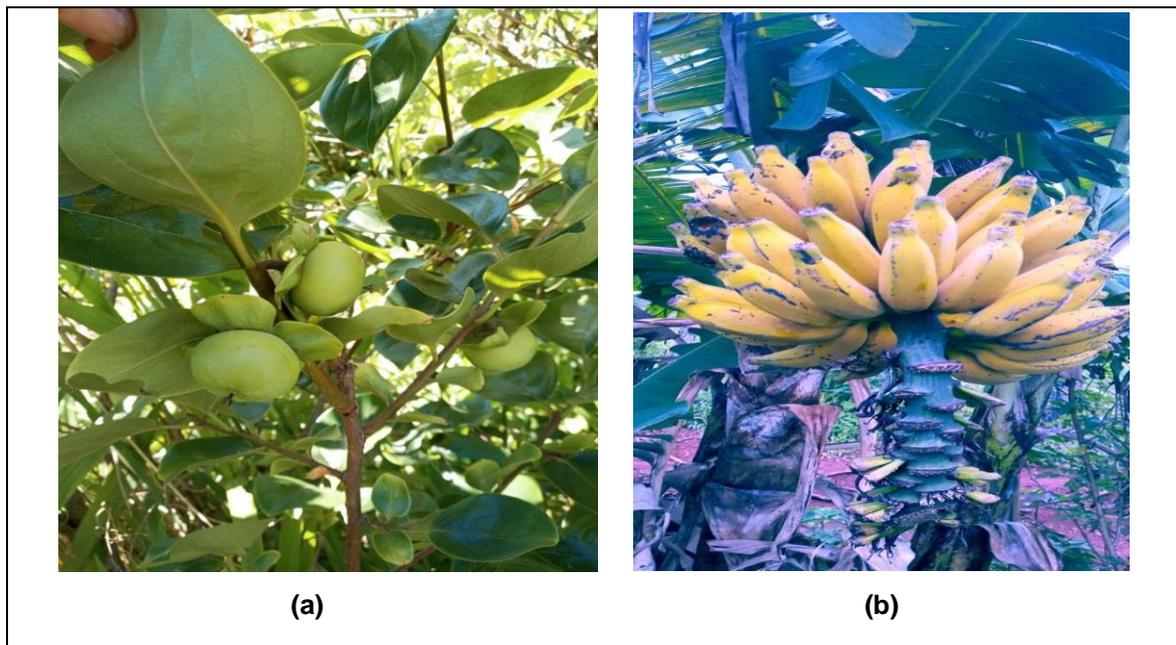
As fotografias evidenciam o modo de vida dessas mulheres, o cuidado com o meio ambiente, a preservação das matas, o cuidado no cultivo de plantas medicinais que auxiliam muitas pessoas a se recuperarem de doenças. E tudo produzido sem a utilização de agrotóxicos.

Os registros fotográficos retratam as produções agroecológicas, frutos do trabalho dessas mulheres camponesas, cultivadas de um modo diferente, mas com uma qualidade indescritível.

#### **4.2.1 Lote da Nísia**

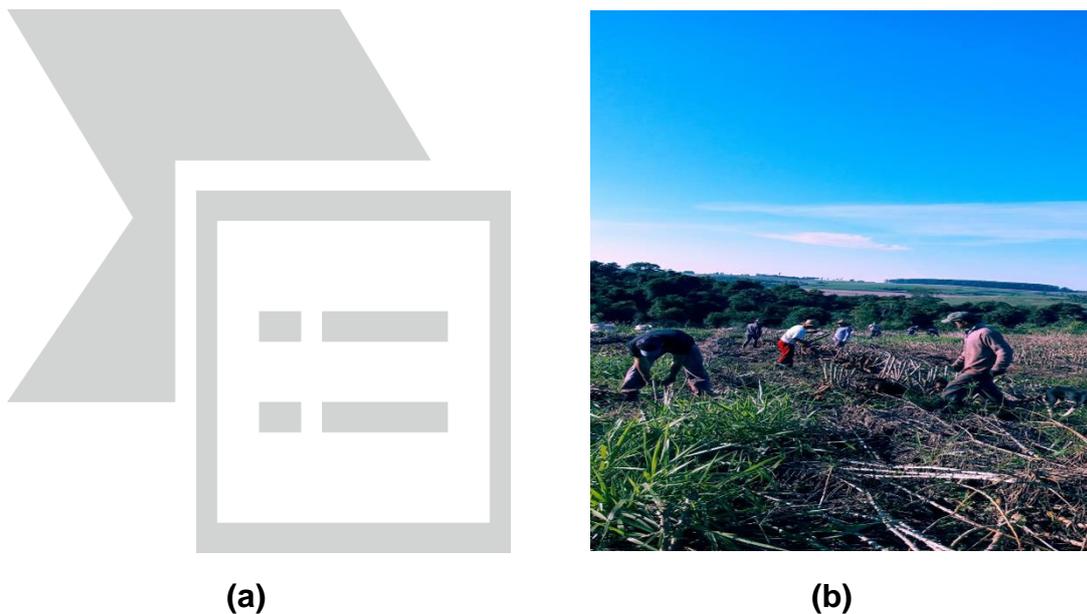
Nísia reside no Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, em Nova Laranjeiras/PR, trabalha com agroecologia e não utiliza nenhum tipo de agrotóxico em seu lote. Segundo ela, quando foi para o acampamento, “não existia nenhum tipo de fruta plantada na terra”, encontrou o lote de 5 alqueires apenas com árvores *pinus* (*Pinus Elliottii*) plantadas. Com o tempo, foi fazendo o pomar, começou a trabalhar com a produção de mandioca orgânica que vende para uma cooperativa. “Como a gente não tinha recursos, nós começamos com a mandioca, porque ela gosta de terra ácida, não precisava de muito investimento. Tem uma empresa de Realeza de bio-orgânicos, eles fornecem ajuda para nós para a gente iniciar. E daí, a gente paga agora na colheita” (Nísia, 2023).

**Figura 2:** Fruta do pomar, (a) caqui (*Diospyros kaki*) e (b) banana (*Musa acuminata*) para consumo e venda, Nova Laranjeiras, 2023.



**Fonte:** Autora (2023).

**Figura 3:** (a) Mandioca orgânica produzida no lote; (b) mutirão realizado para a colheita da mandioca, Nova Laranjeiras, 2023.



**Fonte:** Autora (2023).

#### 4.2.2 Lote da Rose

A Rose trabalha com ervas medicinais há 27 anos, as ervas são cultivadas no quintal da casa da família por meio das práticas agroecológicas (Figura 4). O manejo é feito com cuidado e livre de agrotóxicos. Depois de feita a coleta é realizado o armazenamento em compartimentos em separados, essas ervas são secadas e armazenadas para a comercialização (Figuras 5 e 6). As plantas são secadas na sombra e selecionadas.

**Figura 4:** Plantas medicinais cultivadas no quintal para uso e comercialização em Laranjeiras do Sul, 2023.



**Fonte:** Autora (2023).

**Figura 5:** Mais de cem espécies de chás cultivados e armazenados em potes para o tratamento de saúde. Laranjeiras do Sul, 2023.



**Fonte:** Autora (2023).

**Figura 6:** Secagem e armazenamento das ervas medicinais, Laranjeiras do Sul, 2023.



**Fonte:** Autora (2023).

#### 4.2.3 Lote da Linda

No lote da Linda é perceptível o cuidado com a natureza, com as plantas, andando ao redor da casa já vemos o zelo com o jardim (Figura 7), com suas flores

espalhadas por todo lado. Ela possui uma cozinha de chão batido e o fogão a lenha (Figura 8) que é de origem dos povos antigos da região.

**Figura 7:** Foto do lote da Linda/jardim da casa. Laranjeiras do Sul, 2023.



**Fonte:** Autora (2023).

**Figura 8:** Fogão à lenha símbolo da cultura e tradição do campo



**Fonte:** Autora (2023).

#### 4.2.4 Lote da Bertha

Outro lote em que foi possível observar o cuidado com a natureza, o capricho e o zelo é o de Bertha, que defende e acredita na bandeira da agroecologia. Bertha é uma militante ativa do movimento de mulheres camponesas, foi mãe muito jovem e teve uma trajetória difícil dentro do acampamento (Figura 9), mas guarda muita sabedoria.

**Figura 9:** Acampamento Recanto da Natureza, Laranjeiras do Sul, 2023.



**Fonte:** Autora (2023).

**Figura 10:** Lote da Bertha. Com gramado e várias árvores, mostra o cuidado com o entorno da casa e sua ligação com elementos de embelezamento a partir da vegetação.



**Fonte:** Autora (2023).

Além de todas as atividades que desenvolve no lote, ela ainda está cursando nível superior e trabalhando como professora. Os alimentos produzidos em sua terra são utilizados para o consumo da família e o excedente é vendido (Figura 11).

**Figura 11:** A vegetação arbórea no entorno e a produção de verduras na unidade de produção e vida familiar, Laranjeiras do Sul, 2023.



**Fonte:** Autora (2023).

A adoção da agroecologia proporciona uma nova relação com o ambiente. Salienta-se a importância da manutenção da água na unidade de produção para a biodiversidade, assim como a preservação da vegetação contribui de forma positiva para o lote e para a qualidade de vida das pessoas que lá residem.

**Figura 12:** Preservação e conservação da mata no lote da Bertha no Acampamento Recanto da Natureza, Laranjeiras do Sul, 2023.



**Fonte:** Autora (2023).

#### **4.2.5 Lote da Dionísia**

Dionísia e sua família foram uns dos primeiros moradores do assentamento a serem certificados com produção de alimentos orgânicos, eles têm muita experiência em produzir alimentos com qualidade e sem utilizar agrotóxicos. Segundo ela, já plantou muitas verduras para serem comercializadas em feiras na cidade. Hoje, por morarem na casa somente ela e o marido, e terem pouca mão de obra, ela optou em desenvolver os trabalhos voltados para a produção de panificação, cujos produtos são comercializados (Figura 13). Seu marido fica responsável pela agroindústria na qual produzem os queijos e ela se dedica à panificação.

**Figura 13:** (a) Pães produzidos por Dionísia a partir de ingredientes orgânicos. Verduras orgânicas, geleias, sucos, conservas; (b) agroindústria na qual produzem salame e linguiças; (c) produção de queijo colonial.



Fonte: Autora (2023).

Por meio das fotografias, é possível ver um pouco dos lotes visitados para realização da pesquisa de campo e também ter a dimensão de como é a produção e a comercialização do que é produzido por essas mulheres. Os registros retratam o ambiente em que as entrevistadas estão inseridas, em geral, áreas preservadas e conservadas, e mostram um pouco do que essas mulheres camponesas produzem no dia a dia, suas práticas voltadas para a agroecologia.

Percebe-se, assim, que as mulheres camponesas sofreram transformações sociais em suas vidas, conquistaram seu empoderamento, uma vez que têm enfrentado as relações machistas impostas pela sociedade. Os alimentos produzidos por essas mulheres são utilizados para alimentar a família e, além disso, a agroecologia possibilita que adquiram a liberdade financeira na venda dessa produção.

No caso de Nísia, a mandioca orgânica produzida no lote é exportada para os Estados Unidos e para a Europa, e ela mesma administra o dinheiro. As frutas e verduras produzidas no lote da Bertha são comercializadas em Laranjeiras do Sul/PR. As plantas medicinais da Rose são vendidas para as pessoas que procuram o tratamento bioenergético realizado pelo casal, que faz a gestão dos recursos financeiros. Segundo a entrevistada, todas as decisões referentes à gestão são compartilhadas entre os membros da família. A panificação feita pela Dionísia é vendida em um estabelecimento comercial da família que recebe clientes de Laranjeiras do Sul e de cidades vizinhas. O trabalho é realizado de forma familiar, em

que ela cuida da produção da panificação juntamente com suas funcionárias, seu marido é responsável pela produção de queijo na agroindústria e seu filho efetua as vendas, porém, os três participam da gestão e da administração dos recursos.

Dessa forma, essas mulheres fazem uma produção sustentável que, ao mesmo tempo, gera renda e possibilita que tenham autonomia financeira. Assim, existe uma organização e uma forma de circulação desses produtos, seja por meio de cooperativas ou diretamente ao consumidor.

O empoderamento dessas mulheres é evidenciado, pois produzem alimentos que geram renda e fazem a gestão desses recursos. Elas não são subordinadas aos maridos, todas participam ativamente dos processos de produção e de administração dos recursos provenientes das vendas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o surgimento e a trajetória dos movimentos feministas e sobre os movimentos feministas camponeses possibilitou muitos ensinamentos sobre a grande luta que as mulheres travaram para conquistar seus direitos, e continuam até hoje lutando pela verdadeira equidade de gênero.

São mulheres que viveram por anos no anonimato e que para conseguir mudar suas realidades foram se unindo e indo à luta com as armas que tinham, ou seja, a vontade de ter melhores condições de vida e de serem respeitadas como seres humanos. Muitas delas pagaram com a própria vida por terem tido a coragem de se rebelar contra um sistema opressor, violento e patriarcal, e muitas foram vitimadas por violências, abusos e todo tipo de discriminação.

A luta das mulheres camponesas não foi diferente, talvez, estas tenham até passado por mais dificuldades do que as demais, pois moram longe das cidades, não têm seus direitos como trabalhadoras reconhecidos, são vítimas de violências sem ter a quem recorrer e dependentes totais dos maridos, literalmente invisibilizadas.

O objetivo desta pesquisa foi analisar a forma como a pedagogia feminista e a prática da agroecologia podem contribuir no processo de transformação social das mulheres camponesas da região da Cantuquiriguaçu.

A pesquisa evidenciou que as mulheres camponesas ligadas ao MST têm conseguido se organizar em coletivos de mulheres e, por meio desses coletivos, elas participam de processos de formação, em que são utilizadas pedagogias próprias do movimento. Dessa forma, por meio dos conteúdos trabalhados e dos conhecimentos adquiridos, elas passam a conhecer e a compreender a sua realidade e, em conjunto com as experiências e os saberes compartilhados, buscam alcançar sua emancipação por meio da resistência aos sistemas opressores.

Esses conhecimentos adquiridos por essas mulheres têm a capacidade de impulsionar transformações nelas e no próprio movimento social, o qual passou a olhar para essas mulheres de outra forma, porque, hoje, elas já questionam a sociedade, seus companheiros e suas realidades.

A pedagogia feminista oferece a essas mulheres instrumentos e conhecimentos que permitem a elas pensarem criticamente sobre o mundo para que se tornem sujeitas conscientes da sua situação e, diante disso, possam fazer

transformações para modificar a sua realidade e se tornarem protagonistas da sua história.

Ao longo das leituras das teóricas feministas abordadas nesta pesquisa, foi possível perceber que as mulheres tiveram muitas dificuldades para serem vistas e ouvidas pela sociedade ao longo da história, pois é uma sociedade alicerçada em uma cultura machista, patriarcal e racista. Essa sociedade, por muito tempo, colocou a mulher em um papel de inferioridade, em que foi atribuída a ela a responsabilidade de cuidar do lar, dos filhos e a restrição ao ambiente doméstico. Essas mulheres passaram a ter visibilidade e voz à medida que foram se organizando nos movimentos sociais e buscando saídas para seus problemas nos coletivos.

Além dessa pedagogia feminista capaz de promover mudanças na vida dessas mulheres, foi identificado que elas contam com a agroecologia, que surgiu como uma forma de emancipação para as mulheres camponesas, pois, além de possibilitar uma nova forma de produzir alimentos, permite que essas mulheres desenvolvam uma melhor relação com a natureza, com o meio ambiente e com as pessoas. Elas deixam de ser vistas como “ajudantes” no lote e passam a ser sujeitas ativas que trabalham lado a lado com os companheiros.

Por meio das pesquisas de campo, indo ao encontro de mulheres com características feministas e com conhecimento de práticas agroecológicas, pode-se perceber que, dentro dos coletivos de mulheres, elas, por meio dos movimentos sociais, vão construindo suas identidades feministas, se unindo para enfrentar os problemas e as barreiras que vão encontrando pelo caminho. Um exemplo disso é a dificuldade pelas quais entrevistadas, nesta pesquisa, passaram ao chegar aos barracos nos acampamentos, em que viveram embaixo de lonas, diante da precariedade e da escassez de recursos, colocando as suas vidas e a de seus filhos em perigo devido à luta por um “pedaço de terra”. Essas mulheres são, portanto, exemplos de resistência, de persistência, de força de vontade e, acima de tudo, de coragem.

Nesse processo de luta, se formam mulheres conscientes, batalhadoras, resistentes ao patriarcado, mas, em especial, mulheres sensíveis aos problemas dos outros, que têm a capacidade de pensar no coletivo, de ver a necessidade das outras mulheres e de desenvolverem estratégias para amenizar o problema de outras famílias. Nesse processo de aprendizagem, elas perceberam que as situações podem ser modificadas se pensadas e articuladas no coletivo.

E como elas mesmas relataram, a agroecologia não é apenas deixar de usar agrotóxicos: “a agroecologia não é apenas um modo de produção, é um modo de vida”, “na agroecologia, a gente se torna mais humano”, “na agroecologia, todo mundo tem que ter espaço, e todo mundo tem que ter seu espaço respeitado”.

Para as mulheres camponesas entrevistadas nesta pesquisa, é um orgulho produzir alimentos livres de agrotóxicos, proporcionar à família alimentos saudáveis, preservar a natureza e o meio em que vivem. Além do respeito e cuidado para com os animais, elas lutam para construir espaços sem violências em que homens e mulheres tenham os mesmos direitos e as mesmas obrigações.

Assim sendo, reconhece-se que os movimentos sociais e feministas foram fundamentais na construção de uma nova visão de mundo e de sociedade. Pode-se destacar, ainda, o papel desempenhado pela educação popular, que se apresenta nesta pesquisa como um método que cunha a construção da autonomia, da emancipação e do empoderamento das mulheres camponesas. Identifica-se que existe uma pedagogia feminista dentro do movimento dessas mulheres que é emancipatória, e que tem a capacidade de promover mudanças e transformações significativas na vida delas.

As dificuldades encontradas na pesquisa foram em relação à questão de agendamento das entrevistas, uma vez que a grande maioria das entrevistadas desempenha várias funções no dia a dia, muitas, além das atividades no lote, trabalham fora, o que torna sua jornada de trabalho mais longa.

A pesquisa finaliza-se neste momento, porém, acredita-se que existem muitos assuntos que podem ser aprofundados, como, por exemplo:

- De que forma trabalhar com os homens, nesse processo de conscientização, que a mulher não é sua propriedade e, dessa forma, tem os mesmos direitos que eles?
- De que maneira reeducar os homens para que as tarefas domésticas sejam compartilhadas?
- Como trabalhar a invisibilidade do trabalho relacionado ao cuidado que milhares de mulheres fazem todos os dias sem reconhecimento?
- Outro ponto importante diz respeito a questões relacionadas à violência contra a mulher camponesa, o que ficou evidente por meio das entrevistas que é um fato dentro dos assentamentos. Que tipos de iniciativas precisam

ser pensadas no sentido de acabar de vez com os altos índices de violências nos assentamentos e acampamentos?

- Como trabalhar com a juventude inserida nos assentamentos e acampamentos questões relacionadas à equidade de gênero?

Essas são algumas possíveis sugestões de temas que podem ser aprofundados por meio de novas pesquisas que, provavelmente, irão contribuir para a luta feminista das mulheres camponesas.

Acredita-se que realizar uma pesquisa com mulheres camponesas é uma forma de dar espaço para que elas mostrem o que fazem no dia a dia, que têm a capacidade de administrar seus lotes, que desenvolvem inúmeras atividades, que possuem muitos conhecimentos. Elas só precisam ter espaços e oportunidades para mostrar o seu valor. Dar voz a essas mulheres por meio de seus relatos de experiências permite que compartilhem os seus conhecimentos e disseminem, assim, práticas agroecológicas.

Ao longo do desenvolvimento deste estudo, foi possível adentrar nesse universo do feminismo por meio de leituras; porém, indo ao encontro das mulheres, observou-se com maior dimensão o que realmente são as mulheres camponesas feministas, o potencial que elas têm, a sua capacidade e vontade de transformar o mundo em um lugar melhor para se viver, adotando práticas agroecológicas e sustentáveis para produzir “comida de verdade” e outras formas de relacionamento e convivência entre as pessoas.

Conhecer as histórias de lutas, de resistências e de superações foi muito enriquecedor e inspirou o desejo da pesquisadora de ser uma pessoa melhor. Com certeza, ela iniciou o estudo com uma visão bem reduzida sobre o conceito de feminismo e finaliza a pesquisa com o conhecimento enriquecido, pois a pesquisa a fez refletir por vezes sobre a sua própria prática enquanto mulher.

Por meio de sua interação com essas mulheres, ouvindo suas histórias tão emocionantes e vendo a força e a coragem que essas mulheres trazem consigo, a pesquisadora pode se transformar como pessoa. O feminismo tem essa capacidade de fazer mudanças significativas na vida de quem o conhece.

## REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. Editora: Brasiliense. 1985.
- ANDRIOLI, L. A. **Religiosidade e mística no Movimento de Mulheres Agricultoras: um processo de constituições de identidades por meio da educação popular**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.
- ARRUZZA, C. BHATTACHARYA, T. FRASER, N. 1976. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- AUAD, D. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BLAY, E. A. 8 de Março: conquistas e controvérsias. **Estudos Feministas**, ano 9, p. 601-607. 2001.
- BRIGHENT, M. F. **Feminismo socialista e pedagogia das mulheres oprimidas: Um caminho libertador em tempos de neoliberalismo**. Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-15, e-2020.16919.209209230242.0924, 2020
- CALAÇA, M.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. **Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas**. Revista Brasileira de Educação do Campo. Tocantinópolis v. 3, n. 4, p. 1156-1183, set./dez. 2018.
- Cantuquiriguacu.com.br/pdf/diagnostico.pdf. **Território Cantuquiriguaçu** Paraná. Estratégias para o desenvolvimento II. 2009 acessado em:14/11/2023.
- CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia. **Mulheres produzindo autonomia e gerando sustentabilidade**. Laranjeiras do Sul, jul/2015.
- CHAMBELA, F. **Empoderamento da mulher rural: o poder das redes**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.
- CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento do Território de Cantuquiriguaçu. **Território Cantuquiriguaçu** Paraná. 2009. Disponível em: < <http://www.cantuquiriguacu.com.br/pdf/diagnostico.pdf>>. Acesso em: 19/10/2022.
- CONTAG. **Em resposta à pauta da Marcha, governo federal lança o programa Quintais Produtivos das Mulheres Rurais**. 20 de Setembro 2023. Disponível em: [<https://ww2.contag.org.br/em-resposta-a-pauta-da-marcha--governo-federal-lanca-o-programa-quintais-produtivos-das-mulheres-rurais-20230920>]. Acesso em: 13/11/2023.
- CYRINO, R. A deriva transfóbica do feminismo radical dos anos 1970. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 39, n. 79, e 23107, jan./abr. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8775202300010000>. Acesso em: <https://search.scielo.org/?q=feminismo+radical&lang=pt&filter%5Bin%5D%5B%5D=scl>. Acessado: 30/06/2023.
- GASPARETO, S. A. K.; COLLET, Z. **Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina em busca de uma pedagogia camponesa feminista**. Revista Grifos. 2013.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HOLLANDA, H. B. (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Basar do tempo: Rio de Janeiro, 2020
- Hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 17 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1.a fase**: caracterização global / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Relatorios-de-Pesquisa-2007>. Acesso em: 27/08/2023.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 2006.
- LERNER, G. **A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2014.
- MARCHA DAS MARGARIDAS. **Pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver!** Disponível em: [<https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=marcha2023>]. Acesso em: 13/11/2023.
- MATOS, N. A.; SCHERER, R. P. As lutas feministas na sociedade capitalista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e 65798, 2020.
- MESQUITA, A. C. dos S. Mulheres do campo e o acesso à terra como caminho de garantia de direitos. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 - Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia - v. 16, no 1, 2021.
- MOREIRA, S. L. de S.; THEODORO, S. H. A Agroecologia e a Marcha das Margaridas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 5, p.305-318, 2020.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem Somos?** Disponível em: [<https://mst.org.br/quem-somos/>]. Acesso em: 13/11/2023.
- NEGRETTO, C.; SILVA, M. A. da S. Problematizando o trabalho invisível das mulheres e a divisão sexual de trabalho no campo: uma parceria entre educação popular e feminismo. **Rev. Bras. Educ. Camp**. Tocantinópolis v. 3, n. 4, p. 1184-1201 set./dez. 2018. ISSN: 2525-4863.
- OLIVEIRA, I. M. de. *et al.* Por uma pedagogia feminista...Até que todas sejamos livres! **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 21, n. 3, p 157-178, dez. 2022.
- PAULILO, M. I. S. Feminismo camponês e popular e pós-modernismo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 253-277, jun. 2021.
- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2.edição. São Paulo: Contexto, 2019
- PULEO, A. H. **Patriarcado uma organização social superada?** Texto publicado em "Temas para o debate" n°133, dezembro de 2005, pp.39-42.
- PULGA, V. L.; *et al.* **Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018.

ROCHA, Q. V. D.; SILVEIRA, A. P. As contribuições de Clara Zetkin para as lutas feministas, anticapitalistas e antifascistas. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 126-138, abr. 2020.

SAMPIERI, R. H. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013

SANTOS, G. R. **Quintais produtivos e o papel das mulheres camponesas para o fortalecimento da produção agroecológica**: Um estudo das experiência/s desenvolvidas pelo movimento de mulheres camponesas- MMC/SC. Dissertação de mestrado. Laranjeiras do Sul, 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SIOMARA, A. M. **Mulheres em contextos rurais**: Experiências e teorias. 2013.

TIBURI, M. **Feminismo em comum: para todos, todes e todas**. 14 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

VIELMO, P. O encontro entre a Pedagogia Freireana e a Pedagogia Feminista. **Rev. Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, Brasília/DF, v. 3, n. 3, p. 36, 2021.

WITCEL, R.; HACKBARDT, G. **Clara Zetkin**: Nossa homenagem à lutadora feminista e antifascista Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/05/clara-zetkin-nossa-homenagem-a-lutadora-feminista-e-antifascista/> . Acesso em: 11/11/2023.

## APÊNDICE A — ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1 — Qual é a sua idade?
- 2 — Até que ano você estudou?
- 3 — Você é casada? Tem filhos?
- 4 — Com o que você trabalha?
- 5 — Você se considera uma feminista? Conte um pouco de sua história e sobre como chegou ao feminismo e a se considerar feminista.
- 6 — O que significa ser “feminista” na sua opinião?
- 7 — Você participa de algum movimento social?
- 8 — Qual é a importância dos movimentos sociais na construção de uma identidade feminista?
- 9 — Na sua opinião, quais são as formas de opressão enfrentadas pelas mulheres camponesas na atualidade?
- 10 — Na sua opinião, o que deve ser feito para que haja igualdade de direitos entre mulheres e homens do campo?
- 11 — Na sua opinião, como está a divisão de tarefas por sexo no meio rural?
- 12 — Na sua opinião. Há educação feminista na sociedade? Onde? Quem tem feito essa educação na sociedade?
- 13 — Na sua opinião, o que deve ser feito em termos de educação para combater os atos de opressão tão presentes em nosso cotidiano?
- 14 — Quais seriam as formas de fazer uma educação feminista?
- 15 — Você tem experiência direta com a agroecologia?
- 16 — Como você vê a afirmação de que “sem feminismo não há agroecologia”?
- 17 — Você observa mudanças trazidas pela agroecologia na vida das mulheres camponesas?
- 18 — As mulheres do campo têm tido condições de participar da tomada de decisão no que se refere à gestão das propriedades?

## **APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/UFFS

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

#### **A PEDAGOGIA FEMINISTA E A AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA VIDA DE MULHERES CAMPONESAS.**

Prezada participante, você está sendo convidada a participar da pesquisa A PEDAGOGIA FEMINISTA E A AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA VIDA DE MULHERES CAMPONESAS, da estudante Cristiane Kubiak, discente do Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Laranjeiras do Sul/PR, sob orientação da Professora Siomara Aparecida Marques.

O objetivo central do estudo é analisar a forma com que a pedagogia feminista e a prática da agroecologia podem contribuir no processo de transformação social das mulheres camponesas da região da Cantuquiriguaçu.

O método para o estudo consiste em analisar as entrevistas realizadas por meio de um roteiro com perguntas abertas semiestruturadas sobre qual pedagogia feminista faz parte da vida dessas mulheres camponesas e que relação elas têm com a agroecologia.

O convite para participar desta pesquisa se deve ao fato de você ser considerada uma mulher camponesa com características feministas, ligada a movimentos sociais e que pratica a agroecologia. Você é considerada uma pessoa de fundamental importância para contribuir no debate, estudo e produção teórica com relação à pedagogia feminista e a agroecologia como ferramentas de transformação social na vida de mulheres camponesas.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizada de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista dela, contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar à pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito por meio dos meios de contato explicitados neste.

Um dos possíveis riscos que podem ocorrer é que, no momento em que as participantes estejam respondendo às perguntas, venham a sentir algum constrangimento ou, até mesmo, dificuldade em responder alguma pergunta. Caso isso ocorra, será feita uma pausa no roteiro das entrevistas e conversado, explicado com outras palavras a questão e, se ainda assim, a entrevistada sentir dificuldades em responder, será passado para a próxima questão sem forçar a participante a responder algo que ela não se sinta confortável.

Caso venha a ocorrer algum risco, imediatamente será informado à UFFS por meio do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR), à orientadora e à entidade (MST) de vínculo das participantes.

No primeiro contato com as participantes da pesquisa, serão evitadas aglomerações. A pesquisadora fará o contato via WhatsApp se apresentando e falando sobre tema, objetivos e metodologia da pesquisa. Caso a convidada aceite participar da pesquisa, será agendada uma visita da pesquisadora na residência da entrevistada para efetivação das entrevistas.

Antes de realizar a entrevista com a participante, será feita a leitura do TCLE, de acordo com as cláusulas exigidas, destacando a responsabilidade da pesquisadora no processo, os riscos envolvidos e o que será feito para minimizar os riscos.

Também será explicado como os dados serão registrados e se a participante autoriza ou não a utilização de gravador durante a pesquisa. As gravações serão utilizadas com intuito de transcrição das entrevistas. As participantes serão convidadas individualmente a participar da pesquisa, para diminuir os riscos de constrangimento e de prevenção contra a covid-19.

As entrevistas serão realizadas pela pesquisadora nas residências das entrevistadas, observando sempre o protocolo de prevenção ao contágio com o uso de máscara, higienização das mãos e canetas, mantendo o distanciamento previsto pelas normas sanitárias, no espaço em que elas avaliarem ser mais adequado e, de preferência, ao ar livre.

Ao realizar a pesquisa por meio do ambiente virtual, a entrevistada receberá o convite individual e, antes de responder às perguntas da pesquisadora disponibilizadas em ambiente não presencial ou virtual (roteiro de entrevista), será apresentado o TCLE para a sua anuência.

Será deixado claro à participante da pesquisa, no convite, que o consentimento será previamente apresentado e, caso concorde em participar, será considerada anuência quando responder.

Do mesmo modo, será garantido à participante da pesquisa o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento.

Será garantido à entrevistada da pesquisa o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados), antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada. A participante da pesquisa terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento.

Enfatiza-se que não será realizada nenhuma entrevista com pessoas menores de 18 anos de idade.

Outro aspecto importante a considerar é que, em razão de as entrevistas serem realizadas em ambiente virtual, podem ocorrer limitações quanto às tecnologias utilizadas. Nesse caso, a pesquisadora não poderá assegurar total confiabilidade e pode ocorrer o risco da violação dos dados.

Os dados serão arquivados por 5 anos em HD, e eles poderão ser utilizados para posteriores publicações. Após esse período, os dados serão apagados.

Uma vez realizada essa coleta de dados de forma virtual, será enfatizada a importância de a participante guardar, em seus arquivos, uma cópia do documento eletrônico.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário à pesquisadora do projeto. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 40 minutos a 1 hora. A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e com a sua autorização.

Assinale, a seguir, conforme sua autorização:

Autorizo gravação       Não autorizo gravação

A pesquisa também utilizará arquivos fotográficos da pesquisadora com imagens da participante, mas mediante sua autorização.

Assinale, a seguir, conforme sua autorização:

Autorizo o uso de imagens  Não autorizo o uso de imagens

Na fase de sistematização dos dados da entrevista, foram atribuídos nomes fictícios às entrevistadas para preservar o anonimato das participantes.

Ao serem publicados os resultados da pesquisa, será garantida a fidelidade das informações por você prestadas, ou seja, será preservado o anonimato das participantes. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de 5 anos.

Será realizada uma devolutiva da pesquisa a cada participante, em que será feita a entrega, primeiramente, da transcrição da entrevista para terem em mãos as respostas aos questionamentos e, ao final da dissertação, serão apresentados os resultados às participantes por meio de uma reunião com o grupo de mulheres camponesas do MST.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa permitirá mostrar para a sociedade a sistematização teórica do conhecimento dos saberes agroecológicos, das experiências práticas e do trabalho que as mulheres camponesas vêm desenvolvendo por meio dos movimentos sociais.

Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados em eventos e/ou publicações científicas.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue à pesquisadora. Você não receberá cópia deste termo, apenas uma via. Desde já, agradecemos sua participação!

Laranjeiras do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

---

Assinatura do pesquisador responsável

Contato da pesquisadora responsável:

Telefone: (42) 984025242

cristianekubiakcherpinski@gmail.com

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

Telefone e Fax (0XX) 49 2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS (Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Laranjeiras do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

-----  
Assinatura do pesquisador responsável

Contato da pesquisadora responsável:

Telefone: (42) 984025242

cristianekubiakcherpinski@gmail.com

NOME COMPLETO DA PARTICIPANTE

CAAE:

Número de parecer de aprovação:

CEP/UFFS E OU CONEP